

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

ANNA CRISTHINA HOLLIMAN ROCHA SANTANA ALBERNAZ

**Discurso Presidencial, Representação Social e Poder Simbólico: uma Análise
dos Discursos de Dilma Rousseff e Michel Temer como Presidentes no
contexto do *Impeachment***

Brasília
2016

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Comunicação Organizacional

ANNA CRISTHINA HOLLIMAN ROCHA SANTANA ALBERNAZ

**Discurso Presidencial, Representação Social e Poder Simbólico: uma Análise
dos Discursos de Dilma Rousseff e Michel Temer como Presidentes no
contexto do *Impeachment***

Monografia apresentada à Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Comunicação Social com habilitação
em Comunicação Organizacional.

Orientadora: Prof.a. Dr.a. Liziane Soares Guazina

Brasília
2016

ANNA CRISTHINA HOLLIMAN ROCHA SANTANA ALBERNAZ

**Discurso Presidencial, Representação Social e Poder Simbólico: uma Análise
dos Discursos de Dilma Rousseff e Michel Temer como Presidentes no
contexto do *Impeachment***

Monografia apresentada à Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Comunicação Social com habilitação
em Comunicação Organizacional.

Orientadora: Prof.a. Dr.a. Liziane Soares Guazina

BANCA EXAMINADORA

Prof.a. Dr.a. Liziane Soares Guazina
Orientadora

Prof.a. Dr.a. Ellis Regina Araújo da Silva
Membro

Prof.a. Dr.a. Katia Maria Belisário
Membro

Prof. Dr. João José Azevedo Curvello
Suplente

Brasília, 09 de dezembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois através dEle consegui enxergar o sentido de toda essa loucura que é a vida, dEle recebi um alívio tal que os meus fardos humanos se tornaram mais leves. Agradeço imensa e intensamente à minha mãe, que sempre acreditou em mim e me impulsionou, muitas vezes, para além do meu potencial, minha melhor amiga, meu porto seguro, minha heroína. Agradeço ao meu pai que sempre incentivou meus estudos, e foi essencial para o meu desenvolvimento acadêmico e intelectual.

Agradeço à minha querida amiga, Camila, que há mais de 7 anos é a melhor companhia nos dias bons e ruins. Agradeço às minhas amigas de vida e de curso, Fabi, Tita, Leta e Nay por trilharem o caminho acadêmico e dividirem as alegrias e as tristezas universitárias comigo durante esses 4 anos. Em especial à Camila e Fabi que partilharam da montanha russa de emoções que foi desenvolver nossos trabalhos de conclusão esse semestre.

Agradeço também à Faculdade de Comunicação e à Universidade de Brasília pelas experiências acadêmicas tão ricas e pela oportunidade de viver o sonho da Universidade Federal de maneira tão completa e plural. Sou grata aos professores que tive, por em sua maioria, terem contribuído não apenas para a minha formação acadêmica mas para minha formação intelectual e pessoal. Obrigada, Liziane, por ser desde o início da graduação uma referência e uma inspiração, e também por me orientar no desenvolvimento desta pesquisa, compartilhando comigo o vasto conhecimento que tens. Agradeço às professoras Ellis e Kátia e ao Professor Curvello, não somente por sua contribuição em minha formação ao longo do curso, mas por aceitarem participar de minha Banca de Defesa de forma tão solícita.

Meu agradecimento especial se destina ao professor Samuel Lima, carinhosamente conhecido como Samuca, que hoje se encontra em Florianópolis, na UFSC, mas que será sempre lembrado pelo legado deixado à FAC durante o período em que aqui lecionou, mais que um professor, foi um amigo querido, que me incentivou e direcionou nos primeiros esboços dessa pesquisa.

Por fim, mas não menos especial, fica meu agradecimento à Rosinha, que nos acompanha durante a graduação desde o primeiro comprovante de matrícula ao último termo de compromisso das bancas de TCC, de forma sempre tão disposta e carinhosa.

RESUMO

O objetivo deste estudo é compreender as abordagens e representações sociais utilizadas nos discursos presidenciais em contextos de crise política (*Impeachment*), bem como suas estratégias e condições discursivas. Para tal, analisamos o último discurso de Dilma Rousseff, pronunciado no dia 29 de agosto de 2016, durante sua defesa contra o *Impeachment*, na última instância do processo no Senado, bem como o primeiro discurso de Michel Temer, como substituto oficial da Presidenta deposta, no dia 31 de agosto de 2016, durante reunião ministerial, logo após a conclusão do processo de *Impeachment*. Como referencial teórico, desenvolvemos o trabalho através das discussões acerca do discurso político enquanto produção e produto de poder, e das representações sociais como produtos de discursos políticos a partir da ótica do *Impeachment* enquanto contexto. A metodologia deste estudo foi realizada em três momentos: Pesquisa Exploratória na qual observamos e destacamos os aspectos relevantes para a discussão sobre Discurso Político e as Representações que dele advêm. Em seguida, Pesquisa Bibliográfica, na qual revisamos a bibliografia a respeito destes temas e selecionamos os objetos de estudo desta pesquisa. Por fim, desenvolvemos os instrumentos de análise e analisamos os conteúdos escolhidos de acordo com as metodologias desenvolvidas por Bardin (1977) e Spink (2009). Os resultados mostram que as abordagens acerca dos mesmos temas geram diferentes representações sociais ligadas ao contexto do *Impeachment*, e as estratégias e condições discursivas se interpelam em ambos os discursos, transitando entre a pessoa (personalidade) e o coletivo (governo) políticos.

Palavras-chave: Comunicação. Discurso Político. Representações Sociais. Poder Simbólico. *Impeachment*.

ABSTRACT

The aim of this study is to understand the approaches and social representations used in presidential speeches in contexts of political crisis (*Impeachment*), as well as its discursive strategies and conditions. To do so, we analyzed the last speech of Dilma Rousseff, pronounced on August 29, 2016, during her defense against the *Impeachment*, in the last instance of the process, as well as the first speech of Michel Temer, as the official substitute of the deposed President, on August 31, 2016, during a ministerial meeting, shortly after the end of the *Impeachment* process. As a theoretical reference, we developed this study across the discussions about the political speech as a producer and a product of power, and about the social representations as products of political speeches from the standpoint of the *Impeachment*. Methodologically, the study was realized in three moments: first, we observed and highlighted the relevant aspects about the discussion of Political Speech and the Representations that come from it. Then, we reviewed the bibliography on these topics and selected our objects of study. We developed the analytical tools and applied them to the chosen content. The results show that the approaches on the same themes generate different Social Representations linked to the context of the *Impeachment*, and the discursive strategies and conditions are interpellated in both speeches, transiting between the political person (character) and collective (govern).

Palavras-chave: Communication. Political Speech. Social Representations. Symbolic Power. *Impeachment*.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Leitura normal x Análise de Conteúdo (Bardin, 2011, p. 42)..... | 68 |
| Figura 2 - Nuvem de palavras do último Discurso de Dilma Rousseff enquanto presidente | 71 |
| Figura 3 - Nuvem de palavras do último Discurso de Dilma Rousseff enquanto presidente | 73 |
| Figura 4 - Ficha de Análise da categoria “Golpe” | 86 |
| Figura 5 - Ficha de Análise da categoria “Governo” | 89 |
| Figura 6 - Ficha de Análise da categoria “Política” | 92 |
| Figura 7 - Ficha de Análise da categoria “Democracia” | 95 |
| Figura 8 - Ficha de Análise da categoria “Poder” | 98 |
| Figura 9 - Ficha de Análise da categoria “Ruptura” | 100 |
| Figura 10 - Ficha de Análise da categoria “Presidente” | 103 |
| Figura 11 - Ficha de Análise da categoria “Constituição” | 105 |
| Figura 12 - Ficha de Análise da categoria “Interinidade” | 108 |
| Figura 13 - Ficha de Análise da categoria “ <i>Impeachment</i> ” | 110 |

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Quantidade de palavras por discursos..... | 70 |
| Tabela 2 - Duração dos discursos | 70 |
| Tabela 3 - Quantidade de repetições das 10 palavras mais citadas no Discurso de Dilma..... | 72 |
| Tabela 4 - Quantidade de repetições das 10 palavras mais citadas no Discurso de Temer | 73 |
| Gráfico 1 - Visão geral das palavras mais ditas no último discurso de Dilma Rousseff | 80 |
| Gráfico 2 - Visão geral das palavras mais ditas no primeiro discurso de Michel Temer | 82 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Ficha de análise de conteúdo dos discursos..... | 75 |
| Quadro 2 - Quadro de Análise | 77 |
| Quadro 3 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Golpe..... | 87 |
| Quadro 4 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Governo | 90 |
| Quadro 5 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Política | 93 |
| Quadro 6 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Democracia | 96 |
| Quadro 7 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Poder | 98 |
| Quadro 8 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Ruptura..... | 101 |
| Quadro 9 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Presidente..... | 103 |
| Quadro 10 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Constituição | 106 |
| Quadro 11 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Interinidade | 108 |
| Quadro 12 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre <i>Impeachment</i> | 111 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO 1: <i>IMPEACHMENT</i> | 17 |
| 1.1 Definições e Histórico | 18 |
| 1.2 <i>Impeachment</i> no Brasil: o Art 85 da Constituição de 1988 e a Lei 1.079/1950 | 20 |
| 1.2.1 Processo e julgamento | 21 |
| 1.3 O <i>Impeachment</i> de Collor: | 22 |
| 1.3.1 Linha do tempo – Escândalo e <i>Impeachment</i> | 22 |
| 1.3.2 Considerações sobre o <i>Impeachment</i> de 1992 e suas consequências | 27 |
| 1.4 O <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff | 27 |
| 1.4.1 Linha do tempo – Da reeleição apertada ao <i>Impeachment</i> | 27 |
| 1.4.2 Considerações sobre o <i>Impeachment</i> de 2016 e suas consequências: | 34 |
| 1.5 A dualidade do <i>Impeachment</i> | 34 |
| CAPÍTULO 2: DISCURSO E PODER | 38 |
| 2.1 Breve contextualização: Discurso enquanto prática política | 39 |
| 2.2. A Ordem do Discurso | 41 |
| 2.3 O poder simbólico do discurso | 43 |
| 2.4 Personagem, cena e conteúdo: As estratégias e as condições do Discurso Político | 47 |
| 2.4.1 Assessoria política | 52 |
| CAPÍTULO 3: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS CONTEXTOS DO SABER | 54 |
| 3.1 Teoria das Representações Sociais | 54 |
| 3.2 Representações Sociais e Esfera Pública | 59 |
| 3.3 Os contextos do saber: o contexto na produção de conhecimento e significado | 60 |
| CAPÍTULO 4: METODOLOGIA | 64 |
| 4.1 1º fase: Pesquisa Exploratória..... | 65 |
| 4.1.1 2ª fase: Pesquisa Bibliográfica..... | 66 |
| 4.2 3ª fase: Análise..... | 67 |
| 4.2.1 Análise de conteúdo:..... | 68 |
| 4.2.2 Ficha de análise..... | 70 |
| CAPÍTULO 5: ANÁLISE | 79 |
| 5.1 Visão geral | 80 |

| | |
|--|-----|
| 5.2 Categorias | 84 |
| 5.2.1 Golpe..... | 85 |
| 5.2.2 Governo | 87 |
| 5.2.3 Política | 90 |
| 5.2.4 Democracia | 94 |
| 5.2.5 Poder | 96 |
| 5.2.6 Ruptura..... | 99 |
| 5.2.7 Presidente..... | 101 |
| 5.2.8 Constituição | 104 |
| 5.2.9 Interinidade | 107 |
| 5.2.10 <i>Impeachment</i> | 109 |
| 5.3 Estratégias e condições do discurso de Dilma Rousseff..... | 111 |
| 5.4 Estratégias e condições do discurso de Michel Temer | 113 |
| Considerações Finais | 115 |
| Referências Bibliográficas..... | 120 |

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é analisar quais estratégias foram utilizadas nos discursos presidenciais de Dilma Rousseff e Michel Temer no contexto de crise política gerada pelo processo de *Impeachment* da presidenta, bem como comparar as abordagens e representações sociais utilizadas por ambos ligadas à sua capacidade de mobilizar e ser aceito e incorporado, ou seja, a seu poder simbólico.

Ao tratar do discurso enquanto prática comunicacional e instrumento de poder, utilizamos, principalmente, as ideias de Foucault (2008), Bourdieu (1989) e Charaudeau (2006) onde tratamos do discurso enquanto poder, na visão de Foucault (2008, p. 10), que afirma que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar” e o discurso enquanto instrumento de apropriação de poder, na visão de Bourdieu (1989), onde a legitimidade de um discurso político não é dependente unicamente de seu conteúdo, mas de seu poder simbólico, portanto, de sua capacidade de mobilizar e ser aceito e incorporado. Por fim, a visão de Charaudeau (2006), um pouco mais técnica, onde podemos observar os conceitos de estratégias e condições discursivas do discurso propriamente político a partir da perspectiva dos componentes da Persuasão (Ethos, Pathos e Logos).

Para Charaudeau (2006) “toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e pelo que ela não diz.” (p. 8), o que nos incentivou a analisar esses conteúdos pelo que dizem e inferir o que querem dizer mas não dizem de forma explícita. Os discursos políticos envolvem condições e estratégias de persuasão na construção de identidades políticas (máscaras), produzindo uma verdade de aparências. Para Charaudeau (2006), a verdade das aparências e a verdade das ações se fundem em uma só verdade, “sem a qual não haveria ação possível no espaço público” (p. 268).

Dessa forma, consideramos que o discurso é, para além de um conteúdo comunicacional, um instrumento detentor de certo poder simbólico, capaz de produzir conhecimento acerca dos mais diferentes temas sociais e políticos e que esse conhecimento produzido é diretamente vinculado ao contexto em que o discurso é produzido, e produz representações sociais que imergem de tal forma no imaginário coletivo a ponto de gerar senso comum ancorado a noções primárias que nem mesmo contestações científicas são capazes de desfazer, sendo, dessa forma, incorporado à sociedade.

Com apoio da obra de Moscovici (2007), consideramos que as representações sociais, estão sempre atreladas a um “referencial de um pensamento preexistente”, dependentes de sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência, resultando em um trabalho social “no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode sempre ser reincorporado dentro de modelos explicativos e justificativos que são familiares e, consequentemente, aceitáveis” (p. 216), ou seja, ligar um acontecimento novo à um acontecimento passado, se utilizando de seus aspectos históricos para desenvolver a representação do novo processo trazendo a sensação de familiaridade, como por exemplo, ligar um processo de *Impeachment* atual ao um processo de *Impeachment* anterior sem considerar seus aspectos contextuais. Em complemento à obra de Moscovici, utilizamos os textos de Jovtchelovitch (2000 e 2007) para tratar dos contextos em que o saber ou o conhecimento são reproduzidos e qual a importância desse contexto, a fim de complementar o capítulo que dedicamos ao estudo do *Impeachment*, enquanto o contexto no qual nosso objeto de análise está inserido.

A importância de nossa pesquisa se dá pela percepção empírica da importância das representações utilizadas nos discursos presidenciais enquanto produtores comunicacionais de conteúdo e conhecimento popular, e como parte da construção da sociedade, já que “o que as sociedades pensam de seus modos de vida, os sentidos que conferem a suas instituições e as imagens que partilham, constituem uma parte essencial de sua realidade e não simplesmente um reflexo seu” (MOSCOVICI, 2007, p.173) e o senso comum é também instrumento de mobilização social e pode induzir as pessoas à se engajarem contra ou a favor das mais diferentes práticas e ideologias políticas através de distorções ou estratégias que não são ligadas unicamente ao conteúdo do discurso político, mas às suas representações e seu poder de mobilização.

Assim, nosso interesse pelos temas ligados à política e mais especificamente ligados aos discursos políticos enquanto práticas comunicacionais e o momento político vivido pelo país durante o processo que resultou no *Impeachment* de Dilma Rousseff, nos levou a optar por esse recorte e mais especificamente, por esses objetos de análise, considerando o contexto em que estão inseridos e, principalmente, a ideia de continuidade, enquanto último e primeiro pronunciamentos de dois presidentes que alcançaram o poder de formas diferentes e que, contextualmente, discursam através de diferentes poderes simbólicos, mesmo sendo, ambos, presidentes, já que uma estava prestes a perder seu mandato e outro estava deixando a interinidade para assumir o governo definitivamente.

Dessa forma, a problemática que norteia nossa análise é: “Quais as representações e estratégias utilizadas nos discursos presidenciais de Dilma e Temer no contexto do *Impeachment*?”

Nosso interesse pela temática que envolve discurso e política, assim como o contexto político nacional pelo qual transitava o país no período inicial da pesquisa e as várias discussões que surgiram sobre a retórica dos atores políticos em geral, nos levaram a desenvolver a pesquisa, bem como a inquietação com o problema proposto, nos direcionando aos objetos de análise escolhidos, durante a confirmação do *Impeachment*, onde Dilma e Temer foram os personagens centrais do processo de Impedimento Presidencial. A escolha do último discurso de Dilma e do primeiro de Temer enquanto presidentes veio nos momentos finais da pesquisa exploratória, que coincidiram com a instância final do processo de *Impeachment*, que gerou o contexto no qual os objetos de análise se inserem.

O referencial teórico junto aos objetos de análise escolhidos corroboram para o desenvolvimento da pesquisa que existe em torno do objetivo geral de analisar as produções discursivas políticas em momento de crise (*Impeachment*) e dos objetivos específicos de: a) observar os diferentes poderes simbólicos dos discursos presidenciais, b) explicitar as estratégias e condições presentes nos discursos de Dilma e Temer e c) elencar e comparar as representações sociais utilizadas nestes discursos acerca de temas ligados à política e ao contexto em que estão inseridos, de forma a externar ou explicitar ideias que podem não ser observáveis à primeira percepção.

A limitação é ao mesmo tempo um ponto forte de nosso trabalho, sendo a especificidade dos objetos e a subjetividade do tema e das interpretações acerca do referencial teórico utilizado uma dupla oportunidade para gerar a reflexão a qual se propõe a pesquisa. A intenção não é fornecer respostas concretas à uma questão tão ampla e ligada a significações e interpretações que podem variar, como é a questão cerne de nossa pesquisa, mas gerar a reflexão e fornecer uma análise deste conteúdo tão específico como uma pesquisa inicial das inúmeras abordagens e representações sociais contidas nesse tipo de produção comunicacional e como elas são diferenciadas se observadas de um ponto de vista exterior ao de sua produção.

Nossa metodologia partiu da pesquisa exploratória que nos permitiu traçar um esboço inicial de nossa pesquisa, seguida pela pesquisa bibliográfica na qual obtivemos o recorte teórico utilizado, ambas baseadas na obra de Gil (2002) e por fim, para a fase de análise, utilizamos a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), por considerar os objetos escolhidos como

produções comunicacionais, bem como, para a sistematização da análise, a metodologia desenvolvida na obra de Spink (2009). Dessa forma, nosso trabalho é composto por 5 capítulos, mais Introdução e Considerações Finais.

No primeiro capítulo, abordamos o contexto de crise no qual nossos objetos estão inseridos, que é o *Impeachment*, com uma rápida contextualização histórica do processo desde seu surgimento na Europa, seguida, já na ótica do Brasil, por uma rápida abordagem das especificidades dos seus ritos segundo os Art. 85 e 86 da Constituição de 1988 e a Lei 1.079/1950, conhecida como “Lei do *Impeachment*”. Traçamos, também, uma visão geral acerca do *Impeachment* do ex Presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, e do *Impeachment* da ex Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, utilizando uma linha do tempo dos acontecimentos que fomentaram o processo e suas consequências. O tópico final deste Capítulo é dedicado à discussão sobre a dualidade do uso do *Impeachment* enquanto instrumento jurídico em processos políticos.

No segundo capítulo nos dedicamos a compreender a prática discursiva, observando os conceitos relacionados ao discurso enquanto poder e como instrumento de apropriação do poder, como citamos anteriormente, com apoio das obras de Foucault (2008) e Bourdieu (1989) e por fim, promovemos uma reflexão sobre a natureza, funções, estratégias e condições do discurso político enquanto instrumento de influência social com intenções pré-determinadas, através da obra de Charaudeau (2006).

No terceiro capítulo tratamos de Representações Sociais e os Contextos do saber, com base na obra de Moscovici (2007) e Jovtchelovitch (2000 e 2007), onde conceituamos as Representações Sociais a partir do estudo desenvolvido na Teoria das Representações Sociais, bem como sua ligação com a esfera pública e como os contextos são essencialmente ligados ao desenvolvimento dessas representações enquanto conhecimento e saber popular.

No quarto Capítulo definimos explicamos as escolhas metodológicas deste trabalho, desenvolvidas a partir da combinação de métodos tradicionais e adaptações para a melhor sistematização da análise, bem como da criação de instrumentos baseados nos aspectos teóricos desta pesquisa, passando por todas as fases da pesquisa.

O quinto Capítulo, por fim, diz respeito à análise dos conteúdos através da associação das principais ideias ligadas às categorias desenvolvidas para este fim, com o propósito de inferir não só as estratégias e condições ligadas a cada um dos discursos, mas de externar as representações sociais presentes nos discursos e compará-las. Concluímos que as representações sociais presentes

nos discursos inseridos no contexto do *Impeachment* estão ancoradas em ideias diferenciadas apesar de tratarem dos mesmos temas e que ambos os discursos têm a presença de estratégias similares, apesar de suas abordagens serem opostas, o que acreditamos estar diretamente ligado ao poder simbólico ligado a cada um dos discursos.

CAPÍTULO 1: *IMPEACHMENT*

Este capítulo tem como objetivo discutir brevemente as especificidades do processo de *Impeachment*, considerando o processo como parte primordial do contexto no qual o objeto da pesquisa está inserido, transitando de um breve histórico às características processuais, retratando as duas vezes que o mesmo aconteceu no Brasil e a cronologia dos fatos políticos que embasaram ou foram culminantes para o acontecimento de ambos.

Assim, no primeiro tópico, discorreremos sobre o surgimento do processo e das definições do *Impeachment* e seu histórico na Inglaterra e nos EUA, considerados as duas nações mais proeminentes em relação a sua criação e seu desenvolvimento, até a chegar ao Brasil. Em seguida, abordaremos as especificidades dos ritos do *Impeachment* segundo os Art. 85 e 86 da Constituição de 1988 e a Lei 1.079/1950, conhecida como “Lei do *Impeachment*”. No terceiro tópico abordaremos o *Impeachment* do ex Presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, através da linha do tempo dos acontecimentos que fomentaram o processo e suas consequências, seguido pelo quarto tópico, onde abordaremos o segundo processo de *Impeachment*, da ex Presidenta Dilma Rousseff, também através de uma linha do tempo. O tópico final deste Capítulo, é dedicado à discussão sobre a dualidade do uso do *Impeachment* enquanto instrumento jurídico em processos políticos.

Para cumprir tais tarefas, utilizaremos como base os textos completos da Lei do *Impeachment* (1950) e dos Arts 85 e 86 da Constituição (1988). Para além desses, um apanhado geral dos textos de Paulo Brossard (1949¹, 1992² e 1993³) e Antônio Riccitelli⁴ (2006) sobre *Impeachment*, bem como o Parecer sobre a Denúncia por Crime de Responsabilidade apresentada contra Dilma servirão de complemento à discussão deste capítulo.

¹ Presidencialismo e Parlamentarismo na ideologia de Rui Barbosa. Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre, vol.1. 1949.

² O impeachment. Porto Alegre: Globo, 1965. p. 20-56.

³ Depois do Impeachment. Correio Braziliense. 6 jan. 1993. Disponível em: <<https://goo.gl/ggk2Jm>> . Acesso em: 11-10-16

⁴ Impeachment à Brasileira: instrumento de controle parlamentar?. Barueri: Manole, 2006. P. 4-88.

1.1 Definições e Histórico

O *Impeachment*⁵ (palavra de origem inglesa) é relacionado comumente ao significado de "impedimento" ou "impugnação" e tem por finalidade impedir o mau exercício de um cargo ou função, sobretudo de natureza política, com vistas resguardar o Estado contra atos que vão contra a governabilidade vigente, atualmente conhecido como o processo destinado a apurar e punir atos políticos graves. O processo é instaurado, processado e julgado em instâncias parlamentares (Câmara e Senado), contra um determinado agente público em cargo político de alto nível, a fim de impedi-lo de continuar na função pública, mediante sua remoção do cargo ou função atual e inabilitação para o exercício de quaisquer outros cargos políticos ou públicos por um certo período de tempo.

O processo de *Impeachment* do tipo criminal nasceu no direito medieval inglês, aparecendo pela primeira vez na segunda metade do século XIV, correlacionado ao surgimento da representação política das únicas classes que podiam estar em parlamento com o rei: os nobres feudais e os novos burgueses enriquecidos. Por ser criminal, o processo tinha finalidade punitiva que acarretava em perdas patrimoniais e punições físicas, podendo levar, até mesmo, à morte do acusado.

O primeiro registro de *Impeachment* na história é contra Lord Latimer⁶, militar inglês condenado em 1376 pelo Parlamento por alta traição e desvio de recursos. Esse foi o primeiro caso em que as casas do Parlamento utilizaram o *Impeachment* racionalizado, convertendo-o em processo e julgamento definitivos, tendo os burgueses como acusadores e os Lordes como julgadores. Esse caso é reconhecido como o primeiro pois “impôs aos réus do processo a característica política, que permanece até os dias atuais” (RICCITELLI, p.8). Nesse processo foram definidos os primeiros trâmites que seriam aperfeiçoados no decorrer dos séculos. Como naqueles tempos (de absolutismo europeu) o líder político supremo inglês era o rei (que evidentemente não poderia ser destituído), estavam sujeitos a um *Impeachment* apenas os representantes da monarquia, como os ministros. O caso mais famoso de *Impeachment* na Inglaterra na Idade Média foi o de

⁵ “Ato pelo qual se destitui, mediante deliberação do legislativo, o ocupante de cargo governamental que pratica crime de responsabilidade; impedimento” (*Dicionário Aurélio Século XXI*: 1999)

⁶ Segundo dados colhidos por Paulo Brossard (1992, p. 26), há discordâncias doutrinárias sobre quem foi o primeiro cidadão inglês a sofrer um impeachment, mas por Lord Latimer ter sofrido o processo de impeachment através do “Grande Parlamento”, em maioria, os autores apontam o ano de 1376 como a primeira incidência do processo nos termos do impeachment.

Francis Bacon. Bacon era um famoso escritor, filósofo e cientista britânico e ocupava, em 1620⁷, um cargo semelhante ao de um primeiro-ministro.

O *Impeachment* perdurou até meados de 1800 mas caiu em desuso, sendo incorporado, posteriormente, pela maioria das nações em que passou a vigorar a democracia representativa, chegando aos Estados Unidos da América, que habilitou o *Impeachment* em sua forma republicana e o proporcionou vida nova: tornou-se um procedimento de consequência somente política, abandonando as punições físicas e patrimoniais. Ainda assim, diz-se que "o vocábulo foi tomado de empréstimo, imitado o procedimento, e nada mais; pois muito diferentes são o objeto e o fim dos processos." (POMEROY, 1905 apud BROSSARD, 1965, p. 24)

O *Impeachment* foi posto em execução nos EUA, pela primeira vez, contra Andrew Johnson⁸, vice de Abraham Lincoln⁹, em 1868, que foi formalmente acusado de violar um ato do Congresso, ao qual estaria enfrentando, pela tentativa de exoneração do Secretário da Guerra, Edwin M. Stanton. Johnson foi condenado na Câmara, mas absolvido no Senado, por um voto de diferença. Entretanto, os casos mais famosos vieram posteriormente, na década de 1970, quando o então presidente Richard Nixon¹⁰ se afastou do cargo em razão escândalo de Watergate¹¹, renunciando ao cargo em 1974 antes que a Câmara votasse seu afastamento, e em 1999, com Bill Clinton¹², que foi acusado de envolvimento em escândalos sexuais e perjúrio, sendo condenado pela Câmara, mas absolvido pelo Senado, semelhantemente a Johnson em 1868. Sendo assim, nos EUA, houveram 3 vezes em que o *Impeachment* foi acionado, mas sem nunca resultar na perda do mandato através do processo, sendo que nos Estados Unidos, o presidente, mesmo sendo processado no Senado, não fica suspenso de suas funções. O afastamento só se dá com a condenação definitiva pelo Senado.

Juntos, Inglaterra e EUA marcam a história do processo de *Impeachment*, abrindo margem para a dualidade do processo entre dois tipos: o criminal e o político. A fim de explicitar as diferenças entre o *Impeachment* na Inglaterra e nos EUA, o jurista Paulo Brossard (1965), diz que:

⁷ Como observado por Brossard em sua obra acerca do *Impeachment* (p.25)

⁸ 17º presidente dos Estados Unidos da América.

⁹ 16º presidente dos Estados Unidos da América.

¹⁰ 37º presidente dos Estados Unidos da América.

¹¹ Watergate era o nome do prédio que funcionava como sede do partido democrata. A investigação do escândalo identificou que o presidente sabia de operações ilegais de espionagem do partido e que tentou atrapalhar as investigações.

¹² 42º presidente dos Estados Unidos da América.

Na Inglaterra o *Impeachment* atinge a um tempo a autoridade e castiga o homem, enquanto, nos Estados Unidos, fere apenas a autoridade, despojando-a do cargo, e deixa imune o homem, sujeito, como qualquer, e quando for o caso, à ação da justiça. (BROSSARD, 1965, p. 21).

O que reafirma a existência das duas naturezas do processo, criminal e política, em seus respectivos países de origem e desenvolvimento.

1.2 *Impeachment* no Brasil: o Art 85 da Constituição de 1988 e a Lei 1.079/1950

O processo de *Impeachment* é instaurado para apurar o possível cometimento de crimes de responsabilidade. Esses crimes são infrações político-administrativas cometidas, normalmente, por agentes políticos, que violam a Constituição e a lei que regulamenta esse tipo de infração (Lei 1.079/1950, parcialmente antecipada pela CF88 no Art 85). Segundo Riccitelli (2006, p.15) “O ordenamento jurídico brasileiro acompanhou a linha norte-americana de *Impeachment*”, todavia, a Constituição Brasileira de 1988¹³ não usa o termo “*Impeachment*”, mas discorre sobre a Responsabilidade do Presidente da República intitulados “crimes de responsabilidade”, que estão descritos no artigo 85 da Constituição da República Federativa do Brasil. Assim sendo, são considerados crimes de responsabilidade aqueles que atentem contra a Constituição Federal:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Assim sendo, conforme disposto no Paragrafo Único do Art. 85 da Constituição de 1988, a Lei Federal 1.079/1950¹⁴ (lei especial) estabelece as normas de processo e julgamento do *Impeachment*, bem como as especificidades dos crimes dispostos na Constituição.

¹³ Disponível em: <<https://goo.gl/wSYwSF>> Acessado em 08-10-2016.

¹⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm> Acessado em 09-10-2016.

1.2.1 Processo e julgamento

Segundo os ritos da Constituição e especificidades da Lei 1.079/1950, o rito definido para o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade é o seguinte¹⁵:

1º – A apresentação da representação contra o Presidente da República;

Segundo o art. 14 da Lei 1.079/1950, “é permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados”. Se houver o aceite da representação pelo presidente da Câmara, deve ser feita a votação para escolha da comissão especial para elaboração de parecer a ser, por fim, submetido ao Plenário da Casa.

2º – Juízo de admissibilidade na Câmara dos deputados;

Assim, havendo a autorização da Câmara, por 2/3 de seus membros (342 deputados), o processo deverá ser submetido ao Senado, a quem competirá decidir se instaura ou não o processo.

3º – Processo e julgamento no Senado Federal;

A Constituição Federal, em seu artigo 86 caput, dispõe que admitida a acusação contra o Presidente da República, por 2/3 da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade, ficando suspenso de suas funções:

Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade

§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;

II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

4º – efeitos da condenação por crime de responsabilidade

¹⁵ Abordagem do Professor de Direito Constitucional Wellington Antunes, disponível em: <<https://goo.gl/IqTgvG>> Acesso em 09-10-2016.

A Constituição Federal, quanto ao processo e julgamento do processo de *Impeachment*, sinaliza que o julgamento se dá no Senado, sendo a sessão presidida pelo Presidente do STF, exigindo-se para a condenação 2/3 do Senado, (ou seja, 54 senadores) diferentemente de quando exige-se maioria simples, sendo somente para a instauração do processo no Senado. Entretanto, a condenação somente ocorre por quórum qualificado de 2/3 do Senado.

Para fins de complemento deste trabalho nos tópicos posteriores, torna-se importante chamar atenção para a não mais caracterização da inabilitação como pena acessória¹⁶ para cargos públicos em relação à perda de mandato pelo *Impeachment*. Sobre isso, Riccitelli (2006, p. 73) explica:

As implicações que compõem o sistema atual (do *Impeachment*) são: a) confirmação de existência de dois tipos de penas; b) as penas são: perda do cargo e inabilitação por oito anos para o exercício de função pública; c) a pena de inabilitação por prazo determinado (oito anos) deve ser simultaneamente aplicada e perde o caráter de acessoriedade

1.3 O *Impeachment* de Collor:

Fernando Collor de Mello¹⁷ foi o presidente mais jovem da história do Brasil, eleito aos quarenta anos de idade, sendo também o primeiro presidente eleito por voto direto do povo após o Regime Militar (1964-1985) e o primeiro deposto por um processo de *Impeachment* no país desde a promulgação da Constituição de 1988. Antes destas eleições, a última vez que o povo brasileiro elegeu um presidente pelo voto direto, foi em 1960, com a eleição de Jânio Quadros.

1.3.1 Linha do tempo – Escândalo e *Impeachment*

A fim de compreender o processo que resultou no *Impeachment* de Collor em 1992, desenvolvemos uma linha do tempo, com base em reportagens, documentos oficiais, no almanaque da Folha¹⁸ com a cronologia dos anos 90 no Brasil e no infográfico¹⁹ criado pelo site “último segundo”, contendo os principais fatores que implicaram na abertura do processo bem como as datas dos ritos processuais previstos na Constituição de 1988 e na Lei 1079/1950:

¹⁶ MS 21.689, rel. min. Carlos Velloso, j. 16-12-1993, P, DJ de 7-4-1995. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=85587>>

¹⁷ 32º presidente do Brasil.

¹⁸ Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil90.htm>> acesso em 11-10-16

¹⁹ Baseado nas obras “Os fantasmas da Casa da Dinda” (1992) e “Notícias do Planalto” (1999). Disponível em: <<https://goo.gl/4ykG7N>> acesso em 11-10-16

| | |
|----------------------------|--|
| 9 de maio de 1992 | Em meados do segundo ano de mandato, o irmão de Fernando Collor, Pedro Collor, libera um dossiê no qual acusa PC Farias ²⁰ de ser o “testa de ferro” do presidente; |
| 18 de maio de 1992 | Em entrevista, Pedro Collor afirma que PC Farias montou “ministério paralelo” praticando tráfico de influência no governo; |
| 19 de maio de 1992 | Pedro Collor é afastado de seu cargo de chefia nas Organizações Arnon de Melo pela mãe, Leda Collor de Mello, sob alegações de insanidade; |
| 27 de maio de 1992 | Revista Veja divulga edição especial com entrevista em que Pedro Collor afirma que PC Farias é testa-de-ferro ²¹ de Fernando Collor de Mello e que apartamento luxuoso comprado em Paris, associado a uma das empresas do tesoureiro, pertence ao presidente; |
| 26 de maio de 1992 | Fernando Collor desmente as acusações de Pedro e pede desculpas à nação por seu irmão, em cadeia nacional; |
| 27 de maio de 1992 | Pedro Collor convoca entrevista coletiva e torna públicos os resultados dos exames que desmentiam sua suposta insanidade mental; |
| 29 de maio de 1992 | Em fórum conjunto, as entidades do Movimento pela Ética na Política e União Nacional dos Estudantes pedem afastamento de Collor; |
| 1º de junho de 1992 | A partir do requerimento dos deputados do PT José Dirceu e Eduardo Suplicy, é instalada uma CPI para investigar o Esquema PC no governo Collor; |
| 4 de junho de 1992 | O irmão de Collor, Pedro, depõe à CPI e acusa PC Farias de montar uma rede de tráfico de influência no governo, com a conivência do presidente de acordo com conversas em que disse manter uma sociedade informal com o presidente da República, a quem transferia 70% dos lucros; |

²⁰ Tesoureiro da campanha de Collor.

²¹ Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/1236?page=18§ion=1&word=1992>>

| | |
|----------------------------|---|
| 9 de junho de 1992 | Em depoimento à CPI, PC Farias se diz um injustiçado, desmente as acusações e afirma que nunca sonegou impostos nem indicou nomes para cargos no governo; |
| 16 de junho de 1992 | Enquanto o presidente Fernando Collor participava da conferência climática Eco92, no Rio, em Brasília, o empresário Takeshi Imai prestava depoimento na CPI. Imai acusou o piloto Jorge Bandeira de Melo, sócio de PC Farias na empresa de táxi aéreo Brasil-Jet, de forçá-lo a fechar uma venda de pulverizadores com o Ministério da Saúde. A intermediação seria feita por empresa ligada a PC Farias. Jorge foi piloto do jatinho batizado de Morcego Negro na campanha de Fernando Collor e acompanhava o então candidato em suas viagens; |
| 23 de junho de 1992 | Em entrevista à revista Veja ²² , Renan Calheiros, ex-aliado de Collor, afirma ter alertado o presidente sobre irregularidades praticadas por PC Farias. No mesmo dia, Jorge Bandeira de Melo presta depoimento na CPI. Ele admitiu ter estado na firma de Takeshi Imai, mas negou que tenha ameaçado o empresário. Também afirmou não lembrar que PC Farias havia lhe cedido 5% da Brasil-Jet. |
| 28 de junho de 1992 | Revista Isto É ²³ publica informações concedidas por Francisco Eriberto França, motorista de Ana Acioli, secretária de Collor, onde ele confirma que a Brasil-Jet pagava as contas pessoais da residência presidencial, a Casa da Dinda, com cópia de cheque de 3 milhões de cruzeiros, nominal à primeira-dama Rosane Collor, assinado por Maria Gomes – secretária do presidente, como prova. |
| 1 de julho de 1992 | Em longo pronunciamento, Fernando Collor de Mello desmente as acusações de Eriberto França e declara que não mantinha ligações com PC Farias havia quase dois anos. No mesmo dia, Eriberto França desmente Collor, dizendo que, no aniversário do presidente, recebeu PC no elevador privativo do subsolo do Planalto, levando em mãos um presente embrulhado; |
| | A prova definitiva dos vínculos entre Collor e o esquema de PC Farias vem com cheque utilizado na compra de um Fiat Elba para Rosane Collor. O cheque, publicado |

²² Disponível em: <<https://goo.gl/svzb2x>> acesso em 11-10-16

²³ Disponível em: <<https://goo.gl/dKRvVn>> acesso em 11-10-16

| | |
|-----------------------------|---|
| 5 de julho de 1992 | pelo jornal O Globo, era de José Carlos Bonfim, correntista-fantasma cujos cheques eram assinados pelo ex-piloto Jorge Bandeira de Melo, sócio de PC Farias. |
| 14 de julho de 1992 | Internada no hospital, Ana Acioli, secretária do presidente, disse para a CPI que cuidava dos gastos pessoais de Collor por meio de contas abertas no nome dela no Banco Rural, no Bancesa e no BMC, mantidas com depósitos do secretário particular do presidente, Cláudio Vieira. |
| 30 de julho de 1992 | Em seu depoimento à CPI, o secretário da Presidência, Cláudio Vieira, tratou sobre a Operação Uruguai - uma tentativa de justificar os gastos pessoais de Collor, a reforma da Casa da Dinda, e o pagamento das despesas por PC Farias e contas fantasmas. Segundo Vieira, a origem do dinheiro vinha de um empréstimo no valor de US\$ 5 milhões feito através de uma empresa de Montevidéu para financiar a campanha de 1989; |
| 11 de agosto de 1992 | Dez mil pessoas se reúnem no vão do MASP, em São Paulo, na primeira de uma série de manifestações dos caras-pintadas contra o presidente. Protestos são marcados por bom humor e irreverência. |
| 13 de agosto de 1992 | Fernando Collor faz pronunciamento pedindo que a população do País vista verde e amarelo em manifestação marcada para 16 de agosto, domingo, em resposta aos que o acusavam; |
| 16 de agosto de 1992 | O preto domina na guerra das cores proposta pelo presidente. Dia ficou conhecido como Domingo Negro. Em pelo menos dez capitais houve manifestações de rua contra o governo, com destaque para RJ, BSB e SP; |
| 21 de agosto de 1992 | A comissão confirma que a reforma na Casa da Dinda foi paga pela Brasil Jet. Cerca de 40 000 estudantes cariocas, convocados pela União Nacional dos Estudantes, pediram o <i>Impeachment</i> de Collor. O jornal norte-americano The New York Times comenta em editorial a situação política do Brasil sob o título "Cry for Brazil" ²⁴ (Lágrima pelo Brasil); |
| 24 de agosto de 1992 | A comissão do <i>Impeachment</i> conclui que Collor desonrou a presidência e tem ligações com o Esquema PC; |

²⁴ Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1992/08/21/opinion/cry-for-brazil.html>> Acesso em 12-10-16

| | |
|-------------------------------|---|
| 25 de agosto de 1992 | Multidões vão às ruas das capitais do país exigir a renúncia de Collor ²⁵ , a Revista Veja publica editorial em que afirma “O Brasil renuncia a Collor. Os ministros divulgam nota afirmando que vão permanecer para garantir a governabilidade. |
| 26 de agosto de 1992 | Depois de 85 dias de trabalho da comissão, o senador Amir Lando conclui seu relatório ²⁶ , incriminando Collor. O relatório afirmava que Ana Acioli recebia depósitos de PC Farias e de suas contas fantasmas. A estimativa feita na época era que US\$ 6,5 milhões tinham sido transferidos para pagar os gastos pessoais do presidente em 33 meses de mandato. A CPI recomendou a abertura do processo de <i>Impeachment</i> . O texto foi aprovado na comissão por 16 a favor e 5 contra. |
| 31 de agosto de 1992 | A primeira-dama, Rosane Collor, deixa a LBA após uma série de denúncias de irregularidades |
| 1 de setembro de 1992 | Pedido de <i>Impeachment</i> de Collor é entregue à Câmara dos Deputados. |
| 20 de setembro | Collor faz um longo pronunciamento ²⁷ usando a rede nacional de TV para fazer a sua defesa. |
| 29 de setembro de 1992 | A Câmara dos Deputados vota a favor da abertura do processo de <i>Impeachment</i> de Collor por 441 votos a favor e 33 contra. |
| 1º de outubro de 1992 | O processo de <i>Impeachment</i> é instaurado no Senado. |
| 2 de outubro de 1992 | Collor é afastado da Presidência até o Senado concluir o processo de <i>Impeachment</i> . O vice-presidente Itamar Franco assume provisoriamente o governo e começa a escolher sua equipe ministerial. |
| 29 de dezembro de 1992 | Começa o julgamento de Collor no Senado. O presidente renuncia por meio de uma carta ²⁸ lida pelo advogado Moura Rocha no Senado, para evitar o <i>Impeachment</i> . |
| 30 de dezembro de 1992 | Por 76 votos a favor e 3 contra, Fernando Collor é condenado à perda do mandato e à inelegibilidade por oito anos. |

²⁵ “O Brasil renuncia a Collor” disponível em: <<https://goo.gl/Kohxzn>> Acesso em 11-10-16

²⁶ Disponível em: <<https://goo.gl/EWlnmp>> acesso em 11-10-16

²⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=frqNKSnsqLI>> Acessado em 11-10-16

²⁸ Disponível em: <<https://goo.gl/B0sxxt>> acesso em 11-10-16

1.3.2 Considerações sobre o *Impeachment* de 1992 e suas consequências

O processo contra o então Presidente Fernando Collor de Mello tratou de crime de responsabilidade, relacionado à corrupção, definido no artigo 85, mostrando seu caráter essencialmente político. Mesmo após perda do mandato e inabilitação por 8 anos, a questão chegou ao Supremo Tribunal Federal - que foi contra o resultado do Senado Federal pela perda do cargo de Presidente da República e pela inabilitação política de Collor por oito anos -, no fim de 1993, em sessão presidida pelo Ministro Carlos Velloso²⁹, ainda assim, foi acusado³⁰ e posteriormente absolvido³¹ pela segunda e derradeira vez.

Em 2006, foi eleito Senador da República, representante do Estado de Alagoas, pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Assim que tomou posse no Senado Federal, em 1º de fevereiro de 2007, migrou para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Collor participou da votação do *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, votando pela perda do mandato.

Dessa forma, o *Impeachment* se popularizou, e deixou de ser um instrumento jurídico e político distante da realidade nacional.

1.4 O *Impeachment* de Dilma Rousseff

A presidenta Dilma Rousseff³² foi reeleita em 2014, após seu primeiro mandato, de 2010 a 2014, com 51,64% dos votos válidos contra 48,36% do candidato da oposição, Aécio Neves (PSDB), de acordo com a apuração final³³ do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dilma obteve 54,5 milhões votos contra 51 milhões, de Aécio.

1.4.1 Linha do tempo – Da reeleição apertada ao *Impeachment*

Acreditamos ser importante evocar o contexto inicial do *Impeachment* em questão, em vista que os objetos de análise deste trabalho estão inseridos em tal contexto. Através de revisão de conteúdo, observamos que a instabilidade do governo deposto pelo *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff se iniciou em instâncias políticas não oficiais, se originando da forte oposição logo

²⁹ Vide MS Nº 21.689-DF, rel. Min. Carlos Velloso, disponível em: <<https://goo.gl/9DTFUM>> Acesso em 11-10-16

³⁰ Em 2000, pela ação penal elaborada pelo MT nº465 no STF, disponível em:

<<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14774170/acao-penal-ap-465-df-stf>> Acesso em 11-10-16

³¹ Em 2014, vide justificativa para absolvição da relatora ministra Cármen Lúcia, disponível em:

<<http://tv.uol/10yBF>> Acesso em 11-10-16

³² 36ª presidenta do Brasil.

³³ Disponível em: <<https://goo.gl/vjQuFZ>> acesso em 11-10-16

após a derrota apertada nas Eleições de 2014, momento em que o então partido derrotado, PSDB, pediu permissão ao TSE para realizar uma auditoria do resultado após a vitória da presidente Dilma Rousseff por 3,4 milhões de votos a mais que o candidato do PSDB, alegando “descrença quanto à confiabilidade da apuração dos votos e à infalibilidade da urna eletrônica”, dando margem a interpretações de que a vitória de Dilma havia sido forjada. O processo de auditoria, porém, foi finalizado pelo partido quase um ano após a vitória de Dilma, e através de um relatório³⁴, afirmava que “o sistema eletrônico de votação do TSE não está projetado e tampouco foi implementado para permitir uma auditoria externa independente e efetiva dos resultados que publica”, ao não encontrar provas concisas que atestassem fraude.

Além desse processo, o partido entrou também com o pedido de cassação do registro da candidatura³⁵ de Dilma Rousseff e Michel Temer alegando que eles teriam praticado abuso do poder político e econômico na campanha eleitoral, na tentativa de diplomar Aécio Neves como presidente, a ação protela-se até hoje no STE, mesmo após o *Impeachment* de Dilma.

Assim como a oposição do PSDB junto a outros partidos menores, outros fatores abalaram o segundo mandato de Dilma Rousseff, que tomou algumas medidas impopulares contrariando aquilo que havia dito em campanha eleitoral e teve de lidar com as consequências de alguns erros de gestão, heranças de seu primeiro mandato, bem como as diversas denúncias de corrupção envolvendo membros do PT, seu partido de origem, que passou a ter vários de seus partidários como os principais investigados da Operação Lava Jato³⁶ da Polícia Federal e por fim, mas não menos importante, a visível imparcialidade da mídia, que polarizou ainda mais o processo e suas repercussões, ajudando a desenvolver o senso comum sobre o *Impeachment*.

Em julho de 2015, o então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, peça fundamental para a concretização do *Impeachment*, ao ser incluso na Investigação da Lava Jato, anunciou ruptura com o governo, solicitando novo pedido de *Impeachment* de Dilma. Cunha alegava que o governo havia orquestrado uma campanha contra ele na Operação Lava Jato como um dos fatores que o levaram ao rompimento (posteriormente, Cunha foi afastado da Presidência da Câmara e teve o mandato de deputado cassado em setembro de 2016). Para além disso, a crise econômica que

³⁴ Disponível em: <<https://goo.gl/zewhhr>> acesso em 11-10-16

³⁵ Disponível em: <<http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2014/12/acaotse181214.pdf>> acesso em 11-10-16

³⁶ A operação Lava Jato é tida como a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>> acesso em 11-10-16

atingiu o país com mais força em 2015, tornou-se uma crise política que foi agravada pela instabilidade que a falta de apoio na Câmara e no Senado infringiu ao governo.

A partir desses fatores contextuais rapidamente abordados, a linha do tempo abrange primordialmente os trâmites do Processo de *Impeachment* segundo os ritos constitucionais, também previstos na Lei 1.079/1950, bem como os acontecimentos políticos que ocorreram em meio ao desenvolvimento do mesmo.

Para tal, utilizamos várias matérias jornalísticas acerca dos acontecimentos, bem como documentos oficiais relacionados ao processo e a linha do tempo desenvolvida pelo site “Brasil de Fato”³⁷.

| | |
|-------------------------------|---|
| 2 de dezembro de 2015 | Eduardo Cunha dá abertura ao processo a partir da aceitação do documento apresentado por Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. |
| 7 de dezembro de 2015 | Os líderes governistas reagem e Cunha adia para o dia seguinte a formação da comissão especial de impedimento. No mesmo dia, vaza uma carta de “caráter pessoal” de Temer destinada a Dilma ³⁸ , na qual Temer diz fazer um “desabafo” e acusa a presidenta de nunca ter confiando nele e no PMDB. Ele também afirma que sempre foi um vice “decorativo” e demonstra descontentamento pelas falas recentes de Dilma lhe cobrando lealdade. |
| 8 de dezembro de 2015 | A chapa alternativa para a comissão é aprovada, com forte reação dos governistas. O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, suspende todo o processo a fim de elaborar um rito válido constitucionalmente. |
| 11 de dezembro de 2015 | A presidenta Dilma entra com pedido no STF para anular o processo de impedimento. Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República, entra com uma ação semelhante com o objetivo de questionar diversos pontos da lei que regula o impedimento por crimes de responsabilidade no Brasil (Lei 1.079/1950). |
| 15 de dezembro de 2015 | A oposição defende a legalidade do processo junto ao STF. |

³⁷ Disponível em: <<https://goo.gl/Ms46Np>> acesso em 11-10-16

³⁸ Disponível em: <<https://goo.gl/ER4gBJ>> acesso em 11-10-16

| | |
|-------------------------------|---|
| 16 de dezembro de 2015 | O ministro Fachin julga improcedente uma ação que pretendia colocar sob suspeita a abertura do processo por Cunha. |
| 17 de dezembro de 2015 | O STF decide que “à Câmara dos Deputados cabe apenas autorizar o Senado a abrir o processo, cabendo ao Senado fazer o juízo inicial de instalação ou não do procedimento, quando a votação se dará por maioria simples”, decide também que “a votação para escolha da comissão especial na Câmara deve ser aberta, sendo ilegítimas as candidaturas avulsas de deputados para sua composição, e que o afastamento do cargo de presidente ocorre após o processamento da denúncia pelo Senado” ³⁹ |
| 1 de fevereiro de 2016 | A Câmara envia ao Supremo os embargos de declaração que questionam as decisões tomadas pela Corte em 2015. |
| 7 de março de 2016 | O STF apresenta um acórdão ⁴⁰ (ADPF 378) que mantém a decisão sobre o rito, contrariando a vontade da oposição. |
| 16 de março de 2016 | O STF ratifica sua decisão em resposta aos embargos enviados pela Câmara. Por 9 votos a 2, o Supremo fixa a impossibilidade de chapas ou candidaturas avulsas para composição da comissão especial da Câmara que analisa as acusações, determina que a votação para escolha dos integrantes do colegiado seja aberta, mostrando a opção de cada deputado, e além disso, também vota para permitir que o Senado rejeite a instauração do processo, mesmo após decisão contrária da Câmara, em favor da abertura do processo. |
| 17 de março de 2016 | A Câmara finalmente elege, por votação aberta, os 65 integrantes da comissão especial que analisaria o pedido de <i>Impeachment</i> da presidenta Dilma Rousseff ⁴¹ . O PT e o PMDB possuem mais deputados que os outros partidos. |
| 29 de março de 2016 | PMDB rompe com o PT (governo) com todos os pmdbistas entregando os cargos no governo e PT posiciona-se contra Temer. |

³⁹ Disponível em: <<https://goo.gl/dUyy6t>> acesso em 11-10-16

⁴⁰ Citado no tópico sobre os ritos do processo. Disponível em: <<https://goo.gl/xv9mC9>> acesso em 11-10-16

⁴¹ Disponível em: <<https://goo.gl/dy7vMf>> acesso em 11-10-16

| | |
|----------------------------|---|
| 30 de março de 2016 | Os denunciantes do processo, Janaina Paschoal e Miguel Reale Jr, comparecem à comissão para prestar depoimento. |
| 31 de março de 2016 | O governo apresenta a sua defesa na comissão. |
| 6 de abril de 2016 | O relator da comissão de <i>Impeachment</i> , Jovair Arantes, apresenta, na Câmara dos Deputados, um parecer ⁴² contrário à continuidade do governo Dilma. |
| 11 de abril de 2016 | Vaza áudio ⁴³ de discurso de Temer no qual faz afirmações como se a abertura do processo de <i>Impeachment</i> da presidenta Dilma Rousseff já tivesse sido aprovada pela Câmara que sua assessoria alega ser “um ensaio”. Horas mais tarde, a comissão especial do <i>Impeachment</i> aprova, por 38 votos a 27, parecer pela abertura do processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff. |
| 15 de abril de 2016 | O STF recusa pedidos de suspensão e anulação da votação. |
| 17 de abril de 2016 | Os deputados federais aprovam o prosseguimento do processo de <i>Impeachment</i> da presidenta da república, Dilma Rousseff. A Câmara dos Deputados, em uma sessão conturbada, concluiu a votação, por maioria de 342 votos, às 23h08, 9 horas após a sessão ser iniciada. O processo, então, seguiu para o Senado Federal, que assumiu o encargo de instaurar ou arquivar o processo de impedimento. |
| 18 de abril de 2016 | Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, entrega a Renan Calheiros, presidente do Senado, o processo de 12.044 páginas. |
| 19 de abril de 2016 | O senador Vicentinho Alves, primeiro-secretário do Senado, lê oficialmente o parecer da Câmara, que autoriza a Casa a prosseguir no rito de impedimento de Dilma. Abre-se assim o prazo de 48 horas para que os líderes partidários indiquem os nomes para a composição dos integrantes da comissão que analisará o processo. |

⁴² Disponível na íntegra em: <<https://goo.gl/FnXR8r>>. Acesso em 11-10-16

⁴³ Disponível na íntegra em: <<https://goo.gl/fAc7h2>> acesso em 11-10-16

| | |
|----------------------------|---|
| 25 de abril de 2016 | O plenário do Senado Federal elege os 21 senadores titulares e 21 suplentes que irão compor a comissão de <i>Impeachment</i> . |
| 26 de abril de 2016 | É instalada a comissão no Senado. No mesmo dia, são eleitos o presidente da comissão, Raimundo Lira, e o relator, Antonio Anastasia. |
| 28 de abril de 2016 | Os denunciante do Crime de Responsabilidade Fiscal prestam depoimento à comissão do Senado. |
| 29 de abril de 2016 | Ministros de governo falam pela defesa da presidenta Dilma na comissão. |
| 4 de maio de 2016 | O relator Antonio Anastasia apresenta parecer ⁴⁴ favorável à abertura do processo no Senado. |
| 6 de maio de 2016 | A comissão especial do <i>Impeachment</i> do Senado aprovou, por quinze votos a favor e cinco contra, o relatório do senador Antonio Anastasia, favorável ao prosseguimento do processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff. |
| 10 de maio de 2016 | O presidente substituto de Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão, publica uma nota ⁴⁵ anulando a votação do processo de <i>Impeachment</i> do dia 17 de abril, alegando que a aprovação ocorreu de forma incorreta e pedindo que o Senado devolva o relatório do processo para que se realize uma nova votação com os deputados. Renan Calheiros não aceita e afirma que o rito no Senado vai continuar. Na noite do mesmo dia, Waldir Maranhão revoga ⁴⁶ a própria decisão e desiste de anular a votação no plenário da Câmara. |
| 10 de maio de 2016 | O governo entra com um recurso no STF para tentar barrar o processo de <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff. |
| 11 de maio de 2016 | O ministro do STF Teori Zavascki nega o recurso do governo para anular o processo de <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff.. |

⁴⁴ Disponível em: <<https://goo.gl/nzNDSf>> acesso em 11-10-16

⁴⁵ Disponível na íntegra em: <<https://goo.gl/l6WUyD>> acesso em 11-10-16

⁴⁶ Nota de revogação da nota de anulação, disponível na íntegra: <<https://goo.gl/ULrWul>> acesso em 11-10-16

| | |
|-----------------------------|---|
| 12 de maio de 2016 | Às 6h54 da manhã com 55 votos favoráveis, 22 contrários e 2 ausentes, o Senado autoriza a abertura do processo de <i>Impeachment</i> propriamente dito, e determina o afastamento da presidenta da República, Dilma Rousseff, pelo período de até 180 dias. Ainda pela manhã, Dilma Rousseff é notificada sobre seu afastamento do cargo e o Vice, Michel Temer, é notificado para assumir o cargo interinamente. No mesmo dia, em reunião no gabinete da Presidência do Senado Federal, o Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal, assume a Presidência do Senado para os fins do processo e nomeia o Secretário-Geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, escrivão do processo do mesmo modo como ocorreu em 1992. |
| 29 de julho de 2016 | Após uma longa fase de depoimentos da acusação e da defesa, a presidenta Dilma entrega as suas alegações finais na Câmara. |
| 2 de agosto de 2016 | O relator, Antônio Anastasia, apresenta, no Senado, um parecer favorável ⁴⁷ final ao impedimento de Dilma. |
| 4 de agosto de 2016 | O relatório de Anastasia é aprovado na comissão do Senado. |
| 10 de agosto de 2016 | O relatório é aprovado no plenário do Senado e Dilma vai a julgamento. A acusação se antecipa e entrega o libelo acusatório ⁴⁸ com apenas 9 páginas. |
| 12 de agosto de 2016 | A defesa entrega a resposta ⁴⁹ ao libelo, com 675 páginas. O julgamento é marcado para se iniciar no dia 25 de agosto de 2016. |
| 25 de agosto de 2016 | Se inicia a etapa final do julgamento. |
| 29 de agosto de 2016 | Dilma se defende no Senado por 13 horas e classifica o processo como um golpe. |
| 31 de agosto de 2016 | Dilma Rousseff perde definitivamente seu cargo em votação no plenário do Senado. Porém, através da decisão por votar a perda do mandato e a elegibilidade em separado pelo Senado, mantém sua elegibilidade, o que criou uma jurisprudência contrária àquela citada anteriormente sobre a simultaneidade da perda do |

⁴⁷ Disponível na íntegra em: <<https://goo.gl/i6KCvf>> acesso em 11-10-16

⁴⁸ Disponível na íntegra em: <<https://goo.gl/5ta7IU>> acesso em 11-10-16

⁴⁹ Disponível na íntegra em: <<https://goo.gl/wWxFkP>> acesso em 11-10-16

| | |
|--|---|
| | mandato e a inelegibilidade. Tal decisão gerou ainda mais instabilidade quanto a legitimidade da decisão. |
|--|---|

1.4.2 Considerações sobre o *Impeachment* de 2016 e suas consequências:

Diferentemente do caso do *Impeachment* de Collor, que contou com o apoio da maioria da população, o *Impeachment* de Dilma gerou muitas controvérsias, além de grande polarização do país, entre prós e contras.

Ainda é cedo para avaliar em totalidade e longo prazo as consequências do *Impeachment* de Dilma Rousseff, apesar de já haverem muitas reformas e projetos propostos⁵⁰ pelo governo substituto de Michel Temer, que são contrários ao Programa de Governo ganhador das Eleições pela sua chapa com Dilma. O que fica evidente é o clima de instabilidade política que o processo gerou, além do precedente jurídico que se abre, ao qual ficarão à mercê os próximos presidentes eleitos.

Ao fim do processo, diferentemente do caso de Collor, que tentou renunciar ao cargo para salva-se da continuidade do processo, Dilma manteve seu posicionamento quanto às acusações e ao *Impeachment* do qual foi alvo, dizendo não renunciar ao mandato e associando o processo a um golpe parlamentar.

1.5 A dualidade do *Impeachment*

Por muito tempo, representantes das últimas instâncias responsáveis por tal processo consideravam o “*Impeachment*” um instrumento jurídico antiquado. Juristas de renome, como Paulo Brossard⁵¹, que logo após o *Impeachment* de Collor, afirmou em um artigo para a edição de 6 de janeiro de 1993 do Correio Braziliense⁵², que:

(...) a generalidade dos publicistas até o fim do século passado, concluía que o *Impeachment*, com o correr do tempo, se tornara antiquado e inadequado processo de apuração da responsabilidade presidencial, alguma coisa como roupa de menino em corpo adulto, ou como couraça da cavalaria medieval em tempos de armas atômicas; uma velharia a ser recolhida ao museu das antiguidades constitucionais.

⁵⁰ Como as reformas Previdenciária e Trabalhista, a PEC 55 do “teto de gastos”, a Medida Provisória para mudanças no ensino médio, entre outras.

⁵¹ Reconhecido pelo seu trabalho intitulado “O *Impeachment*” (1964) e ministro do STF na época do primeiro *Impeachment*, contra Collor

⁵² Depois do *Impeachment*. Correio Braziliense. 6 jan. 1993. Disponível em: <<https://goo.gl/xOzjio>>. Acesso em: 11-10-16

Brossard se referia a aplicabilidade jurídica do *Impeachment*, já que o processo se originava e se findava através de procedimentos e instâncias políticas, afirmando em sua obra sobre o tema que o *Impeachment* era “incapaz de solucionar as crises constitucionais, paradoxalmente, contribuindo para o agravamento delas” (BROSSARD, 1965, p 204). Mais adiante, no mesmo artigo para o Correio Braziliense após o *Impeachment* de Collor, ele afirma que a conclusão de seu texto de 1964⁵³ ainda é válida, já que apesar de ser posto em prática, o processo continua a ser antiquado: “(...) a despeito do funcionamento feliz do processo escabroso, longe de infirmar, a experiência recente veio a confirmar a conclusão da tese (de 1964), demonstrando a primariedade do instrumento ainda vigente entre nós.”

Rui Barbosa⁵⁴, outra personalidade política de grande importância para o Brasil, ao mesmo tempo que criticava as “mazelas” existentes no recente sistema presidencialista, afirmava que “(...) neste regime (o presidencialismo), onde para o chefe do Estado não existe responsabilidade, porque a responsabilidade criada sob a forma do *Impeachment* é absolutamente fictícia, irrealizável, mentirosa.” (BARBOSA apud BROSSARD, 1949, p. 205)

Dessa forma, até 1992, o *Impeachment* se mostrava “inepto para realizar os fins que lhe foram assinados pela Constituição”. Assim, não assegurava, “de maneira efetiva, a responsabilidade política do Presidente da República” (BROSSAD, 1992, p. 201) até sua utilização no caso Collor em 1992.

Assim, verifica-se a crítica à imposição de ritos jurídicos a um processo que, em suma, é político e não assegura a responsabilidade segundo os preceitos previstos na Constituição, sendo que esta dualidade do processo, abre uma margem maior para erros e contestações, principalmente em relação ao seu procedimento jurídico.

É importante ressaltar que o fundamento jurídico do processo de *Impeachment* não pode ser desconsiderado pois sem ele, a destituição do presidente eleito perde o respaldo constitucional, como afirma o próprio relator do Processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff, Jovair Arantes, no Parecer⁵⁵ sobre a Denúncia por Crime de Responsabilidade apresentada contra a presidenta “(...) o

⁵³ A qual utilizamos neste trabalho, em sua segunda tiragem de 1965.

⁵⁴ Foi um polímata, brasileiro, tendo se destacado principalmente como jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador. Um dos intelectuais mais brilhantes do seu tempo, foi um dos organizadores da República e coautor da constituição da Primeira República juntamente com Prudente de Moraes.

⁵⁵ Disponível na íntegra em: <<https://goo.gl/9URRCg>> acesso em 11-10-16

Impeachment não pode ser considerado um processo exclusivamente político, imune a critérios jurídicos ou ao controle judicial da legalidade de sua tramitação.” (2015, p. 36). Todavia, aqueles que analisam os crimes de responsabilidade, bem como o nível de admissibilidade de uma acusação de crime de responsabilidade, são políticos e não juristas. Assim,:

não é preciso grande esforço energético para verificar que, na amplitude da norma legal, - "proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra de o decore do cargo" -, cujos confins são entregues à discricão da maioria absoluta da Câmara e de dois terços do Senado, cabem todas as faltas possíveis, ainda que não tenham, nem remotamente, feição criminal (BROSSARD, 1965, p. 56)

Historicamente, em se tratando de decisões políticas, é impossível não assimilar várias delas a questões de interesse. A avaliação final da proporcionalidade entre a culpa imputada e a pena a ser aplicada é do Senado, uma casa essencialmente política, e não do Poder Judiciário. Rui Barbosa, também afirma que “(...) as maiorias parlamentares são manejadas por um sistema de eleição que as converte num meio de perpetuar o poder às oligarquias estabelecidas” (BROSSARD, Paulo apud BARBOSA, Rui, 1949⁵⁶, p. 205), o que, em suma, diz respeito ao jogo de conveniência, ao qual a maioria dos parlamentares se mostra mais fiel que a qualquer aliança política estabelecida, onde as “oligarquias” políticas são as únicas que perduram. Fica claro que se trata de uma série de fatores políticos e jurídicos conjugados que contribuem para o êxito ou fracasso de um *Impeachment*, entretanto, é importante observar quando os fatores políticos se sobrepõem aos fatores jurídicos.

Outro fato a ser observado em relação ao *Impeachment*: a força do senso comum, quando a “voz do povo” também é combustível para o *Impeachment*. “O senso comum está continuamente sendo criado e re-criado em nossas sociedades, especialmente onde o conhecimento científico e tecnológico está popularizado” (MOSCOVICI, 2007, p. 95). A partir disso, podemos compreender que o senso comum e as representações sociais que dele advêm, são retocadas de tempos em tempos e pelas mais diferentes fontes simbólicas, sendo que:

(...) essas representações adquirem uma autoridade ainda maior, na medida em que recebemos mais e mais material através de sua mediação - analogias, descrições implícitas e explicações dos fenômenos, personalidades, a economia, etc. (MOSCOVICI, 2009, p. 95)

⁵⁶ Presidencialismo e Parlamentarismo na ideologia de Rui Barbosa. Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre, vol.1. 1949. Disponível em: <<https://goo.gl/W9vYsa>>. Acesso em 11-10-16

Ou seja, que as representações de fatos, fenômenos ou processos em sociedade tomem o lugar dos fatos em si, por serem opções mais reduzidas e populares, por vezes, parciais ou sujeitas à ruídos em sua concepção. Do ponto de vista do *Impeachment*, sem a voz do povo, o processo se torna um instituto fraco pois a voz do povo o confere legitimidade. E a voz do povo é um reflexo das representações advindas do senso comum ou do pensamento coletivo, que se desenvolve através das informações recebidas, seja entre as conversações interpessoais e grupais, seja através das mídias e os demais conteúdos comunicacionais. Essa condição de existência do *Impeachment* – interação direta com a voz do povo – ficou latente com o caso Collor, bem como nos Estados Unidos com o caso Clinton. Esses casos revelaram outra instância do *Impeachment*: a instância popular, o clamor público, a necessidade de participação direta e efetiva do povo no processo político de deposição dos mandatários por ele eleitos, tanto contrária como favoravelmente. Já no caso do *Impeachment* de Dilma, uma significativa parcela da população se posicionou contrariamente ao Processo, ainda assim, a decisão parlamentar, em suas duas casas, Câmara e Senado, se sobrepôs a essa parcela, evocando somente a parcela que se posicionou favoravelmente de forma a se auto afirmar como representante da totalidade do povo. Isso reverberou na maior polarização da população, bem como na queda dos índices de legitimidade conferidos ao governo do vice-presidente, Michel Temer, que segundo pesquisa realizada em agosto de 2016 pelo Instituto Ipsos⁵⁷, apresenta 68% de reprovação.

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.ipsos.com.br/pgConteudo.aspx?id=154>>. Acesso em 11-10-16.

CAPÍTULO 2: DISCURSO E PODER

Este Capítulo tem como objetivo promover o debate e a reflexão sobre os aspectos fundamentais do Discurso enquanto poder e enquanto instrumento de legitimação do poder, sendo este o universo teórico em que este trabalho está inserido, bem como os símbolos e os significados advindos do Discurso, com a intenção de atentar para alguns dos preceitos principais relacionados ao Discurso enquanto prática social e política. Desta forma, o primeiro tópico desenvolverá um histórico do surgimento do Discurso enquanto prática política, bem como sua utilização no Brasil. No tópico posterior, nos dedicaremos aos conceitos relacionados à Ordem do Discurso, segundo Foucault (2008), bem como os poderes simbólicos que o permeiam, a partir da obra de Bourdieu (1989), em uma tentativa de discutir sobre os aspectos fundamentais da construção discursiva inserida no contexto político. Por fim, o terceiro tópico traz a perspectiva do Discurso enquanto prática política, baseando-se na obra de Charandeau (2006), que promove uma reflexão sobre a natureza, funções, regras e procedimentos do discurso político enquanto processo de influência social, para além disso, abordaremos brevemente a situação de produção do discursos por profissionais da comunicação.

Para tal, usaremos o texto de Bonfim (2004)⁵⁸ acerca da matriz retórica brasileira, bem como a obra de Foucault (2008)⁵⁹, que desenvolve um estudo da ordem do discurso enquanto instrumento social de poder, onde supõe que “(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos (...) (2008, p. 9). Também utilizaremos a obra de Bourdieu (1989)⁶⁰, de forma complementar a de Foucault, abordando o discurso enquanto instrumento de apropriação, legitimação e domínio de um poder, e por fim, Charandeau (2006)⁶¹ que trata especificamente do discurso de cunho político e os fatores estratégicos a ele relacionados.

⁵⁸ Palavra de Presidente, vol. I. Discursos de Posse de Deodoro a Lula. LGE Editora, 2004.

⁵⁹ A Ordem do Discurso. 17ª Edição: junho de 2008. LOYOLA, São Paulo, Brasil.

⁶⁰ O Poder Simbólico. Bertrand. Rio de Janeiro, 1989.

⁶¹ Análise do Discurso: gênero, comunicação e sociedade. Discurso Político. UFMG. Belo Horizonte, 2006. & Discurso Político. Contexto. São Paulo, 2006.

2.1 Breve contextualização: Discurso enquanto prática política

A política surge na Grécia antiga ante a necessidade de gerir a pólis (cidade-estado) sem que os conflitos de interesse público gerassem caos social. Para além de gerir a pólis, a política nasce em busca de representar a sociedade de maneira equilibrada, embora fosse – e seja até hoje – perceptível a dificuldade de, diante de tantas necessidades sociais distintas, gerir todos os recursos a fim de tornar estável a situação das demandas sociais como um todo. Ainda assim, a política se construiu e se constrói até hoje através das relações de poder daqueles que governam, obedecendo, desde o início, aos interesses de poucos.

Os discursos passaram a enunciar o que as relações de representatividade política queriam transmitir, as ideias e a imagem que seus oradores queriam construir. Inicialmente, os primeiros discursos propriamente políticos aconteciam nas Ágoras (assembleias públicas) – onde se discutia assuntos ligados à vida da cidade (pólis), temas ligados à justiça, obras públicas, leis, cultura e etc. –, os cidadãos, então, votavam e decidiam.

Porém, embora a Grécia tenha nos deixado como legado a ideia da democracia direta (em que os cidadãos argumentam e deliberam sobre seus futuros sociais), aquela também era “(...) uma sociedade excludente, pois ser cidadão estava vinculado a valores econômicos, de raça e de gênero.” (BONFIM, 2004, p. 17), na qual escravos, mulheres e negros não eram aceitos nas assembleias, ou “ágoras” onde se “legislava” sobre os interesses da sociedade.

Dessa forma, ao analisar a retórica brasileira, observamos que, inicialmente, só a nobreza, o clero e a burguesia tinham influências políticas, sendo assim, a retórica, uma prática altamente elitista, refletindo o elitismo político brasileiro.

Na obra de Bonfim (2004), destacam-se alguns exemplos dos grandes oradores brasileiros, como: Rui Barbosa, que tinha sua fala carregada de citações literárias, bem como de termos jurídicos, já que antes de ser político, Rui era um grande jurista.

Com o passar dos séculos, os governantes, além do desafio de administrar e representar a coletividade através da política, tiveram a necessidade de dialogar com as mais diversas esferas da sociedade, tornando, assim, os discursos políticos de vital importância, não só eleitoral, mas governamental. Os discursos políticos são poderosos instrumentos na manutenção de um poder e quase sempre tendem a influenciar fortemente a opinião pública, a ponto de conseguirem marcar

a história de um povo, de um Estado e até mesmo de um país, transformando-se em símbolos de lutas e representações sociais.

No Brasil, durante os últimos 30 anos, surgiram líderes políticos que marcaram a história brasileira, sendo que alguns chegaram a se tornar presidentes, marcando a história do país não somente com seus governos, mas a escrevendo através de seus discursos políticos, como Tancredo Neves, Jucelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso, Ulysses Guimarães, Mario Covas e Luís Inácio Lula da Silva, pois em seus discursos haviam “(...) coisas ditas uma vez, que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza.” (FOUCAULT, 2008, p. 22)

Ao adentrarmos a abordagem discursiva enquanto “retórica”, se torna interessante abordar a sua constituição básica, que de acordo com Bonfim (2004, p.15), contempla: a) o Orador: quem se dirige a um auditório em busca de provocar alguma reação com sua fala. b) o Auditório: composto pela pessoa ou pelas pessoas a quem o orador quer influenciar, podendo ser audiências específicas ou uma audiência “universal” que engloba toda uma comunidade, sendo que “na situação retórica, considera-se que esse auditório tem poder sobre aquilo que é objeto de deliberação do orador” (p. 15), visto que o ambiente de argumentação que envolve o orador e o auditório é um espaço de persuasão e convencimento, onde a retórica é a possibilidade de mudar a realidade sem o uso da força.

Bonfim (2004, p. 15) afirma que “para persuadir o orador procura compartilhar valores e sentimentos com o ouvinte, procura despertar sua compaixão por determinada pessoa ou causa; ou seu repúdio por um ato considerado vil;” construindo assim, um elo de empatia com o ouvinte que pode ser forte a ponto de a conquista do orador tornar-se do ouvinte.

A retórica, no contexto de discurso, pode ser explicada como a “arte de bem falar, de bem argumentar” ou “o uso da linguagem para mudar o mundo” (BONFIM, 2004, p. 17), ainda assim, ser um bom orador não é só “falar bem” mas também, raciocinar bem, a fim de que a expressão desse raciocínio seja instrumento de convencimento. A retórica brasileira tem como principais campos, a política, a economia e a religião (BONFIM, 2004, p. 18), podendo-se observar que, no campo político ela apresenta tendências tanto conservadoras quanto libertárias, havendo até mesmo combinações de uma e de outra e tentativas de conciliação bem sucedidas, como no caso do populismo. Um exemplo catalisador de ambos os discursos (libertário e conservador) é Getúlio

Vargas, que é libertário ao propor a quebra do padrão da política dos governadores, mas se mostra conservador ao se utilizar de diversos golpes, como restrições ao Congresso e a livre existência da oposição, para se manter no poder. Paradoxalmente, Getúlio se apropria do discurso trabalhador para abrir espaço para suas demandas, com a edição das leis trabalhistas e do sistema previdenciário, ele se mostra mais progressista. Assim, é nessa matriz que se fortalece o chamado “populismo” brasileiro, visto que, na realidade, não é uma prática de governo que trabalha sempre em prol do povo, mas “o exercício do poder em “nome do povo”, faltando, então, a participação efetiva, direta ou indiretamente, sendo, então, a grande característica da retórica populista, a audiência privilegiada que as massas (desorganizadas) representam para o governante. Esse tipo de discurso continua acontecendo de “cima para baixo”, onde se fala “ao povo”, “em nome do povo”, em linguagem acessível “ao povo”, situação retórica na qual o povo, de fato, nunca fala (BONFIM, 2004, p. 19), para qual a disseminação do rádio e a atuação da imprensa também são contribuições.

2.2. A Ordem do Discurso

Foucault (2008, p.10) afirma que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar” e o discurso enquanto poder, pode funcionar, por consequência, como forma de controle e coerção social. Uma das formas de manter esse controle através do discurso é pelas instituições, as quais instauram e/ou reproduzem os discursos, Foucault cita a Pedagogia, os livros, as bibliotecas, as sociedades dos sábios de antigamente e os laboratórios atuais como suportes que buscam dominar e conduzir os discursos, visando instaurar uma verdade.

No que tange a ordem do discurso, Foucault destaca três grandes sistemas de exclusão, que seriam os universos exclusivos do discurso, sendo eles “a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade” (2008, p. 19), sendo que a palavra proibida consiste nos procedimentos de controle, pelos quais as instituições ditam o que pode e o que não pode ser dito, como afirma Foucault “não se tem o direito de dizer tudo, (...) não se pode falar de tudo em qualquer circunstância” (p.9); a segregação, consiste na separação e rejeição do sujeito, através de classificações a partir de seus comportamentos atrelados às normas sociais (sanidade e loucura); e a vontade de verdade, relacionado tanto às instituições ligadas ao saber, quanto aos autores

discursivos e sua responsabilidade com a verdade, sendo este o sistema ao qual o autor mais se atém.

Se relacionarmos esse sistema de exclusão (a vontade de verdade) do discurso diretamente ao cerne político, podemos discutir o sentido e o “desejo” relacionado a essa prática, questionando sua finalidade de forma que:

se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? (FOUCAULT, 2008, p. 20)

Ou seja, quando o desejo e o poder são superiores a verdade discursiva, onde o desejo e o poder são as finalidades, enquanto o desejo pela verdade se torna um meio pelo qual se maquiavam as verdadeiras intenções do discurso.

Foucault (2008), afirma que “os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados da prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (p.39), ou seja, que estes discursos são atrelados a ritos que pré-estabelecem suas propriedades, ou suas intenções, bem como a papéis ou personagens políticas. De acordo com Foucault, os rituais, ou seja, as normas, as regras, presentes nos âmbitos acima, definem a posição que um indivíduo deve ocupar em determinado diálogo, e conseqüentemente, os enunciados que deve produzir e o comportamento adequado, fixando “(...) a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção”. (p.39), algo que se torna observável em se tratando de discursos políticos, que não possuem normas técnicas de construção, mas nos quais podemos perceber ordenamentos e conteúdos correlacionados à política enquanto prática e ciência. Nessa perspectiva, àqueles que não se enquadram nesse contexto discursivo limitado, sofrem procedimentos de interdição e de exclusão, a partir de caracterizações que anulam a autenticidade da fala, como por exemplo, a loucura, que no âmbito dos discursos políticos se observa quanto a tentativa de deslegitimação da pessoa política ou do dizer político, seja através de descontextualização do discurso, escárnio público ou caracterização de loucura ou desequilíbrio psicológico, bem como a falta de legitimidade conferida ao interlocutor do discurso (detentor do poder). Percebe-se, então, que discurso e poder estão essencialmente interligados. O discurso, portanto, não reflete apenas o controle do poder, mas é também o próprio poder.

O discurso pode, então, exercer um grande poder social, pois por meio deste constrói-se identidades e cria-se representações, sendo a identidade e as representações, portanto, construções sociais advindas de práticas discursivas. Tais práticas discursivas se tratam tanto das conversações grupais em sociedade como os discursos à ela direcionados. As abordagens expostas de Foucault realizadas em através d'A Ordem do Discurso geraram diversos estudos acerca dos processos discursivos, sendo discutidas até os dias atuais questões em torno do discurso enquanto poder.

2.3 O poder simbólico do discurso

Em contrapartida do que afirma Foucault (2008) – que o poder está no discurso –, Bourdieu (1989) propõe que o poder das palavras não está nas palavras em si, mas na legitimidade que lhes é conferida pelos que falam e pelos que escutam. A partir dessa perspectiva, observa-se que o poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato linguístico, salientando que a linguagem pode ser entendida também como discurso e, portanto, mecanismo de poder simbólico de construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem de conhecimento e recepção dessa construção, e nessa perspectiva uma visão de mundo.

Consideramos, então, o discurso político como instrumento de “imposições” ou persuasões simbólicas, ou seja, que geram significação, a fim de legitimar algo enquanto dominação, podendo ser essa dominação prática (um golpe de Estado, por exemplo) ou simbólica (legitimação de um ato político ilícito), sendo que, “enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, os “sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação (...)” (BOURDIEU, 1989, p. 11)

Bourdieu (1989) faz alusão ao poder de construir a realidade a fim de estabelecer uma ordem, ou seja, um pensamento homogêneo, que torna possível a “concordância entre as inteligências”, ele explica o poder simbólico como:

(...) o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização (...) (p. 14)

Bourdieu (1989) também trata dos “sistemas ideológicos” ou “sistemas simbólicos” enquanto discursos de representações sociais, ou como campos de batalha nos quais as “lutas”

simbólicas pela legitimidade são travadas. Ele aborda as ideologias enquanto sistemas de idéias que visam representar o mundo social e que estão presentes externamente às consciências individuais. Enquanto ideologia, um discurso, seria a “história reificada”, “objetivada”, isto é, “a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc.” (BOURDIEU, 1989, p.82), a história humana que foi incorporada à sociedade e institucionalizada, sendo que a noção de ideologia, como história reificada, torna-se mais evidente ao observar a visão de Bourdieu acerca da adesão dos indivíduos às mais diversas ideologias. Assim, a utilização de ideologia por agentes políticos, seria o encontro existente entre as idéias e representações que os indivíduos adquirem ao longo de suas trajetórias sociais (história incorporada à sociedade) e as ideologias que se ofertam enquanto bens simbólicos, “o que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura (...)” onde:

o campo político é o lugar onde se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidade de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1989, p. 164)

O que explica a “conversão ideológica” dos indivíduos às mais diferentes ideias políticas e partidárias e também a possibilidade de “mal-entendidos” nas escolhas ideológicas, devido ao afastamento dos cidadãos do lugar de produção desses produtos simbólicos gerados no campo político. Dessa forma, a partir da percepção de Bourdieu (1989), infere-se que os discursos políticos oferecidos enquanto “bens simbólicos”, são produtos das “lutas simbólicas” pelo poder, travadas entre os mais diferenciados agentes públicos no campo político – que se encontra dentro do âmbito de espaço social, também desenvolvido pelo autor, que define o espaço social como um espaço “multidimensional” constituído por diversos “campos relativamente autônomos” (campo religioso, campo do direito, campo literário, campo da ciência, campo político, etc.) – Assim sendo, a luta simbólica nada mais é que:

a luta pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a.” (BOURDIEU, 1989, p.174).

Em síntese, é em meio a essa luta simbólica pelo “monopólio da expressão legítima da verdade do mundo”, que os protagonistas de cada campo específico do espaço social produzem as suas visões de mundo, as suas ideologias, e no caso do campo político, também os discursos políticos.

Embora Bourdieu considere que os agentes sociais, de maneira geral participem da produção de discursos políticos (ou das chamadas lutas simbólicas), onde:

as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 1989, p.11).

Se torna importante pensar também sobre os “sistemas de classificação” e “as instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor” enquanto instrumentos de controle do senso comum ou da “visão de mundo” coletiva, sendo estes, determinantes na recepção de um produto simbólico (discurso).

A elaboração discursiva (enquanto sistema simbólico) é uma tarefa específica encumbida aos agentes sociais específicos (políticos). Entretanto, as classes e frações de classes da sociedade podem delegar poderes aos tais agentes sociais específicos, que seriam “especialistas da produção simbólica” para que esta luta se desenvolva também no interior do campo político, onde o que está em jogo é “o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, o poder de impor - e mesmo de inculcar - instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários - embora, ignorados como tais - da realidade social.” (BOURDIEU, 1989, p. 12), sendo que:

(...) os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social, a distribuição de opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que diferentes grupos têm a estes instrumentos (BOURDIEU, 1989, p. 165)

Ou seja, tanto a percepção quanto a expressão de determinados grupos sociais é determinada diretamente pelo estado ou qualidade dos instrumentos de percepção e expressão oferecidos no campo político pelos desenvolvedores desses instrumentos, “produtores” de visões de mundo, ou seja, aqueles que detém o “poder de impor”, o que traz à discussão a questão da recepção pública a esses diversos tipos ideológicos de discurso, ou as possibilidades de grandes “mal-entendidos” dependendo da distância desses cidadãos em relação às esferas produtivas das ideologias políticas. Nas palavras de Bourdieu, as ideologias, ou seja, os discursos políticos “devem

as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classes que elas exprimem (...), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (...)" (BOURDIEU, 1989, p. 13).

Dessa forma, na luta pelo privilégio das representações legitimadas do mundo político-social, os mais diversos "produtores de visões de mundo" procuram se utilizar de diferenciações em relação aos discursos políticos que são produzidos pelos seus adversários e, quando se dá a "vitória" dessas lutas simbólicas a um determinado grupo de agentes do campo político, e os demais se encontram em determinadas posições políticas de forma hierarquizada, há uma tendência de que aqueles que estão numa posição inferior, de "derrota", produzam um discurso político com teores que busquem a inversão dessa hierarquia, por meio da subversão dos discursos políticos que se encontram em posições superiores, de dominação e, ao mesmo tempo, uma tendência para que aqueles que se encontram em uma situação de dominantes produzam discursos políticos que visem perpetrar sua legitimidade.

À medida que os produtores de discursos políticos se veem pressionados a atender às necessidades externas do campo político, ou seja, necessidades públicas, rapidamente eles devem introduzir elementos que adequem o discurso em relação aos interesses relacionados àqueles a quem tal discurso é destinado, já que o atendimento às necessidades públicas tem de ser subordinado ao atendimento às necessidades políticas (enquanto necessidades ou interesses dos agentes políticos).

Por fim, a partir do pensamento de Bourdieu (1989), conclui-se que o teor de cada discurso político resulta de condições objetivas e subjetivas específicas e do jogo de interesses na luta da simbologia política, impossibilitando, a qualquer ideologia, o título de verdade absoluta, sendo que a força e a legitimidade do discurso, depende, em suma, de seu poder simbólico de mobilização.

Apesar dos trabalhos de Foucault (2008) e Bourdieu (1989) serem, muitas vezes, percebidos como opostos, é possível identificar que há uma troca dialógica entre eles, por diferentes perspectivas, onde a noção de poder simbólico defendida por Bourdieu parece envolver aspectos mais abrangentes acerca dos sistemas de dominação que permeiam os âmbitos discursivos, enquanto Foucault (2008) analisa os procedimentos da produção do discurso, dos sistemas de exclusão que o circundam e as relações de poder que advêm desse processo, "procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade." (FOUCAULT, 2008, p. 9).

2.4 Personagem, cena e conteúdo: As estratégias e as condições do Discurso Político

Como agentes ou personagens sociais, os políticos utilizam-se do cenário político como um ator se apodera de um palco, de onde, através do discurso, busca-se a aceitação (palmas, convencimento, reconhecimento) e a consagração (vitória de uma eleição, por exemplo).

O fenômeno político é complexo, pois resulta de um conjunto de fatores que pertencem a ordens diferentes, mas que se intercalam constantemente, que são: a) fatores políticos “como atos e decisões que levantam a questão da autoridade e da legitimidade dos atores sociais”; b) fatores sociais, “como a organização das relações sociais, levantando a questão do lugar e das relações que se instauram entre as elites e as massas”; c) fatores jurídicos, “como o quadro que regula as condutas, levantando a questão da ação legisladora”; d) fatores morais, “como um espaço de pensamento sobre os sistemas de valores, levantando a questão da idealidade dos regimes de governo para o bem dos povos” (p.251). O discurso político, então, circula por todas as dimensões do fenômeno político, através da definição dos valores e das leis através da linguagem (dimensões moral e jurídica), da organização e representação das relações sociais de classe e da ação que legitima a autoridade que também advém do ato linguístico carregado de poderes simbólicos. Charaudeau (2006, p. 254) afirma que o sujeito alvo do discurso é colocado em uma posição de dominado, o sujeito de autoridade (autor do discurso) em uma posição de dominante, o que estabelece entre os dois uma relação de poder.

Charaudeau (2006) explicita que todo ato de linguagem tem como ponto de partida um sujeito, que necessita do outro para existir (ter consciência de si) (p. 253). Dessa forma, inferimos que o ato linguístico do discurso pressupõe um “agir sobre o outro”, de modo que é o discurso o principal instrumento de persuasão utilizado, entretanto:

Agir sobre o outro não pode se reduzir a um simples fim de fazer fazer, de fazer dizer ou de fazer pensar. O fim (objetivo) se acompanha de uma exigência: a de ver a intenção ser seguida de um efeito. Esta exigência completa a finalidade comunicacional por um objetivo de ação que consiste em colocar o outro em uma posição de obrigação a ser executada, em uma relação de submissão à posição do sujeito que fala. (CHARAUDEAU, 2006, p 253)

Charaudeau (2006) assinala que a linguagem exerce um papel mediador entre a instância cidadã e a instância política, que contribui para assegurar a legitimidade da representação política. Para ele “o discurso político (bem como todo tipo de discurso) não tem sentido fora da ação, e que a ação busca, para o sujeito político (mas também para todo sujeito), o exercício de um poder.” (p. 252).

Procurando definir a natureza do discurso político, que para o autor tem como fundamento a conexão entre linguagem e ação, Charaudeau (2006, p. 257) afirma que é possível perceber o discurso político funcionando entre dois tipos de atividade social: a do dizer político (o debate de idéias no espaço público, lugar onde se trocam opiniões) e a do fazer político (onde se tomam decisões e se realizam atos), esses dois eixos se definem segundo relações de força e através de um jogo de dominação próprio, sendo que

- no primeiro (dizer), é a linguagem que domina, através de uma luta discursiva em que várias estratégias são permitidas (manipulação, proselitismo, ameaças / promessas, etc.), o objetivo sendo a imposição de uma opinião.
- no segundo (fazer), é a ação como o espaço onde se exerce o poder de agir entre uma instância política que se diz soberana e uma instância cidadã que, a todo momento, pode pedir contas e resultados, o objetivo sendo uma dominação feita de regulamentação, de sanção e de reivindicação. (CHARAUDEAU, 2006, p. 257)

Para Charaudeau (p. 258) destacam-se dois tipos de atividade discursiva: a) uma, voltada para as idéias e sua força de verdade (espaço de fabricação das ideologias). É o político; b) a outra, voltada para os atores e sua força de ação (espaço de fabricação das relações de força). É a política, de forma que ambas incidem nas diferentes estratégias discursivas que se desenvolvem no campo político, em que o discurso é resultado de uma mistura entre a palavra que cria o político (enquanto representante, personagem) e aquela que gera a política (enquanto prática).

No que diz respeito ao discurso político, observa-se que o político (agente) vai desenvolver, em seu discurso, a projeção de sua “imagem”, necessária para que ele consiga “conquistar” o interlocutor, a fim de que assim ele “compre” suas idéias. Charaudeau (2006) propõe em sua obra, que o discurso político se insere numa estrutura de teatro político e num contexto estratégico de seus atores, onde há intenções ocultas que promovem um discurso convincente. Para Charaudeau (2006, p. 261) “todo homem político sabe que lhe é impossível dizer tudo, a todo o momento, e dizer as coisas exatamente como ele as pensa ou concebe, pois suas palavras não devem atrapalhar sua ação.” ou seja, todo político deve compreender que na comunicação política, os atores políticos devem sempre observar a necessidade de parecer verdadeiro, empregando para esse fim estratégias corretas para evitar (parecer) “mentir”. Estratégias do vago (a ação é anunciada, mas não engajada), do silêncio (a ausência de fala sobre determinada ação), de denegação (o homem político, envolvido em casos que sofrem processos na justiça, nega sua implicação ou a de um de seus colaboradores), da razão suprema (não se diz nada, se diz falsamente ou se faz acreditar em nome

da “razão de estado”), e “desse modo, nada seria realmente mentira. Tem-se a impressão de que se trata de um discurso que não remete a uma vontade de enganar o outro, mas, ao contrário, de um desejo de torná-lo cúmplice de um imaginário que todo mundo teria interesse em conservar” (p. 263), ainda assim, a estratégia de denegação parece ser a única claramente condenável, pois “ela atinge o laço de confiança, o contrato social, que se estabelece entre o cidadão e seus representantes. Os outros casos podem ser discutíveis (...)” assumindo que sem o parecer verdadeiro torna-se impossível o agir político. “Poderíamos mesmo dizer com algum cinismo que o homem político não tem de dizer a verdade, mas parecer dizer a verdade: o discurso político se interpõe entre a instância política e a instância cidadã criando entre os dois um jogo de espelhos.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 264).

Dessa forma, Charaudeau (2006) entende que

O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser entendida ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano, dessa forma, torna-se importante reconhecer o que escondem e o que revelam os políticos quando falam e quais os artifícios que utilizam para persuadir e seduzir os seus interlocutores.” (p. 8)

A partir disso, é preciso reconhecer a existência de condições gerais e estratégias que se oferecem a todo ator político, sejam quais forem as idéias e as posições ideológicas por ele defendidas, pois a mesma estratégia pode ser empregada para fins diferentes no campo político. É nesse âmbito que se dá o “jogo de máscaras” através do discurso político, e é também nesse âmbito que se observa a influência das mídias na formulação do ethos (imagem) político, que muitas vezes se sobrepõe ao conteúdo ou ao apelo de qualquer discurso político. Para Charaudeau (2008, p. 25), “encontramo-nos, assim, em um jogo em que todos mudam sob a influência dos outros: a opinião sob a influência das mídias, as mídias sob a influência da política e da opinião, o político sob influência das mídias e da opinião”.

O cenário do discurso político acontece relacionado aos três aspectos fundamentais da persuasão, ao ethos (a imagem que o enunciador projeta a respeito de si através de sua retórica - legitimidade), ao logos (conteúdo do discurso, que pode ser evidente ou oculto através dos instrumentos lógicos utilizados para conferir credibilidade e evitar refutações) e ao pathos (encenação, apelo ao lado emocional). A partir da relação desses aspectos (ethos, logos e pathos), surgem reflexões acerca da relação entre eles, de que forma eles conduzem a persuasão do público

alvo, de que forma se interpelam; o discurso parte de seu conteúdo (logos) em direção ao desenvolvimento de uma imagem (ethos) através da utilização do apelo emocional (pathos)? Ou a imagem transmitida (ethos) busca ocultar o sentido do conteúdo (logos)? Essas questões tornam-se importantes ao avaliar qual desses aspectos domina, qual oculta ou corrobora com os outros e qual é mais importante para a conquista do objetivo político-discursivo.

A encenação do discurso político oscila entre a ordem da razão e a ordem da paixão, misturando logos, ethos e pathos para tentar responder à questão que nós todos devemos nos colocar: O que me faz aderir a tal ou tal valor, tal ou tal ação política via tal ou tal partido, tal ou tal personagem? (CHARAUDEAU, 2006, p. 268)

No processo de formação da imagem a ser projetada, através do discurso, Charaudeau (2006, p. 258) enumera quatro diferentes tipos de estratégias discursivas como necessárias para a composição da imagem (ethos) do político, sendo elas: a palavra de promessa (onde é abordada a realidade e trabalha-se a busca pela credibilidade, pelo convencimento do público para a construção da imagem de confiança), a palavra de decisão (destaca-se um problema comum no país e, posteriormente, o candidato mostra “soluções” para o mesmo, afirmando que essa solução será aplicada em seu governo), a palavra de justificação (lembra-se o motivo para uma determinada ação ter sido tomada, possibilitando a proposição de que novas ações sejam tomadas) e, por fim, a palavra de dissimulação (onde o político antecipa-se, abrindo espaço para a negação de qualquer coisa que tenha dito anteriormente).

Há de se considerar, também, o que Charaudeau (2006, p. 264) explica sobre as condições do discurso político ao analisá-lo como produção linguageira em relações de persuasão, onde considera três tipos de condições: condições de simplicidade, condições de credibilidade, condições de dramatização. As condições de simplicidade envolvem simplificar as ideias e o raciocínio, pois

dirigir-se às massas é dirigir-se a um conjunto de indivíduos heterogêneos do ponto de vista de seu nível de instrução, de sua possibilidade de se informar, de sua capacidade de raciocínio e de sua experiência da vida coletiva, implica a consideração de valores que possam ser partilhados sobretudo compreendidos pela maioria, sem o que se romperiam os vínculos com o público. O homem político deve então buscar reconhecer o grande denominador comum das ideias do grupo ao qual ele se dirige, ao mesmo tempo se interrogando sobre a forma de apresentá-los. (CHARAUDEAU, 2006, p. 265)

Todavia, simplificar ideias se torna complicado quando observamos que as ideias são compostas por sistemas de conhecimento e crença que tornam sua exposição mais complexa, e “simplicar é buscar reduzir essa complexidade a sua mais simples expressão” (p. 265), correndo o risco de se chegar a uma falsa verdade, já que ao reduzir a complexidade de um discurso, pode se chegar a omitir alguma informação importante. Já no processo de simplificação de raciocínio, é mais uma questão de transmitir veracidade que de transmitir a verdade, dizer, não o que é verdadeiro, mas o que acredita-se ser verdadeiro e que o outro deve acreditar ser verdadeiro. Assim, surgem três tipos de raciocínio causal: 1) o principal, que transforma em princípio causal o que é sua finalidade, engajando obrigatoriamente (obrigação moral) um ato determinado: “Já que vocês desejam um país forte, vocês votarão por um projeto liberal”. “Esse modo de raciocínio visa ganhar a adesão dos indivíduos a um princípio, escolha moral, que deveria constituir o fundamento de sua adesão ao projeto político que lhe é proposto.” ; 2) o pragmático, que avança uma premissa e dá a sua consequência ou objetivo visado, que busca convencer que não há outra consequência senão a anunciada e nenhum outro objetivo a perseguir que o que foi anunciado: “Se reduzimos os impostos, aumentamos o poder de compra” 3) a analogia, pode ser mais frequente: analogia com fatos ocorridos: “Lembrem-se do golpe de 1965!” “Lembrem-se do *Impeachment* de 1992”. Sendo que “toda comparação é uma armadilha: ela é profundamente subjetiva. Entretanto, ela possui um efeito de evidência.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 266).

As condições de credibilidade levam o sujeito político a construir uma imagem de si (ethos), que deve servir de suporte de identificação para seu público (auditório), como, por exemplo, ethos (imagem) de lucidez “tenho consciência de que...”, ethos (imagem) de engajamento (que expressa sua vontade de agir) “eu me comprometo a mudar a política”, ethos (imagem) de autoridade “é enquanto eleito, representante do povo, que eu peço a responsabilização do Presidente da República”, enunciado passível de ser respondido por um ethos (imagem) de virtude “vocês me conhecem, e todos aqueles que me conhecem sabem que eu nunca busquei enriquecimento pessoal”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 266).

Por fim, as condições de dramatização conduzem o sujeito político a interpretar a cena da vida política usando palavras e argumentos que emocionem, argumentos indiretos de ameaça: “Se deixamos tal político passar impune, isso pode significar não só o enfraquecimento da política, mas também o de nossa Justiça e de nosso país”; argumentos apresentando um dilema: “*Impeachment*

ou ingovernabilidade”; argumentos de desqualificação do adversário: “Há quem defenda o Presidente. Será que não enxergam?”; ou através de sua contradição: “Há bem pouco tempo, você era contra o *Impeachment*, e agora você o apoia.”

Nessa discussão, também devemos considerar a influência das mídias e a necessidade do discurso político ter de se adaptar aos contextos midiáticos, além de a massificação da informação dirigida à sociedade dar mais vazão a compreensão política (mesmo que esse compreender não seja total), para Charaudeau:

Os políticos, nesse mundo moderno da encenação e do espetáculo, se quiserem exercer alguma influência sobre os cidadãos, devem aprender as novas regras de insinceridade e do mentir verdadeiro legítimo, aceitar esse paradoxo moderno segundo o qual se dá uma grande importância ao parecer justamente numa época em que a cidadania é mais esclarecida. (2006, p. 305-306)

Segundo Charaudeau (2006), a instância política conjuntamente com a instância midiática deveriam arcar com a responsabilidade de fazer a instância cidadã compreender (e aceitar) que não pode tudo saber, que o segredo e a maquiagem da verdade fazem parte do jogo de máscaras do campo político, no qual o pathos (apelo emocional) e o ethos (imagem do ator do discurso) são assumidos enquanto componentes do ato linguístico político, de forma a impedir que a máscara se confunda com uma mentira, mas que se reconheça enquanto parte integrante e necessária do discurso. Assim, tira-se o foco do conteúdo (logos), de forma que a imagem transmitida (ethos) e a encenação/apelo emocional (pathos) agem em detrimento dele, a fim de que ele não seja o ponto de partida da persuasão do público.

Os discursos políticos envolvem condições e estratégias de persuasão na construção de identidades políticas (máscaras), produzindo uma verdade de aparências. Para CHARAUDEAU (2006, p. 268), a verdade das aparências e a verdade das ações se fundem em uma só verdade, “sem a qual não haveria ação possível no espaço público”. Por fim, sobre o discurso político, torna-se importante reafirmar que “toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e pelo que ela não diz.” (p. 8).

2.4.1 Assessoria política

A fim de compreender as funções técnicas da produção dos discursos políticos, optamos por abordar, de forma breve, as funções do Assessor de Imprensa, que são muitas, sendo a principal delas intermediar o relacionamento das pessoas públicas com os meios de comunicação, e logo,

com a sociedade. DUARTE (2011)⁶² conceitua a atividade de assessoria de imprensa como “a gestão do relacionamento e dos fluxos de informação entre fontes de informação e imprensa” que “busca, essencialmente, atender às demandas por informação relacionadas a uma organização ou fonte em particular.” (p. 51), ou seja, o assessor é aquele que intermedia o relacionamento entre o assessorado (neste caso, um representante político) e os meios de comunicação, transferindo à sociedade o “conteúdo de importância” que envolva o assessorado, seja enquanto “porta-voz” ou enquanto “produtor de conteúdo”.

Na última década, o assessor passou a ter de incorporar as últimas tecnologias ligadas à informação ao seu dia-a-dia, já que estas conferem uma velocidade maior ao acesso de informações públicas ou privadas, sendo que, além do intermédio entre o assessorado e a sociedade, o assessor, enquanto “porta-voz”, deve saber se dirigir à mídia enquanto instrumento de transmissão dos discursos (não só políticos, mas enquanto produtos de conteúdo) produzidos, por isso, a partir dos anos 2000, vemos um interesse maior dos representantes políticos em melhorar sua apresentação midiática, com media training, por exemplo, como fato observável da preocupação com a imagem associada ao discurso, para além da produção discursiva, apenas. É fundamental que o assessor, enquanto produtor de textos discursivos, se atenha a informações ou apelos que fortaleçam a imagem a ser transmitida da pessoa pública assessorada, pois a produção discursiva busca credibilidade e legitimação. É importante, dessa forma, explicitar neste trabalho que, boa parte dos discursos políticos são desenvolvidos junto à profissionais de comunicação e assessoria, que podem contribuir tanto na organização do texto e a distribuição do conteúdo, quanto na própria produção do conteúdo discursivo. Os conteúdos discursivos, no contexto de franca expansão da mídia digital e das tecnologias que aumentam constantemente a quantidade de instrumentos de acesso à informação, produtos da globalização, tendem a se adaptar a fatores técnicos que abrangem a compreensão popular e a oratória do sujeito político autor do discurso. Dessa forma, há de se considerar que as produções político-discursivas podem contar com mais de um autor em relação à composição do texto, ou mesmo ter um autor e ser discursado por outro, mas que, neste trabalho, partimos da premissa de que o poder de significação desses textos é conferido à figura que o “interpreta”, enquanto ator político, bem como, distante de fatores técnicos de produção, abordamos a produção discursiva diretamente ligada a significação conferida aos conteúdos de discursos políticos.

⁶² DUARTE, Jorge. Assessoria de Imprensa no Brasil. Disponível em: <<https://goo.gl/8lxyxR>> Acesso em 19-10-16

CAPÍTULO 3: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS CONTEXTOS DO SABER

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre o universo representacional no qual o objeto de estudo deste trabalho está inserido. Assim, discutiremos sobre aspectos relativos à Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Moscovici (2007)⁶³ no que tange as representações como influências do pensamento coletivo (ou senso comum) que pode ser produto desses discursos, como também um ambiente fértil para a disseminação das ideias contidas neles, tendo como obras complementares, a pesquisa sobre representações sociais e esfera pública e o texto sobre os Contextos do Saber, ambos de Sandra Jovchelovitch (2000⁶⁴ e 2007⁶⁵), como meios para tratar das representações sociais enquanto construções simbólicas relacionadas à política, a partir dos resultados de grupos focais realizados durante o período do primeiro *Impeachment* (Collor) em 1992 contidos na obra de Jovchelovitch, bem como a produção do conhecimento através das representações sociais inseridas e advindas de determinados contextos, a partir da reflexão proposta na última obra aqui mencionada, respectivamente. Faz-se importante atentar para o fato de que todas as obras utilizadas no desenvolvimento desse capítulo estão inseridas no universo da psicologia social, mas que optamos por abordar de forma a dar consistência a abordagem teórica deste trabalho através da relação entre o discurso enquanto produção humana de representação e conhecimento.

3.1 Teoria das Representações Sociais

Para Moscovici (2007, p. 20) as representações sociais têm “o propósito de (...) tornar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade, familiar” onde a representação é a conexão entre um objeto (carregado de símbolos) e um sujeito (indivíduo ou grupo). O autor define representação social como sendo:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seus mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade,

⁶³ Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2007.

⁶⁴ Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000

⁶⁵ Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2007

fornecendo-lhes, um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (p. 21).

Dessa forma, consideramos que as representações sociais enquanto fenômenos de significação, estão presentes em todas as sociedades, sendo especificamente relativas às culturas nas quais são desenvolvidas, como uma forma de predisposição simbólica, que gera significados que se sobrepõem às experiências e percepções individuais, podendo distorcê-las. Os discursos políticos, enquanto atividades retórica ligadas à linguagem e a significação (pois transmitem ideias através de seus conteúdos) estão relacionadas às representações sociais enquanto instrumento de produção simbólica política-social.

Considerando que, com base na obra de Moscovici (2007, p. 34), cada ambiente social nos fornece certa quantidade de autonomia, bem como de condicionamento, as representações têm duas funções principais: a de convencionalizar as pessoas, objetos e acontecimentos - ou seja, lhe conferir uma forma definitiva, uma categoria específica, definindo um modelo a ser compartilhado por determinado grupo de pessoas - somando uma experiência a uma realidade predeterminada; e a de ser prescritiva, isto é, se impor de forma irresistível.

Moscovici (2007) traz à discussão um ponto importante ligado à nossa linha de estudo, ele trata da união entre linguagem e representação, especificamente, que é exatamente o que tange a nossa pesquisa e nos permite trabalhar a partir dos conceitos de sua obra. O autor explicita a separação da linguagem em uma linguagem não verbal (matemática e lógica) ligada à ciência, e a linguagem verbal, em que as leis que governam o mundo cotidiano (social) não tem relação direta com as leis que governam o mundo da ciência. Ele explica que “a linguagem, excluída da realidade material (científica), re-emerge na realidade histórica e convencional (social), e se ela perdeu sua relação com a teoria, ela conserva sua relação com a representação.” (p. 47) ou seja, a linguagem verbal (essencial à produção discursiva), é instrumento exclusivo da produção simbólica e representacional nos espaços sociais, considerando que as representações sociais não são fixas e estáveis, mas estão sujeitas aos mais diversos instrumentos de significação.

Uma das hipóteses contidas na obra de Moscovici (2007) em relação às representações sociais que se relaciona diretamente ao poder que advém da significação ou representação social de um discurso, é a da “desiderabilidade”, ou seja, “quando uma pessoa ou um grupo procura criar imagens, construir sentenças que irão tanto revelar, como ocultar sua ou suas intenções, sendo essas imagens e sentenças, distorções subjetivas de uma realidade objetiva” (p. 54). A partir da

perspectiva dessa hipótese, analisa-se o desenvolvimento de uma representação social por um indivíduo ou grupo a fim de expor ou ocultar suas intenções, o que pode-se relacionar diretamente ao discurso político ou ideológico, onde a construção se utiliza de instrumentos que criam uma “verdade” retórica que se impõe de maneira a conquistar legitimidade, por exemplo. Além dessa, a hipótese de controle, onde “grupos criam representações para filtrar a informação que provém do meio ambiente e dessa maneira controlam o comportamento individual” (p. 54), também é adaptável à nossa discussão, quando pensamos, assim como vimos anteriormente na obra de Bourdieu (1989), nos sistemas de dominação dos poderes simbólicos (de representação).

Moscovici (2007, p. 60) destaca, então, os dois processos que geram representações sociais (que transformam o “não-familiar” em familiar), sendo eles: a) Ancoragem, que consiste em classificar e dar nome a algo desconhecido ou estranho ao senso comum, de forma a aproximar esse algo a familiaridade, rotulando-o, com base em um protótipo de representação, que é “geralmente aceito como representante de uma classe” (MOSCOVICI, 2007, p. 64) e b) Objetivação, que consiste em unir a ideia de “não familiaridade” à realidade, emprestando uma imagem (representação concreta) ao que antes era inimaginável. Neste sentido, ancorar também é dar nome, classificar, rotular como conhecido, pois a partir destas etapas, somos capazes de imaginar certos contextos e, assim, representá-los.

Dessa forma, inferimos o processo não visa conhecer a verdade sobre as coisas, mas reconhecê-las e classificá-las a partir de protótipos que adquirimos através de nossa memória acerca de outras coisas “conhecidas”, utilizando da generalização, onde o aleatório torna-se determinante, e da particularização, onde classificamos algo como diferente do protótipo, algo singular, que foge à regra.

Podemos observar que ambos os mecanismos são utilizados nos processos de significação advindos dos discursos políticos, em que as estratégias utilizadas buscam aproximar aquilo que os locutores querem disseminar como verdade a fim de influenciar a opinião pública, bem como associar ideias e pessoas a imagens já conhecidas e familiares, como por exemplo, quando associam algum fato político atual à um fato passado e historicamente familiar ao pensamento coletivo.

Assim, ao abordar a construção das representações sociais enquanto influência no desenvolvimento do pensamento coletivo (senso comum), é preciso reafirmar que: “O senso comum está continuamente sendo criado e re-criado em nossas sociedades, especialmente onde o conhecimento científico e tecnológico está popularizado.” (MOSCOVICI, 2007, p. 95) sendo que

esse senso comum “(...) não circula mais de baixo para cima, mas de cima para baixo; ele não é mais o ponto de partida, mas o ponto de chegada” (MOSCOVICI, 2009, p. 95) ou seja, ele pode ser um meio para chegar-se a um determinado fim.

Moscovici (2007, p. 168) se utiliza da doença da AIDS como exemplo do fenômeno do pensamento coletivo sob alguma influência: “As conversações e a mídia foram rápidas em se apoderar dela (AIDS) e, imediatamente, a catalogaram como a doença vingadora de uma sociedade permissiva. A imprensa a representou como uma condenação de “comportamentos degenerados”, a punição de “comportamentos degenerados”.” A partir desse exemplo de Moscovici, podemos discutir a importância e o papel do senso comum ou do pensamento coletivo em relação a representação do que quer que seja, de uma doença à até mesmo, um processo de *Impeachment* – contexto do objeto de análise deste trabalho. Uma série de conexões e conjunções de fatores geram a legitimação ou deslegitimação de algo, e no campo comunicacional, os pensamentos e as representações se dão pelas trocas interpessoais e coletivas em sociedade, bem como advém das representações oriundas das instituições as quais a sociedade confere legitimidade, como a Imprensa.

A mídia tem papel fundamental nas construções de pensamentos sociais e nesse sentido, é importante refletir sobre a legitimidade popular dos processos políticos em geral, bem como no caso específico do Processo de *Impeachment* e os fundamentos desta legitimidade como escopo no qual a análise deste trabalho está inserida. Moscovici (2007, p. 168) diz que é preciso observar a “(...) frequência com que circulam ideias ou imagens incríveis e alarmantes que não podem ser detidas nem pelo bom senso nem pela lógica” e através do resultado das pesquisas realizadas no cerne do pensamento comum social, sintetiza que: “a maior parte das pessoas prefere explicações populares a explicações científicas, fazendo correlações enganadoras que fatos objetivos são incapazes de corrigir”. A partir desse pensamento, é possível inferir que as representações e os pensamentos adquiridos através das diferentes fontes de significado, moldam de tal forma o senso comum que se torna difícil destrinchar as “correlações enganadoras”, mesmo diante de fatos objetivos, sendo que “em geral as correlações não levam em consideração as estatísticas que desempenham papel tão amplo em nossas decisões e discussões cotidianas. Distorcem a informação que lhes é acessível.” (MOSCOVICI, 2007, p. 168)

É impossível desassociar as influências que moldam o senso comum e as consequências dessas influências tanto na percepção do mundo como na expressão pessoal para o mundo, nos

relacionamentos interpessoais e também, nas escolhas políticas. Partindo desse ponto, e considerando a política em si como uma estrutura representacional, pode-se relacionar um discurso político, inserido num contexto de conflito (onde conflito representa qualquer situação de oposição, onde haja uma possibilidade de polarização ou contraposição), a um conhecimento verdadeiro, ou melhor, a verdade, sendo que “as representações sociais emergem a partir de pontos de conflito, dentro das estruturas representacionais (...)” (MOSCOVICI, 2007, p.16).

Assim, torna-se importante frisar que o pensamento coletivo, ou senso comum, que está sujeito a diversos “mal-entendidos” (distorções), não é fruto de raciocínio lógico ou das “regras” que o pensamento individual segue a fim de se formar, mas é fruto das representações e outros fatores estritamente sociais. Moscovici (2007) afirma que “nossas faculdades individuais de percepção e observação do mundo externo são capazes de produzir conhecimento verdadeiro, enquanto fatores sociais provocam distorções e desvios em nossas crenças e em nosso conhecimento do mundo” (p. 169), ideia que externa a dicotomia presente na produção de conhecimento, sendo que essa produção nasce do individual e se altera no coletivo.

Dessa forma, ao compreender a força e o impacto das representações sociais no pensamento coletivo, é importante compreender que essas representações não são apenas reflexo da sociedade, mas constituem a sociedade em si, sendo também fatores de construção da mesma, nas palavras de Moscovici (2007, p.173) “o que as sociedades pensam de seus modos de vida, os sentidos que conferem a suas instituições e as imagens que partilham, constituem uma parte essencial de sua realidade e não simplesmente um reflexo seu.”

As representações sociais, então, em sua complexidade, estão sempre atreladas a um “referencial de um pensamento preexistente”, dependentes de sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência, resultando em um trabalho social “no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode sempre ser reincorporado dentro de modelos explicativos e justificativos que são familiares e, conseqüentemente, aceitáveis”. Dessa forma, quando tratamos do discurso presidencial, temos que considerar que as representações sociais das quais ele é carregado, são frutos de uma construção social constante que gera trocas e substituições de ideias coletivas, e que “esse processo de troca e composição de ideias é sobretudo necessário, pois ele responde as duplas exigências dos indivíduos e das coletividades” (p. 216), ou seja, constrói sistemas de pensamento e compreensão para os indivíduos e adota visões consensuais

de ação que permitem manter um vínculo social, mantendo a continuidade da comunicação da ideia para as coletividades.

Para Moscovici (2007, p. 216) representar significa “a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo”, e, sendo o discurso e os sentidos os meios pelos quais as pessoas são capazes de se orientar e se adaptar as coisas, os fenômenos da representação social possui um status simbólico: “estabelecendo um vínculo, construindo uma imagem, evocando, dizendo e fazendo com que se fale, partilhando um significado através de algumas proposições transmissíveis e, no melhor dos casos, sintetizando em um clichê que se torna um emblema”. Neste aspecto, nota-se que, as relações sociais presentes em discursos são fenômenos que afetam as relações simbólicas que a sociedade cria e mantém visto que são relacionadas ao poder de influência.

Por fim, é importante refletir sobre esse poder de influência direta que as representações sociais, que são diretamente ligadas a linguagem comunicacional humana, têm, não só sobre a percepção de mundo e a construção do pensamento coletivo enquanto senso comum, mas como essas representações estão intrinsecamente presentes nos discursos políticos (presidenciais) em prol desse mesmo convencimento e ressignificação dos acontecimentos presentes em contextos de crise política, sendo neste caso específico, o *Impeachment*.

3.2 Representações Sociais e Esfera Pública

Jovchelovitch (2000) desenvolve uma análise do pensamento coletivo acerca da política ligada a fatores como “corrupção”, “fatalidade” e composição da identidade nacional, realizada através de entrevistas com determinados grupos focais que contemplam desde crianças de rua à policiais, sendo relevantes para este trabalho as análises que explicitam os resultados relacionados à “política como corrupção”, “política e fatalidade” e “a política é como nós”, respectivamente.

É importante atentar para o fato de os resultados das entrevistas estarem ligados a experiência pública e ao contexto histórico nos quais estavam inseridos – alguns anos após o afastamento (*Impeachment*) de Collor por acusações de corrupção.

Os resultados que explicaram a “política como corrupção”, mostraram que as ligações da política com “interesse próprio, individualismo, corrupção e interesses ocultos” foram noções comuns nas respostas de todos os grupos focais. “A corrupção é expressa como individualismo e

egoísmo; há uma forte crença de que a política é um processo que não pode ser controlado pelo cidadão comum” (p. 129) também identificando a impunidade como uma das dimensões mais importantes da prática política.

Os resultados de “política e fatalidade”, por sua vez, mostraram que “a corrupção e a permanência dos poderosos no poder são explicados como uma realidade imutável através da relação entre os poderosos e os sem poder (...) eles (políticos) têm prazer em mostrar-se, em fazer tudo aquilo que um brasileiro comum não pode fazer.” (p. 129)

Já os resultados de “a política é como nós” expuseram a ideia principal de que “cada povo tem o político que merece”, o que explicita que mesmo que nos resultados anteriores seja possível perceber um distanciamento da imagem de cidadão da imagem do político, a ideia do político ser “espelho do povo” ainda é adjacente.

Esses resultados são importantes quando analisamos as representações sociais presentes nos pensamentos coletivos ligados à política, e nos leva à reflexão sobre a forma como esses imaginários populares se desenvolvem e de como e até que ponto os discursos políticos têm influências sobre eles.

3.3 Os contextos do saber: o contexto na produção de conhecimento e significado

A fim de complementar as ideias adjacentes da Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2007), onde a “representação é um processo fundamental da vida humana; ele subjaz o desenvolvimento da mente, do Eu, da sociedade e da cultura” sendo que “representar é tornar presente o que está de fato ausente por meio do uso de símbolos” (JOVCHELOVITCH, 2007, p.33), abordaremos também o conhecimento enquanto produto das representações sociais, através da análise de Jovchelovitch (2007) acerca da problemática do saber (conhecimento) como pertencente ao domínio da racionalidade e da impessoalidade. Essa temática é pertinente na discussão deste trabalho ao nos depararmos com a importância do contexto para a produção de conhecimento e logo, de representações sociais, nos aproximando do universo do discurso político enquanto fonte de conhecimento.

Neste ponto, observamos que dos discursos políticos advêm diversos tipos de representações e essas representações produzem conhecimento acerca de determinado tema social. Esse conhecimento advindo das representações, entretanto, está longe de se estabelecer como verdade, ou seja, uma representação fiel do mundo, mesmo quando conseguem atingir altos índices

de consenso, há sempre uma proporção de dissenso. Jovchelovitch (2007) afirma que “nas lutas sobre representação podemos perceber a natureza precária e instável de nossas definições, de nossos saberes, do que constitui a verdade e a realidade” (p. 34), ou seja, a fraqueza das produções de conhecimento embasadas nas representações sociais distanciadas do contexto no qual se inserem, revelando seu caráter relativo.

Assim, o discurso, enquanto produtor de representações e saberes, é incapaz de produzir conhecimento absoluto e verdadeiro, mas, ainda assim, sua função é desenvolver representações daquilo que por ele é proposto como verdade. As representações sociais e a produção de conhecimento advindas desses discursos são diretamente ligadas ao seu contexto, que neste caso é o ambiente de confronto constante da política. Nesse sentido, entende-se que o contexto é fator essencial na produção de conhecimento bem como na eficácia das representações sociais no imaginário coletivo.

Passamos, então, a pensar a representação como fator determinante para a produção de saber relacionada a todas as esferas da sociedade, sendo a política uma delas, e enquanto parte da sociedade, instituição de produção de representações, seja em relação a produção de conhecimento ou em relação à representação enquanto sentimento de pertencimento e participação social. Quando, num sistema democrático, votamos em algum político, participamos, enquanto sociedade, do processo de representação ao eleger uma figura pública que pensamos poder atuar em prol de nossos interesses em comum. Votamos em um conjunto de representações, estruturadas, por exemplo, em planos de governo, o que, de certa forma, os distancia da representação do comum, aproximando-os de um ideal de competência para o agir político. Sem o contexto da eleição, as representações políticas acerca de ideais de agir político não teriam tanta força no convencimento da opinião pública. Dessa forma, é importante reafirmar, também com base na obra de Jovchelovitch (2007), que a produção de conhecimento através das representações sociais, está sempre atrelada a um contexto social.

Assim, torna-se importante compreender que às representações não cabe a função de significar de forma concreta, mesmo sendo através dessas representações que se desenvolvem as formas de saber e reconhecer o mundo, já que “a maioria das formas de saber sucumbe a processos de negação de seu caráter representacional, criando a ilusão de que estão em perfeita correspondência com aquilo que expressam e representam” (p. 42)

Jovchelovitch (2000) explica que os processos representacionais não podem ser entendidos fora das circunstâncias históricas que inicialmente os tornam possíveis, ou seja, os contextos nos quais os discursos estão inseridos são fatores determinantes no processo de representação social e no conhecimento gerado por ele.

Ao abordar o espaço público como ambiente de interação entre o “eu e o outro”, insere-se nele a esfera política, que inferimos só existir no âmbito público, enquanto prática humana, já que a política é feita por alguém para alguém (indivíduo ou grupo). Dessa forma, utilizamos a ideia de que a esfera pública nada mais é que “um corpo de “pessoas privadas” que se reúnem para formar um público ou para discutir assuntos de interesse público, um espaço onde cidadãos se encontram uns com os outros de um modo que se garanta acesso a todos” (p. 153), ou seja, ambiente que explicita conexão direta com a política no contexto democrático (vide a importância do contexto para a significação correta da representação).

Jovchelovitch (2007), desenvolve uma discussão sobre a esfera pública baseada na obra de Habermas⁶⁶, que define o surgimento da esfera pública utilizando principalmente fatores contextuais históricos (da Europa) na concepção deste “novo público engajado em debate político”, que explica como um fenômeno que surge através da relação entre capitalismo e Estado, também ligados às mudanças nos acordos institucionais do poder político, além da independência econômica, de discussões interpessoais ligadas às questões públicas, e da maior independência da imprensa.

Dessa forma, torna-se interessante explicar as “duas novidades que transformaram a participação política e a relação entre Estado e sociedade: o prestar contas e o diálogo argumentativo”, sendo que “por meio do diálogo argumentativo, ou discurso racional, o novo público buscou um tipo de participação política cujo objetivo principal era mediar a relação entre Estado e sociedade, tornando o Estado responsável para com a sociedade” (p. 153).

Compreende-se, então, através da perspectiva apresentada por Jovchelovitch (2000), que esse “diálogo argumentativo” é instrumento de geração da opinião pública, que “se tornou um procedimento central da esfera pública” sendo algumas de suas características ideais: a) acessibilidade e abertura aos debates em espaços públicos; b) somente questões de interesse público em jogo (interesses privados não admitidos); c) as diferenças de status devem ser descartadas; de forma que a sociedade como um todo cria um saber sobre si mesma. No entanto, este seria um

⁶⁶ Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa, de 1990.

modelo idealizado do fenômeno da ação coletiva no espaço público, já que tal potencial utópico nunca chegou a ser plenamente realizado, devido às várias exclusões, das quais gênero e classe foram as mais importantes (p.165).

Ainda assim, também podemos compreender o “diálogo argumentativo” enquanto discurso político, em que o diálogo se dá através do direcionamento do discurso e do convencimento ou não da sociedade perante o conteúdo representacional do discurso, também enquanto instrumento de criação e influência da opinião pública.

De qualquer forma, “a esfera pública permanece, pois, uma ideia paradigmática para pensar a natureza da vida em comunidade, os limites e possibilidades de um espaço comum para o diálogo e projeto político de estabelecer uma democracia radical” (CALHOUN apud JOVCHELOVITCH, 2000, p.155)

Por fim, Jovchelovitch (2000) faz menção à obra de Moscovici (2007) ao explicitar que ele “demonstrou que em esferas públicas contemporâneas as representações são contestadas e abertas ao escrutínio, emergem de diferentes fontes de autoridade e necessitam de argumentos como fonte de legitimação” inferindo que nas “esferas públicas não é mais possível legitimar o conhecimento apelando apenas para um centro reconhecido de autoridade” já que novas formas de contestação social surgem a todo momento. (p. 156)

Dessa forma, ao reafirmar que a mais importante função das representações sociais é lidar com o desconhecido e tornar o “não-familiar” familiar, observa-se o desejo de capturar e entender essa não-familiaridade do mundo, a partir do qual entende-se as representações sociais enquanto “instrumentos de conhecimento e comunicação (...) que constroem o Eu e a realidade (...)” e como “sistemas de entendimento compartilhado do mundo (...) que oferecem padrões de conhecimento e reconhecimento, disposições, orientações e conduta, que transformam ambientes sociais em lares para atores individuais e lhes permite entender a regra do jogo.” (p.191). Com base em tudo que foi explicitado no capítulo e nos tópicos anteriores, consideramos que as representações sociais, no âmbito dos discursos políticos, podem ser vistas como instrumentos carregados de poderes simbólicos que moldam o senso comum enquanto pensamento coletivo acerca de algo ou alguém e são dependentes do seu contexto, podendo esse contexto ser seu ponto de partida ou seu o cenário de desenvolvimento. Como, por exemplo, o processo de *Impeachment* é o contexto dos discursos objetos de análise dessa pesquisa, nos quais circulam diversas abordagens e representações acerca dos temas relacionados à presidência, sejam atrelados ao contexto do *Impeachment* ou não.

CAPÍTULO 4: METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo indicar e descrever brevemente os principais métodos de pesquisa utilizados no desenvolvimento deste trabalho, a fim de facilitar a compreensão acerca das técnicas usadas para chegar nos resultados obtidos, que se deram através do uso de métodos de pesquisa tradicionais e adaptados no decorrer das três fases pelas quais transitou nosso trabalho e análise.

Dessa forma, a estrutura deste capítulo transita entre três fases de desenvolvimento, sendo elas: (1ª) Pesquisa Exploratória; (2ª) Pesquisa Bibliográfica e (3ª) Análise, contando com uma breve apresentação dos métodos tradicionais e suas respectivas adaptações ao nosso estudo. Utilizamos os métodos tradicionais nas primeira e segunda fases metodológicas, e excepcionalmente na última fase, adaptamos as técnicas metodológicas utilizadas para os fins propostos na nossa análise.

Para tal, utilizamos a 4ª edição da obra de Antônio Carlos Gil (2002)⁶⁷ sobre elaboração de projetos de pesquisa, nas fases de pesquisas exploratória e bibliográfica, bem como, para a fase de análise, a metodologia analítica de Spink (2009)⁶⁸ e a obra de Laurence Bardin (2011)⁶⁹ acerca da análise do conteúdo, ambas desenvolvidas no campo da Psicologia e adaptadas à temática deste trabalho.

Assim, reafirmamos a ideia de escolher técnicas e teorias que nos levassem a resultados que considerassem o fenômeno da significação contida no processo discursivo através das diferentes abordagens acerca do mesmo tema, bem como as representações sociais que dele advêm.

Dessa forma, consideramos que os caminhos metodológicos adotados foram os mais eficazes e adequados em prol dos resultados desejados, levando em conta que estamos trabalhando com temas consideravelmente complexos e subjetivos que necessitam de maior embasamento teórico e atenção do pesquisador acerca da interpretação analítica.

Quanto a escolha da amostra, visamos contemplar os dois atores simbólicos principais presentes no contexto temático do *Impeachment*, enquanto presidenta a ser deposta e vice (interino) a ser empossado em definitivo, bem como delimitar as possibilidades que o universo desses significados proporciona, já que consideramos que ambos os discursos estão carregados de

⁶⁷ Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

⁶⁸ Psicologia Social e Saúde: práticas, saberes e sentidos. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

⁶⁹ Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

significados passíveis de interpretação, dando margem para uma análise mais minuciosa com conclusões ricas, visto que este trabalho não tem o objetivo de tratar da prática político-discursiva e do universo das significações advindas do processo de representações sociais como um todo. Assim, sendo o processo de *Impeachment* seu contexto geral, consideramos os objetos da análise importantes também quando verificamos os contextos específicos de cada um, sendo o de Dilma inserido num contexto defensivo (defesa do mandato/poder), na última instância parlamentar do processo no Senado, enquanto o de Temer está inserido no contexto de apropriação (do mandato/poder), após o resultado da votação que depôs a presidenta, numa reunião ministerial no Palácio do Planalto, em que a escolha de ambos como objetos de análise se dá a fim de preservar a ideia de continuidade de um para o outro.

Por fim, é importante reafirmar que este trabalho é uma análise do conteúdo dos discursos de Dilma Rousseff e Michel Temer enquanto presidentes, e das representações simbólicas contidas neles, bem como suas estratégias discursivas, no contexto do *Impeachment* de 2016.

4.1 1º fase: Pesquisa Exploratória

Nesta primeira fase da pesquisa, buscamos nos aproximar das discussões teóricas presentes no universo relacionado às temáticas do discurso enquanto prática retórica e instrumento de poder simbólico e do *Impeachment* enquanto prática jurídica e política predisposta pela Constituição, desenvolvendo uma pesquisa acerca do objeto dessa pesquisa e do contexto em que ele está inserido. Assim, os esforços da pesquisa exploratória foram voltados a encontrar conceitos relacionados à essas temáticas e nos aproximar das discussões existentes no universo desses temas.

Gil (2002, p. 41) afirma que “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” sendo seu objetivo principal “o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”, o que achamos servir perfeitamente aos pressupostos iniciais de nossa pesquisa.

Para este trabalho, esta fase foi importante para identificar as abordagens mais relevantes a serem consideradas na discussão sobre a produção e prática discursiva no âmbito político. O material coletado foi utilizado posteriormente, para o desenvolvimento da Análise dos dois conteúdos. Para além disso, achamos relevante abordar o processo de significação social presente nos estudos sobre Representação de Moscovici (2007) e Jovchelovitch (2007), que foram

desenvolvidas no âmbito da psicologia social, mas que utilizamos com enfoque na temática do nosso estudo.

Nosso interesse pela temática que envolve discurso e política veio tanto do contexto político nacional pelo qual transitava o país no período inicial da pesquisa, como das várias discussões que surgiram sobre a retórica dos atores políticos em geral, o que nos levou a objetos de análise similares aos que escolhemos mas inseridos no contexto das eleições, porém, posteriormente a culminância do *Impeachment* nos chamou atenção para os objetos da análise escolhidos, sendo Dilma e Temer os personagens centrais do processo de Impedimento Presidencial. A escolha do último discurso de Dilma⁷⁰ e do primeiro de Temer⁷¹ enquanto presidentes veio nos momentos finais da pesquisa exploratória, que coincidiram com a instância final do processo de *Impeachment*, que gerou o contexto final no qual os objetos de análise se inserem.

Assim, a pesquisa exploratória serviu de escopo para a definição do objeto desta análise. A observação empírica acerca da influência dos discursos políticos tanto no desenvolvimento do senso comum quanto na apropriação da legitimidade ou do “poder simbólico” que permeia as posições políticas de alto nível, como a presidência da república, foi o impulso final para a definição do objeto de análise. Essa fase nos serviu de base para a elaboração do projeto de pesquisa inicial.

4.1.1 2ª fase: Pesquisa Bibliográfica

Na segunda fase do nosso trabalho, buscamos encontrar o máximo de material teórico a fim de abarcar a maior quantidade possível de conteúdos relevantes à delimitação de nossa discussão temática, e seguimos a sequência posterior à pesquisa exploratória, a pesquisa bibliográfica, segundo o planejamento na visão de Gil (2002). Segundo Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos“, ou seja, esta fase garante a riqueza de conteúdos cientificamente validados no debate e demanda mais atenção do pesquisador quando o objeto de análise é complexo e fornece muitas possibilidades de interpretação, pois não se trata somente de um agrupamento de materiais teóricos, mas de uma pesquisa sistemática.

⁷⁰ Disponível em: <<https://goo.gl/PRsDHu>>

⁷¹ Disponível em: <<https://goo.gl/2WcQaw>>

Como nosso objeto de análise é um conteúdo repleto de significações perceptíveis e não-perceptíveis à primeira leitura, buscamos uma metodologia que nos possibilitasse uma amplitude de instrumentos teóricos que nos conduzissem à abordagem mais completa possível. Consideramos, porém, que nossa temática é demasiadamente subjetiva em alguns aspectos, mas que essa característica não precisa necessariamente ser um ponto negativo de nosso trabalho, já que a subjetividade inerente ao tema não só permite mas impulsiona uma reflexão acerca dos processos de significação e representação social, principalmente aqueles ligados à política. Gil (2002, p. 44) explica que “as pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um tema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas”, dessa forma, pensamos ter sido a sequência correta à pesquisa exploratória que realizamos anteriormente.

Para tal, selecionamos publicações de relevância sobre o processo de *Impeachment* e seu histórico no Brasil, sobre o discurso para além de uma atividade linguística, sobre discurso político enquanto instrumento de apropriação e preservação de poder e sobre representações sociais e seu processo de formação, como já informamos anteriormente.

Assim, direcionamos nossos olhares para vários capítulos de livros, publicações oficiais de órgãos como Senado, Câmara, Planalto entre outros, além de artigos científicos e manuais técnicos.

4.2 3ª fase: Análise

Esta fase é a mais importante de nosso trabalho, já que nela podemos, por fim, analisar o conteúdo dos discursos políticos enquanto produções simbólicas inseridas em determinado contexto político. Nesta etapa, utilizaremos duas metodologias de forma adaptada, sendo elas: a) análise de conteúdo segundo Bardin (2011) e b) a análise desenvolvida por Spink (2009).

Dessa forma, é importante reafirmar que ambas as autoras desenvolveram suas metodologias no campo da Psicologia, mas que, neste caso, elas foram adaptadas à temática deste trabalho, a fim de proporcionar uma análise mais rica como resultado.

Por considerarmos o discurso político uma produção comunicacional que também transita, para além da esfera político-simbólica, na esfera do meios de comunicação (tradicionais e inovadores), optamos pela análise de conteúdo, que historicamente surgiu a partir da necessidade de interpretar o grande volume de material produzido pelos meios de comunicação. Segundo Gil (2002, p. 89) “essa técnica possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das

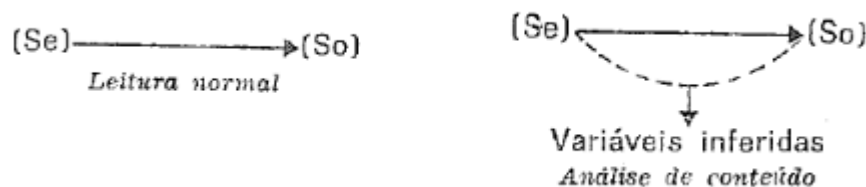
comunicações. Pode ser utilizada, por exemplo, para examinar a ideologia política implícita (...)” em textos político-discursivos, por exemplo.

4.2.1 Análise de conteúdo:

Para Bardin (2011, p. 42), a análise de conteúdo nada mais é que “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

A análise de conteúdo parte do pressuposto de inferir conteúdos ocultos (variáveis inferidas) nas mensagens comunicacionais, que não aparecem à percepção simples, como podemos ver na imagem a seguir, em que (Se) representa o significado emitido da mensagem e (So) o significado observado.

Figura 1 - Leitura normal x Análise de Conteúdo (Bardin, 2011, p. 42)



Fonte: Livro “Análise de Conteúdo” de Laurence Bardin (2011)

A metodologia da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) abrange todas as iniciativas que partem de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, que consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo.

Gil (2002, p. 89), acerca da metodologia de Bardin (2011) explica que “a análise de conteúdo desenvolve-se em três fases. A primeira é a pré-análise, onde se procede à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A segunda é a exploração do material, que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação. A terceira etapa, por fim, é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados.”

Consideramos aqui que nossa análise passou pelas três fases supracitadas, sendo que, na pré-análise, buscamos os documentos oficiais dos discursos de Dilma e Temer e os preparamos para análise; na exploração do material, analisamos os conteúdos dos textos e com base nessa

análise desenvolvemos nuvens de palavras e categorias de classificação das mensagens contidas em ambos os discursos, sendo essas categorias de classificação desenvolvidas com base na incidência de palavras relacionadas a temas diretamente ligados à política e ao contexto no qual os discursos estão inseridos; na terceira fase, desenvolvemos a análise classificando as mensagens nas categorias desenvolvidas na fase anterior, interpretando seu lugar de pertencimento simbólico e as diferentes abordagens da mesma categoria, nesta fase, também explicitamos as mensagens que não estavam presentes em um ou em outro discurso, também como fatores de significação e representação do conteúdo.

Acerca do tratamento dos dados, Gil (2002, p.90) afirma que “o processo de análise e interpretação é fundamentalmente iterativo, pois o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas.”

Dessa forma, analisamos os discursos de Dilma Rousseff do dia 29 de agosto de 2016, e o de Michel Temer do dia 31 de agosto de 2016, a fim de se preservar a continuidade contextual como último e primeiro discursos enquanto presidentes, respectivamente e, assim, captar a influência do contexto (processo de *Impeachment*), e do âmbito ao qual o discurso se direciona, sendo defesa, no caso de Dilma, e confirmação do novo governo, no caso de Temer, bem como, os tempos a eles associados, passado, no caso de Dilma, que busca fazer uma contextualização histórica não só de seu mandato, como de sua trajetória política, e presente/futuro, no caso de Temer, que busca afirmar seu governo como novo presidente do país.

b) Análise adaptada de Spink (2009)

No caso específico dessa metodologia, utilizaremos apenas seus aspectos técnicos, já que a temática à qual se aplica na obra de Spink (2009) não tem a ver com a temática proposta neste trabalho, ainda assim, a metodologia de Spink se torna relevante no tocante a eficiência da sistematização da análise. Como utilizamos uma adaptação dessa metodologia, nos permitimos também criar outros recursos de sistematização semelhantes àqueles desenvolvidos por Spink (2009), que veremos posteriormente no próximo tópico.

4.2.2 Ficha de análise

No sentido da melhor sistematização da nossa análise, identificamos os fatores quantitativos dos discursos, como quantidade de palavras por discurso, duração dos discursos e quantidade de repetições de palavras com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de uma ficha de análise que nos permitisse extrair os fatores principais que comporiam o relatório de nossa análise.

Tabela 1 - Quantidade de palavras por discursos

| Discurso de | Quantidade de palavras |
|----------------|------------------------|
| Dilma Rousseff | 4799 |
| Michel Temer | 3671 |

Fonte: Desenvolvido pela autora

A partir da primeira tabela, acreditamos que apesar da diferença de quantidade de mais de 1000 palavras, os discursos têm o mesmo potencial de significação perceptível tanto à leitura simples, quanto disponível para análise de conteúdo, através das categorias desenvolvidas.

Tabela 2 - Duração dos discursos

| Discurso de | Duração |
|----------------|------------|
| Dilma Rousseff | 46 minutos |
| Michel Temer | 18min30seg |

Fonte: Desenvolvido pela autora

A tabela 2 nos mostra que o discurso de Dilma durou 46 minutos, enquanto o de Temer durou 18 minutos e 30 segundos. Acreditamos que a diferença de tempo se dá principalmente pelo tom do discurso e pela quantidade de palavras, já que o discurso de Dilma tem um tom mais expositivo e por consequência, mais lento, além de possuir mais de 1000 palavras a mais que o discurso de Temer.

Tabela 3 - Quantidade de repetições das 10 palavras mais citadas no Discurso de Dilma

| Palavras mais repetidas | Quantidade de repetições |
|-------------------------|--------------------------|
| Processo | 27 |
| Governo | 20 |
| <i>Impeachment</i> | 15 |
| Democracia | 15 |
| Contra | 15 |
| Responsabilidade | 14 |
| Política | 14 |
| País | 14 |
| Crime | 13 |
| Constituição | 12 |

Fonte: Desenvolvido pela autora

Observamos que as palavras mais ditas por Dilma estão diretamente ligadas ao contexto em que elas se inserem, que é seu último momento de defesa contra o processo de *Impeachment*.

Figura 3 - Nuvem de palavras do último Discurso de Dilma Rousseff enquanto presidente



Fonte: Desenvolvido pela autora

Sendo as 10 palavras mais citadas: 1. Governo; 2. Ministro; 3. Constitucional; 4. Partidos⁷³; 5. Senhores; 6. Meses; 7. Primeiro; 8. Hoje; 9; Precisamente e 10. Golpista

Tabela 4 - Quantidade de repetições das 10 palavras mais citadas no Discurso de Temer

| Palavras mais repetidas | Quantidade de repetições |
|-------------------------|--------------------------|
| Governo | 20 |

⁷³ Também foi inserida na contagem o singular “partido”.

| | |
|----------------|----|
| Ministro | 16 |
| Constitucional | 11 |
| Partidos | 10 |
| Senhores | 7 |
| Meses | 7 |
| Primeiro | 6 |
| Hoje | 6 |
| Precisamente | 5 |
| Golpista | 5 |

Fonte: Desenvolvido pela autora

No discurso de Temer também é possível observar que a incidência das palavras está diretamente ligada ao contexto no qual o discurso foi pronunciado, sendo uma reunião ministerial, a primeira como governo vigente, ou seja, não mais interino.

Após esta primeira sistematização da amostra, nossos esforços se concentraram em deduzir as temáticas mais recorrentes nos discursos, a fim de obtermos as categorias de análise. Neste sentido, nos debruçamos sobre os textos dos discursos, amparados pelo referencial teórico que desenvolvemos, com o auxílio das primeiras análises, a fim de compreender suas principais abordagens. Como resultado destes esforços, obtivemos 10 Categorias principais de Análise, das quais ambos os discursos têm abordagens sobre, sendo elas: Golpe, Governo, Política, Democracia, Poder, Ruptura, Presidente, Constituição, Interinidade e *Impeachment*.

Também achamos relevante explicitar os temas exclusivos presentes somente no discurso de Dilma ou somente no de Temer, que veremos posteriormente no desenvolvimento da análise.

Posteriormente, nos dedicamos a criação da Ficha de Análise que serviu como instrumento para sistematizar o desenvolvimento a análise do objeto de estudo, como vemos no modelo abaixo. A composição desta ficha foi baseada, principalmente, na obra de Charaudeau (2006) sobre

Discurso Político no que cerne as estratégias discursivas, com apoio das obras de Foucault (2009) e Bourdieu (1989) acerca dos poderes simbólicos que permeiam os discursos, bem como nas ideias de Moscovici (2007) e Jovchelovitch (2007) sobre representações sociais e contextos do saber, principalmente no que tange a utilização de representações como influência do senso comum e do conhecimento coletivo acerca de determinados temas.

Quadro 1 - Ficha de análise de conteúdo dos discursos

| Instrumentos de persuasão⁷⁴ | |
|---|----------|
| Conteúdo | |
| Imagem | |
| Apelo emocional | |
| Aspectos gerais dos temas da categoria | |
| Trechos mais representativos | |
| Ideia principal | |
| Frase anterior | |
| Frase posterior | |
| Abordagem | |
| Individual | Coletiva |
| Condições do discurso | |
| Simplicidade | |
| Credibilidade | |
| Dramatização | |

⁷⁴ Essa etapa da ficha de análise se aplica ao conteúdo total dos discursos e não às categorias, bem como as etapas de “Condições do discurso”, “Estratégias Discursivas” e “Estratégias para evitar mentir”, que serão utilizadas nas análises presentes após as análises de categoria

| Estratégias Discursivas | |
|---------------------------------------|---------------|
| Promessa | Decisão |
| Justificação | Dissimulação |
| Estratégias para evitar Mentir | |
| Vago | Denegação |
| Silêncio | Razão Suprema |

Fonte: Desenvolvida pela autora

Com base nos conceitos presentes na obra de Charaudeau (2006), a primeira etapa da ficha de análise busca observar os instrumentos de persuasão presentes nos objetos, de forma a considerarmos o conteúdo (logos) ou o tema abordado, a imagem ou representação do tema abordado (ethos) e o apelo “emocional” (pathos) utilizado para convencimento acerca do tema abordado. Num segundo momento, buscamos observar a estrutura da abordagem de cada tema a fim de considerar seu contexto, destacando seus trechos mais representativos, sintetizando sua ideia principal e considerando a frase anterior e posterior a fim de não utilizar trechos descontextualizados.

Na terceira etapa da ficha de análise, buscamos reconhecer o caráter da abordagem discursiva, enquanto individual ou coletivo, ou seja, enquanto pessoa política (eu) ou participante de um coletivo governamental (nós). Posteriormente, tentamos inferir as condições do discurso, também com base nos conceitos presentes na obra de Charaudeau (2006), sob as definições de simplicidade, credibilidade e dramatização, bem como suas ideias acerca das estratégias discursivas, enquanto palavras de Promessa, Decisão, Justificação e Dissimulação.

Por fim, ainda baseadas na obra de Charaudeau (2006), buscamos identificar a utilização das estratégias para evitar mentir, sendo elas: do vago, do silêncio, da denegação e da razão suprema, todas conceituadas anteriormente neste trabalho.

A partir da utilização da Ficha de Análise em cada categoria, adaptamos as Fichas de Ideia e os Quadros de Análise, utilizadas no capítulo de análise deste trabalho, retirados das metodologias contidas na obra de Spink (2009) e adaptados a nossa pesquisa. Assim, torna-se importante explicar

que optamos por selecionar trechos dos discursos para compor a análise de forma sistematizada através das categorias, utilizando esses trechos de forma ordenada.

Após a etapa da ficha de análise, nos concentramos na seleção das principais ideias que caracterizavam a representação social utilizada para cada tema dos conteúdos analisados a fim de compor as Fichas de Ideias referentes à cada Categoria de Análise. Nesta etapa, a partir dos conceitos abordados principalmente nas obras de Charaudeau (2006) e Moscovici (2007) (estratégias discursivas e processos de ancoragem de protótipos e objetivação), destacamos os trechos mais significativos acerca de cada tema/categoria, de forma a explicitar as contraposições nas abordagens de Dilma e Temer, buscando extrair suas associações de ideias principais. A partir desta etapa, completamos os Quadros de Análise⁷⁵ de todos os trechos, no intuito de entender o protótipo ao qual cada proposição está associada e como se dá a inserção das representações contidas nesses trechos no pensamento coletivo, de maneira a influenciar o senso comum. Relembramos que também elencamos trechos acerca de temas que são abordados exclusivamente em um ou outro discurso, a fim de analisarmos seus conteúdos de maneira mais abrangente. Na tabela constam os termos “ideia chave” e “ancoragem”, que conversam com a obra de Moscovici (2007), na qual a ideia chave é o protótipo (ideia) principal presente no trecho destacado e ancoragem é a associação final da ideia. Assim, após as devidas explicações, a estrutura do Quadro de Análise é a seguinte:

Quadro 2 - Quadro de Análise

| | Ideia 1 | Ideia 2 | Ideia 3 | Ideia 4 |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 1) Identificação da Ideia Chave | | | | |
| 2) Inserção da Ideia Chave | | | | |
| 3) Ancoragem Final | | | | |

Fonte: Adaptado de Spink (2009)

⁷⁵ Que na metodologia original (de Spink) se utiliza dos conceitos presentes na Teoria das Representações Sociais de Moscovici acerca dos processos de ancoragem e objetivação a partir da utilização de protótipos.

Escolhemos esta metodologia a partir da compreensão de que as ideias que compõem as representações contidas nos discursos se opunham de alguma forma, a fim de explicitar como o discurso político e suas estratégias e condições possibilitam as mais diversas abordagens e significações acerca do mesmo tema.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE

Este capítulo tem o objetivo de analisar os conteúdos dos discursos de Dilma Rousseff e Michel Temer em sua última e primeira fala enquanto presidentes no contexto do *Impeachment*, como já falamos anteriormente na metodologia.

A intenção desta análise é gerar uma reflexão acerca das representações utilizadas nos discursos políticos para os mais diversos fins e explicitar as diferentes abordagens dos mesmos temas nos diferentes discursos presidenciais e como essas abordagens geram representações sociais que, dentro de um contexto (processo de *Impeachment*), influenciam o pensamento coletivo de tal forma que ajudam a formação e o desenvolvimento do senso comum acerca dos mais diferentes tópicos.

Esta discussão será baseada, principalmente, analisando o processo de formação de representações sociais que estão presentes nesse tipo de conteúdo comunicacional, a partir da discussão proposta na obra de Moscovici (2007) acerca de Representações Sociais, bem como nas reflexões propostas por Charaudeau (2007) sobre as possibilidades estratégicas e condicionais ligadas ao discurso propriamente político. Sobre a análise de representações sociais, Moscovici (2007, p. 59) afirma que “ao se estudar uma representação, nós devemos sempre tentar descobrir a característica “não-familiar” que a motivou”. Nesse sentido, podemos dizer que o objetivo desta análise é tentar inferir os significados “não-familiares” que motivam as abordagens utilizadas por Dilma e Temer.

Para tal, nossos objetos de análise são o último e o primeiro pronunciamentos presidenciais de Dilma Rousseff e Michel Temer, respectivamente, após a conclusão do Processo de *Impeachment* que resultou na perda do mandato de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016, destacando as temáticas presentes em ambos os discursos e que de forma direta ou indireta se relacionam ao *Impeachment*, lhe conferindo ou questionando sua legitimidade.

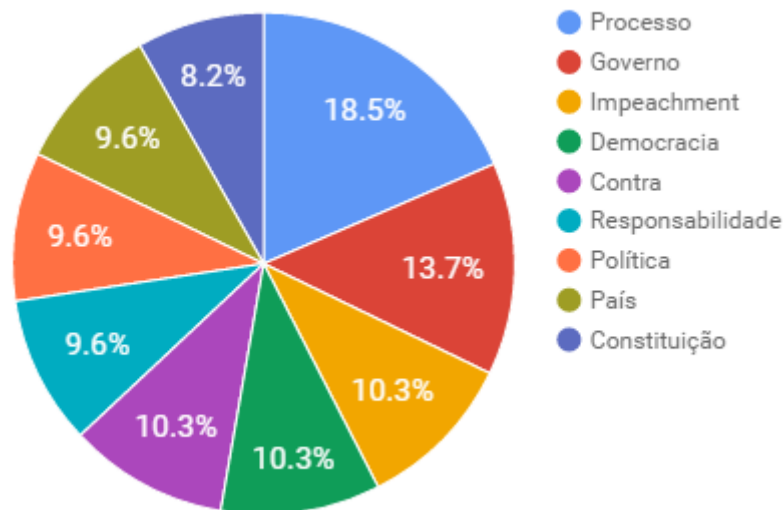
Assim, achamos importante ressaltar os contextos em que cada discurso foi concebido, onde o discurso de Dilma tem ênfase na defesa de seu mandato, a fim de não perder os poderes democraticamente conquistados, enquanto Temer desenvolve seu texto após ser oficialmente empossado a partir do *Impeachment*, com foco no poder que acabara de conquistar.

5.1 Visão geral

Neste tópico desenvolvemos uma visão geral acerca dos objetos de análise com base nos dados já fornecidos no capítulo anterior. Para tal, desenvolvemos dois gráficos sobre as palavras mais ditas em cada discurso, a fim de compreender quais os temas a elas relacionados.

O gráfico a seguir mostra uma visão das 10 palavras mais ditas por Dilma e Temer em seus discursos, respectivamente, distribuídas em porcentagens⁷⁶.

Gráfico 1 - Visão geral das palavras⁷⁷ mais ditas no último discurso de Dilma Rousseff



Fonte: desenvolvido pela autora

A partir desta imagem, passamos a verificar os temas relacionados às palavras mais presentes do último discurso de Dilma Rousseff. Dilma faz 27 menções a Processo, a repetição desta palavra se dá em relação, principalmente, ao processo de *Impeachment*, sendo apenas uma das menções relacionada ao processo de cassação do mandato de Cunha. Das 20 menções ao Governo, 16 são ligadas ao seu governo e 6 ao governo interino de Temer. Todas as 15 menções ao *Impeachment*, são ligadas ao processo contra ela; já as 15 menções à Democracia, se interpelam entre afirmações de defesa da democracia e de ataques contra ela, menções que podemos relacionar

⁷⁶ Cálculo de porcentagem baseado no total de menções das 10 palavras mais ditas em cada discurso.

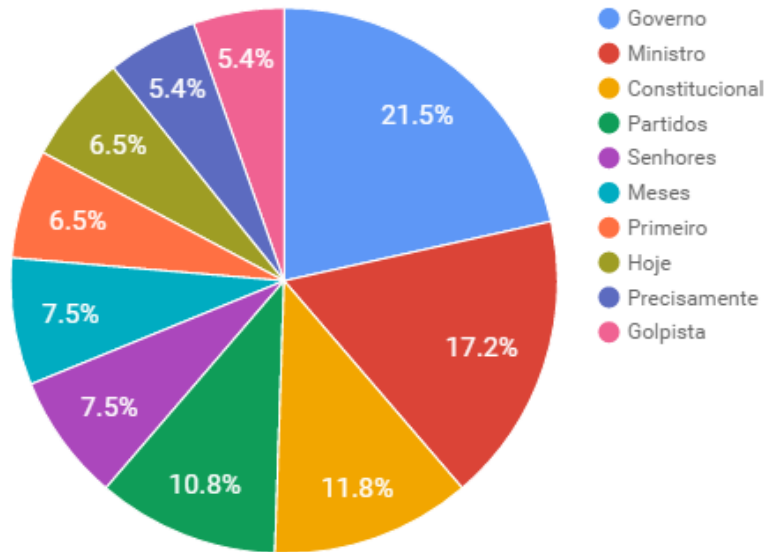
⁷⁷ Lembrando que optamos por excluir os pronomes e as preposições, a fim de elencar somente as palavras das quais podemos inferir significados através de análise.

às 15 feitas à palavra Contra, sendo 7 delas relacionadas ao pronome pessoal “mim”, já que o discurso se trata de uma auto defesa contra as acusações feitas no processo de *Impeachment* contra Dilma, e as demais relacionadas ao Estado de Direito e a democracia, bem como ao *Impeachment*, ligada ao pedido feito aos senadores para que votassem contra o *Impeachment*; ao golpe, quando menciona o apoio e solidariedade públicos que recebeu “contra o golpe”; aos dispositivos da Constituição, ao afirmar que não atentou contra nenhum deles; à propostas, ao tratar da falta de apoio legislativo da Câmara e do Senado ao votarem contra propostas que antes, segundo Dilma, defendiam; aos interesses dos que a elegeram e à ditadura militar.

Das 14 menções à Responsabilidade, 9 são relacionadas à crime de responsabilidade, 4 à Lei de Responsabilidade Fiscal e 1 à população, ao tratar da sua responsabilidade para com o povo. Das 14 menções à Política, 2 são relacionadas à elite, fazendo referência a classe política enquanto elite; 2 à força, 1 à brasileira, e 1 à classe, em referência a força e a classe políticas brasileiras com interesse em parar as investigações acerca de corrupção; e as demais relacionadas à condenação política, através da confirmação do *Impeachment*; à instabilidade política gerada como *background* do processo de *Impeachment*; à ação política ligada a desestabilização do governo com o processo de *Impeachment*; à pauta política, ao se afirmar que o *Impeachment* se tornou central nas discussões políticas; à interferência, ao afirmar que não permitiu nenhuma interferência política nas investigações da PF acerca da corrupção; à pena de morte, ao associar a perda de seu mandato à pena de morte política; à situação, ao afirmar que a situação política do país seria outra sem a instabilidade política gerada pela oposição; e à medidas, ao admitir as medidas políticas que não foram tomadas em seu governo, gerando críticas.

As 14 menções à País, são relacionadas ao Brasil. Das 13 menções à Crime, 10 são relacionadas à crime de responsabilidade, 2 ao pronome “um” e 1 ao pronome “tal”, também relacionadas à crime de responsabilidade do qual Dilma foi acusada. Por fim, as 12 menções à Constituição são relacionadas à Constituição de 1988.

Gráfico 2 - Visão geral das palavras⁷⁸ mais ditas no primeiro discurso de Michel Temer



Fonte: desenvolvido pela autora

A partir desta imagem, passamos a verificar os temas relacionados às palavras mais presentes do primeiro discurso de Michel Temer. Temer faz 20 menções a Governo, todas relacionadas a seu governo. Das 16 menções à Ministro, se refere em maioria, 13 menções, aos ministros de seu governo, além de 3 menções aos primeiros ministros da Espanha, Japão e Itália, relacionados às viagens que faria nos próximos dias já oficialmente como presidente. Das 11 menções à Constitucional, 3 menções são relacionadas à ruptura constitucional no que tange às acusações de golpe feitas contra ele, 2 à texto, ligadas a referência de violação do texto constitucional, ligadas ao processo de *Impeachment*, 2 menções à Constituição de 1988, e as demais relacionadas à preceito constitucional e a princípio constitucional, ambas ligadas a uma referência ao princípio da dignidade da pessoa humana, à missão constitucional, ligada a referência de ter sido bem recebido enquanto vice e presidente para o desempenho do mandato, e à teto constitucional, ligada à proposta de teto de gastos⁷⁹ defendida por ele posteriormente.

⁷⁸ Lembrando que optamos por excluir os pronomes e as preposições, a fim de elencar somente as palavras das quais podemos inferir significados através de análise.

⁷⁹ Até então, PEC 241, e agora PEC 55.

Já das 10 menções à Partidos, 2 menções são relacionadas à políticos, 2 ao pronome “um”⁸⁰, ao verbo “há”, à respectivos, ao pronome “seus”, à único, ao afirmar que não havia apenas um partido em seu governo, à demais, enquanto “outros” partidos, e à aliados, ao abordar a participação dos partidos aliados na formulação das políticas governamentais. Temer faz 7 menções à Senhores, todas relacionadas aos ministros de seu governo, a quem se refere como “senhores”, formalmente. Das 7 menções à palavra Meses, todas relacionadas aos “dois anos”⁸¹ e quatro meses” que teria de governo a partir daquele momento. Das 6 menções à Primeiro, 3 menções dizem respeito aos “primeiros” ministros da Espanha, Japão e Itália, que, como já explicamos anteriormente, dizem respeito às viagens que Temer faria como presidente, e as demais relacionadas a ideia de prioridade. As 6 menções à Hoje feitas por Temer, dizem respeito ao dia em que, oficialmente, estavam representando o governo do país, logo após a votação final que fez Dilma Rousseff perder seu mandato. Temer fez 5 menções ao advérbio de intensidade: Precisamente, além de 5 menções à palavra Golpista.

Curiosamente, a referência à golpe aparece entre as 10 palavras mais citadas de Temer, e não de Dilma, que era quem associava o processo de *Impeachment* à um golpe parlamentar. Ainda assim, a quantidade de menções a golpe e a palavras similares como “golpista”, é próxima em ambos os discursos, sendo 9 no discurso de Dilma e 8 no de Temer.

Após esta primeira análise e a identificação das ligações contextuais entre as palavras mais repetidas nos discursos, direcionamos nossa atenção para elencar os principais trechos ligados aos temas abordados por ambos, a fim de haver a possibilidade de comparação. Esse esforço se deu conjuntamente ao desenvolvimento das categorias de análise, que dizem respeito a temas presentes em ambos os discursos, sendo este o porque de sua escolha: todas as categorias são ligadas a temas abordados em ambos os discursos, possibilitando a análise comparativa dos mesmos.

As categorias são: 1) Golpe, 2) Governo, 3) Política, 4) Democracia, 5) Poder, 6) Ruptura, 7) Presidente, 8) Constituição, 9) Interinidade e 10) *Impeachment*. Este capítulo, então, é dedicado à análise dessas categorias.

Dessa forma, nosso objetivo é desenvolver uma discussão acerca das diferentes abordagens e representações sociais utilizadas nos discursos presidenciais dentro do mesmo contexto, do

⁸⁰ Visto que a palavra no singular “partido” também está inclusa na contagem.

⁸¹ A palavra “anos” tem a mesma quantidade de repetições que a palavra meses, entretanto, ao notarmos que ambas fazem referência a mesma coisa, sendo complementares, optamos por não incluir “anos” na sistematização das 10 palavras mais repetidas.

Impeachment, e as estratégias utilizadas com o propósito do convencimento público. Para tal, utilizamos as ideias e técnicas dos autores estudados até aqui, sendo Charaudeau (2006), Moscovici (2007) e Spink (2009), os autores principais utilizados no desenvolvimento desta análise.

A sistematização dos trechos em Fichas de Análise nos ajudou a compreender as principais ideias que compõem o discurso de Dilma e de Temer acerca dos Temas relacionados às categorias para além das estratégias e condições do discurso, observando os conceitos de protótipo, ancoragem e objetivação advindos da Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Moscovici (2007) e sobre a qual discorremos no Terceiro Capítulo deste trabalho, as quais desenvolvemos com base na metodologia utilizada por Spink (2009) no estudo presente no texto “O trabalho do Psicólogo na comunidade: A identidade socioprofissional na berlinda” no qual a autora faz uma análise da ótica das representações sociais dos psicólogos sobre sua prática profissional. Relembramos, assim, que as Fichas de Ideias e os Quadros de Análise dos conteúdos analisados, foram instrumentos metodológicos adaptados à ótica de nossa pesquisa.

5.2 Categorias

Neste tópico, estão presentes as análises das dez categorias destacadas dos discursos de Dilma e Temer, no qual utilizamos as fichas de análise para desenvolvimento do relatório de cada categoria. Foram extraídos todos os trechos presentes nos discursos de Dilma e Temer que estavam relacionados às categorias de análise citadas anteriormente, de forma abranger as abordagens de ambos acerca de temáticas semelhantes. Devido a pouca quantidade de trechos por categoria, optamos por aqueles que eram mais densos em relação ao conteúdo, ou seja, os mais longos, a fim de nos fornecer mais material para analisarmos.

Consideramos que, os conceitos estudados até aqui nos auxiliam na percepção mais clara das estratégias e condições discursivas inerentes ao discurso propriamente político, bem como as representações sociais utilizadas e geradas por esses discursos enquanto instrumentos de produção simbólica.

Lembrando que, as categorias são, respectivamente: 1) Golpe, 2) Governo, 3) Política, 4) Democracia, 5) Poder, 6) Ruptura, 7) Presidente, 8) Constituição, 9) Interinidade e 10) *Impeachment*.

5.2.1 Golpe

Esta categoria abrange as abordagens sobre o tópico “golpe” que estão presentes em ambos os discursos mas são abordados sob estratégias e condições diferenciadas de um discurso para o outro, de forma a conferir representações sociais distintas ao mesmo tema.

Dilma:

Ao analisar o discurso de Dilma e observar os aspectos gerais ligados a esta categoria, selecionamos os trechos escolhidos mais significativos para compor a análise de forma mais abrangente. A partir disso, observamos que a ideia principal extraída de ambos os trechos do discurso de Dilma é a de construir a representação do argumento do, então, iminente golpe instaurado a partir da confirmação de seu Impedimento. As frases anterior e posterior aos trechos escolhidos são, respectivamente “Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes.” anterior ao trecho de número 1, e “Arquitetaram a minha destituição, independentemente da existência de quaisquer fatos que pudesse justificá-la perante a nossa Constituição” anterior ao trecho de número 2; e “Se alguns rasgam o seu passado e negociam as benesses do presente, que respondam perante a sua consciência e perante a história pelos atos que praticam.” posterior ao trecho 1 “Articularam e viabilizaram a perda da maioria parlamentar do governo. Situações foram criadas, com apoio escancarado de setores da mídia, para construir o clima político necessário para a desconstituição do resultado eleitoral de 2014.” posterior ao trecho 2; que servem de complementando aos argumentos acerca de Golpe.

Em relação à abordagem, observa-se a opção pela do coletivo, gerando a sensação de abrangência, possibilitando ao público-alvo a sensação de pertencimento à situação, na qual o golpe afeta a todos enquanto nação.

Temer:

Ao analisar o discurso de Temer e selecionarmos os trechos mais significativos do discurso de Temer sobre “Golpe”, observamos que a ideia principal extraída de ambos os trechos do discurso de Temer é a de desconstruir a representação de golpe através do Impedimento de Dilma, visto que o processo seguiu os ritos constitucionais previstos e que é preciso posicionar-se contra tais acusações. As frases anterior e posterior aos trechos escolhidos são complementares as ideias explicitadas e demonstram insatisfação diante das acusações de “golpista”, sendo as anteriores às ideias 2 e 4, respectivamente: “E no mais, também contestar a partir de agora, me lembrava o

ministro Moreira, essa coisa de golpista” e “E a firmeza, muitas vezes, vem pela elegância da conduta, não vem pelo xingamento ou por agressão, não é? É que todos que estão aqui são elegantes.”; e posteriores “Nós não estamos propondo a ruptura constitucional.” e “E vocês sabem que no plano internacional eles tentaram muito - e conseguiram, até com algum sucesso - propor, dizer que aqui no Brasil houve um golpe.”

Em relação à abordagem, observa-se a opção pela do coletivo, transmitindo a ideia de coletividade enquanto governo, de forma instrutiva, a fim de incitar o posicionamento dos ministros (visto que era uma reunião ministerial) contra alegações de golpe contra o, então, atual governo.

A palavra “golpe” está presente 9 vezes no discurso de Dilma e 3 no de Temer e “golpista” 1 vez no discurso de Dilma e 5 vezes no de Temer.

Para analisar as representações presentes nos discursos de ambos, os trechos destacados a partir de nossa Ficha de Análise nos ajudam a compreender as principais ideias presentes nos discursos de Dilma e Temer, como destacamos na Ficha de Ideias a seguir.

Figura 4 - Ficha de Análise da categoria “Golpe”

| Dilma | Temer |
|---|---|
| 1) No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o Estado do Direito. | 2) De vez em quando você vai num lugar e: golpista. Golpista é você que está contra a Constituição, né? Golpe é aquele que propõe a ruptura constitucional. |
| 3) Encontraram, na pessoa do ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha o vértice da sua aliança golpista . | 4) Mas é preciso firmeza, digo eu. E firmeza para quando disserem “golpista”, golpista é quem derruba a Constituição, quem quer violar o texto constitucional. |

Fonte: Adaptado de Spink (2009)

Ideias:

1. Alerta contra golpe (Discurso de Dilma);
2. Descrédibilização do argumento de golpe (Discurso de Temer);
3. Dar nomes a mentores do golpe (Discurso de Dilma);
4. Ressignificação e inversão do contexto e significado de golpe;

Quadro 3 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Golpe

| | Ideia 1 | Ideia 2 | Ideia 3 | Ideia 4 |
|---------------------------------------|---|---|---|--|
| a)Identificação da Ideia Chave | Alerta contra golpe | Descrédibilização do argumento de Golpe | Apontar mentores do Golpe | Ressignificação e inversão do contexto e significado de golpe |
| b)Inserção do Ideia Chave | O alerta é ao mesmo tempo um pedido de atenção a importância da decisão favorável ao <i>Impeachment</i> | Descrédibilizar a utilização do termo “golpe” e “golpista”. | Apontar Eduardo Cunha como mentor de todo o processo – enquanto sendo quem deu início ao processo de <i>Impeachment</i> | Reverter a “acusação” sinalizando que <i>Impeachment</i> é constitucional e “golpista é quem é contra a constituição”. |
| c)Ancoragem Final | Reafirmação de Golpe | Descrédibilizar para naturalizar <i>Impeachment</i> | Personificar o Golpe | Autoafirmar a constitucionalidade do <i>Impeachment</i> a fim de descrédibilizar o argumento de Golpe |

Fonte: adaptado de Spink (2009)

As representações presentes nas ideias dos trechos do discurso de Dilma (Ideia 1 e 3) objetivam o golpe através de um alerta onde ele está implícito e personificando mentores do golpe (dando nome), enquanto no caso de Temer, as representações estão ligadas a descrédibilização do argumento de golpe (Discurso de Temer) e a resignificação e inversão do contexto e significado de golpe defendidos por Dilma.

5.2.2 Governo

Esta categoria abrange as abordagens ligadas ao tópico “Governo” que estão presentes em ambos os discursos mas são abordados sob estratégias e condições diferenciadas de um discurso para o outro, de forma a conferir representações sociais distintas ao mesmo tema.

Dilma:

Na análise dos aspectos gerais ligados a esta categoria no discurso de Dilma, selecionamos os trechos mais robustos para compor a análise de forma mais abrangente. A partir disso,

observamos que as ideias principais extraídas de ambos os trechos do discurso de Dilma relacionam-se ao aceite das críticas a seu governo, de forma a construir a representação de responsabilidade pelas ações de seu governo, seguida pela representação da ilegitimidade do governo do vice-presidente, que rompeu com o governo anteriormente ao assumir a interinidade. As frases anterior e posterior aos trechos escolhidos são, respectivamente “Nesta jornada para me defender do *Impeachment* me aproximei mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu carinho.” anterior ao trecho de número 1, e “Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita.” anterior ao trecho de número 2; e “Até porque, como todos, tenho defeitos e cometo erros.” posterior ao trecho 1, que reforçam a ideia de responsabilidade e acolhimento das críticas e “Articularam e viabilizaram a perda da maioria parlamentar do governo” posterior ao trecho 2, que serve de complemento a deslegitimação do governo interino.

Em relação à abordagem, observa-se que, ao mesmo tempo em que assume responsabilidade individualmente, também assume a abordagem do coletivo de seu governo.

Temer:

Na seleção dos trechos do discurso de Temer, os aspectos gerais que observamos dizem respeito a apenas uma ideia principal, que é a construção da imagem do novo governo através da autoafirmação de seu governo e comparação em detrimento de outros governo. As frases anteriores aos trechos 2 e 4 são, respectivamente: “E por isto quer que todos participem das políticas públicas do nosso País” e “Porque, quando você fala sobre a sua área, você está divulgando o governo. Eu não tenho nenhum impedimento”; e as posteriores “Como de resto, por mais que muitas vezes nós possamos, enfim, ter muito trabalho junto ao poder Legislativo, eu quero que haja uma conexão permanente entre o Legislativo e o Executivo.” e “Evidentemente, também peço essa gentileza, que também revelem que isto é um ato do governo, é do governo tal, não é?”

Em relação à abordagem, observa-se que a opção coletiva se dá pela ideia do coletivo ministerial ali presente, visto que estavam numa reunião dos ministros do, então, novo governo, ao mesmo tempo que a fala de Temer vem de uma posição individual, de forma instrutiva em relação ao grupo de ministros, a fim de representar sua posição enquanto líder, sem se excluir da ideia de coletivo do governo.

Para analisar as representações presentes nos discursos de ambos, os trechos destacados a partir de nossa Ficha de Análise nos ajudam a compreender as principais ideias presentes nos discursos de Dilma e Temer, como destacamos na Ficha de Ideias a seguir.

A palavra “Governo” está presente 20 vezes no discurso de Dilma e 20 vezes no discurso de Temer, sendo a palavra em comum mais dita por ambos. Os trechos destacados a partir de nossa Ficha de Análise nos ajudam a compreender as principais ideias presentes nos discursos de Dilma e Temer, como destacamos na Ficha de ideias a seguir.

Figura 5 - Ficha de Análise da categoria “Governo”

| Dilma | Temer |
|--|---|
| 1) Ouvi também críticas duras ao meu governo , a erros que foram cometidos e a medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade. | 2) O que mais se dizia no passado, e era extremamente desagradável, é que os partidos aliados não participavam da formulação das políticas governamentais. Isto eu não quero que aconteça no nosso governo . |
| 3) Agora, a ruptura democrática se dá por meio da violência moral e de pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que assume sem o amparo das urnas. | 4) Há governos que não gostam que os ministros se manifestem. Eu, ao contrário, eu acho que cada um aqui é um conjunto de pessoas que formam uma grei administrativa. De modo que quando os senhores se manifestam sempre é para prestigiar o governo . |

Fonte: Adaptado de Spink (2009)

Ideias:

1. Responsabilidade, acolhimento de críticas, admissão de erros (Discurso de Dilma);
2. Comparação em detrimento de outros governos (Discurso de Temer);
3. Deslegitimação do governo que assume após o *Impeachment* (Discurso de Dilma);
4. Representação do governo como diferente de outros governos (Discurso de Temer);

Quadro 4 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Governo

| | Ideia 1 | Ideia 2 | Ideia 3 | Ideia 4 |
|---------------------------------------|--|---|---|--|
| a)Identificação do Ideia Chave | Responsabilidade acolhimento de críticas, admissão de erros | Comparação em detrimento de outros governos | Deslegitimação do governo que assume após o <i>Impeachment</i> | Representação do governo como diferente de outros governos |
| b)Inserção do Ideia Chave | A responsabilidade governamental é assumida através do acolhimento das críticas | Compara-se o governo que representa a governos anteriores, de forma a conferir a imagem de novidade, de diferencial | Utiliza o processo de <i>Impeachment</i> como um pretexto que confere a aparência de legitimidade ao governo do vice. | Gerar a ideia de inovação com a oficialização de seu governo, dando a entender que ele terá uma “nova forma de governar” |
| c)Ancoragem Final | Responsabilidade enquanto líder de governo, de forma a contrapor as alegações de crime de responsabilidade | Comparativo em tom de detrimento de outros governo em favor do governo atual | O governo que substituiu seu governo não tem amparo das urnas. | Ideia de novidade, de novo governo, diferencial |

Fonte: adaptado de Spink (2009)

As representações presentes nas ideias presentes nos trechos destacados do discurso de Dilma (Ideia 1 e 3) objetivam a ideia de responsabilidade, acolhimento e admissão de erros, além de retratar o governo interino como um governo ilegítimo, sem apoio das urnas, enquanto no caso de Temer, as ideias estão ligadas a representação que ele quer transmitir de seu governo, a fim de alcançar credibilidade.

5.2.3 Política

Esta categoria abrange as abordagens ligadas ao tópico “Política” que estão presentes em ambos os discursos mas são abordados sob estratégias e condições diferenciadas de um discurso para o outro, de forma a conferir representações sociais distintas ao mesmo tema. Esta categoria refere-se à política enquanto prática e enquanto fazer social.

Dilma:

Observamos que as ideias principais extraídas de ambos os trechos do discurso de Dilma ligadas a política relacionam-se a primeira categoria desta análise (Golpe) ao referir-se às elites políticas que, contrariadas pelo resultado das urnas, conspiram para alcançar o poder, abordando também a instabilidade política pela qual transitou seu governo, que afetou os setores de produção de bens e serviços e agravou a crise econômica, ligada a insatisfação das “elites políticas” com sua reeleição. As frases anterior e posterior aos trechos escolhidos são, respectivamente “Hoje o Brasil, o mundo e a história nos observam e aguardam o desfecho deste processo de *Impeachment*.” anterior ao primeiro trecho, e “Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita.” anterior ao terceiro trecho da ficha de análise a seguir; e “O Presidente Getúlio Vargas, que nos legou a CLT e a defesa do patrimônio nacional, sofreu uma implacável perseguição; a hedionda trama orquestrada pela chamada “República do Galeão”, que o levou ao suicídio.” anterior ao primeiro trecho, que reforçam a ideia de responsabilidade e acolhimento das críticas e “O que se pretendeu permanentemente foi a afirmação do “quanto pior melhor”, na busca obsessiva de se desgastar o governo, pouco importando os resultados danosos desta questionável ação política para toda a população.” posterior ao segundo trecho, que servem de complemento a aos argumentos acerca da elite política e a instabilidade gerada pelos conflitos de interesses em torno do *Impeachment*.

Em relação à abordagem, observa-se que Dilma utiliza o coletivo, no primeiro trecho ao abordar o tema ligado à história, mas no segundo, o individual, ao citar sua reeleição como fator de contrariedade de seus opositores.

Temer:

Na seleção dos trechos do discurso de Temer, os aspectos gerais que observamos dizem respeito a apenas uma ideia principal, que continua ligada a construção da imagem do novo governo através da autoafirmação do mesmo, demonstrando interesse em manter boas relações com os demais partidos para desenvolverem melhores políticas públicas para o país. As frases anteriores aos trechos 2 e 4 são, respectivamente: “E por isto quer que todos participem das políticas públicas do nosso País” e “Porque, quando você fala sobre a sua área, você está divulgando o governo. Eu não tenho nenhum impedimento”; e as posteriores “Como de resto, por mais que muitas vezes nós possamos, enfim, ter muito trabalho junto ao poder Legislativo, eu quero que haja uma conexão permanente entre o Legislativo e o Executivo.” e “Evidentemente, também peço essa gentileza, que também revelem que isto é um ato do governo, é do governo tal, não é?”

Em relação à abordagem, observa-se que a opção coletiva se dá pela ideia do coletivo ministerial ali presente, visto que estavam numa reunião dos ministros do, então, novo governo, sem se excluir da ideia de coletivo do governo.

A palavra “Política” está presente 14 vezes no discurso de Dilma e 5⁸² vezes no discurso de Temer. Os trechos destacados a partir de nossa Ficha de Análise nos ajudam a compreender as principais ideias presentes nos discursos de Dilma e Temer, como destacamos na Ficha de Análise e na Ficha de Ideias da categoria, que nos ajudam a observar as diferentes abordagens bem como as representações presentes nas Ideias extraídas.

Figura 6 - Ficha de Análise da categoria “Política”

| Dilma | Temer |
|--|---|
| 1) No passado da América Latina e do Brasil, sempre que interesses de setores da elite econômica e política foram feridos pelas urnas, e não existiam razões jurídicas para uma destituição legítima, conspirações eram tramadas resultando em golpes de estado | 2) Não é um partido que está no poder e que despreza os demais, ao contrário, é um partido que está no poder e preza os demais partidos. E por isto quer que todos participem das políticas públicas do nosso País. |
| 3) Só é possível compreender a gravidade da crise que assola o Brasil desde 2015, levando-se em consideração a instabilidade política aguda que, desde a minha reeleição, tem caracterizado o ambiente em que ocorrem o investimento e a produção de bens e serviços | 4) Quando há um certo amargor das pessoas, e isso nós vimos nas ruas, é exata e precisamente em função do desemprego. Ora bem, no instante em que nós e a nossa política, começar a gerar emprego isso vai tirando o amargor. |

Fonte: Adaptado de Spink (2009)

Ideias:

1. Incidência histórica de golpes de estado a partir da insatisfação das elites políticas;
2. Bom relacionamento entre partidos, diferenciação entre governo e partido;
3. Instabilidade política como fator agravante da crise econômica;
4. Desemprego e promessa vaga de políticas do governo que gerarão empregos;

⁸² 3 vezes no singular e 2 vezes no plural

Quadro 5 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Política

| | Ideia 1 | Ideia 2 | Ideia 3 | Ideia 4 |
|---------------------------------------|---|--|---|--|
| a)Identificação do Ideia Chave | Conspirações e golpes de estado advêm da insatisfação das elites políticas | Bom relacionamento entre partidos, diferenciação entre governo e partido | Instabilidade política como fator agravante da crise econômica | Desemprego e promessa vaga de políticas do governo que gerarão empregos |
| b)Inserção do Ideia Chave | Elites políticas contrariadas resultam em conspirações e golpes de estado | Transmitir a intenção de bom relacionamento entre os partidos no novo governo | A crise econômica como fruto, também, da instabilidade gerada pós reeleição | Insatisfação popular ligada ao desemprego e promessa implícita de geração de empregos através de políticas do novo governo |
| c)Ancoragem Final | Associação implícita de situações de golpe na América Latina à situação do <i>Impeachment</i> , enquanto resultado da insatisfação com a reeleição de Dilma | Crítica implícita ao relacionamento conturbado entre o governo deposto e outros partidos, ideia de diferencial | A crise econômica, também, como resultado do processo de <i>Impeachment</i> | Promessa implícita e vaga de geração de empregos |

Fonte: adaptado de Spink (2009)

As representações presentes nas ideias referentes aos trechos destacados do discurso de Dilma (Ideias 1 e 3) objetivam a incidência histórica de golpes de estado a partir da insatisfação das elites políticas como uma associação ao processo sofrido por ela, bem como ligação entre a instabilidade política e a crise econômica que assola o país, enquanto no caso de Temer (ideias 2 e 4), as objetivações estão ligadas a ideia de bom relacionamento entre partidos, diferenciação entre governo e partido, como uma crítica implícita ao relacionamento conturbado entre o governo deposto e outros partidos, como sendo algo unilateral e dependente do governo.

5.2.4 Democracia

Esta categoria abrange as abordagens da temática “Democracia” que estão presentes em ambos os discursos mas são abordados sob estratégias e condições diferenciadas de um discurso para o outro, de forma a conferir representações sociais distintas ao mesmo tema.

Dilma:

As ideias extraídas dos trechos do discurso de Dilma que estão ligadas a democracia referem-se ao apoio das manifestações contra sua deposição, principalmente vindas do público feminino e faz associação do processo à misoginia e ao preconceito, relembrando ataques pessoais que recebeu por ser mulher, bem como a defesa de sua eleição através do voto, como defesa da democracia. As frases anterior e posterior aos trechos escolhidos são, respectivamente “Me cobriram de flores e me protegeram com sua solidariedade.” anterior ao primeiro trecho, e “Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como primeira mulher Presidenta do Brasil.” posterior ao primeiro trecho, que reforçam o reconhecimento do apoio vindo das manifestações, especialmente das mulheres e “Chego à última etapa desse processo comprometida com a realização de uma demanda da maioria dos brasileiros: convocá- los a decidir, nas urnas, sobre o futuro de nosso País.” anterior ao segundo trecho e “Confio que as senhoras senadoras e os senhores senadores farão justiça.” posterior ao segundo trecho, que reforçam a defesa pelo respeito às urnas, bem como o aguardo pelo resultado considerado “justo” através da demonstração desse apoio e clamor que veio das ruas.

Em relação à abordagem, observa-se que Dilma utiliza a individual num primeiro momento, ao mostrar-se grata pelo apoio das ruas e o coletivo, em relação a defesa da democracia através do respeito ao sufrágio.

Temer:

No trecho extraído do discurso de Temer, observa-se que a ideia principal ligada à temática “Democracia” refere-se ao bom relacionamento entre Poderes Executivo e Legislativo como fator fortalecedor da democracia, crítica implícita ao relacionamento entre o governo deposto e o poder legislativo. As frases anterior e posterior aos trechos escolhidos são, respectivamente “Isto eu não quero que aconteça no nosso governo.” e “por que todo e qualquer tese que, muitas vezes eu vejo perfilhada até por articulistas nos jornais, não é: “Não, o governo propôs uma coisa, mas teve que recuar etc.”, ainda ligado a representação do novo governo como diferencial.

Em relação à abordagem, observa-se que a opção coletiva continua, ligada ao grupo ministerial.

A palavra “Democracia” está presente 15 vezes no discurso de Dilma e apenas 1 vez⁸³ no discurso de Temer. Os trechos destacados a partir de nossa Ficha de Análise nos ajudam a compreender as principais ideias presentes nos discursos de Dilma e Temer, como destacamos na Ficha de Análise e na Ficha de Ideias da categoria, que nos ajudam a observar as diferentes abordagens bem como as representações presentes nas Ideias extraídas.

Figura 7 - Ficha de Análise da categoria “Democracia”

| Dilma | Temer |
|--|--|
| 1) Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência. | 2) Como de resto, por mais que muitas vezes nós possamos, enfim, ter muito trabalho junto ao poder Legislativo, eu quero que haja uma conexão permanente entre o Legislativo e o Executivo. Porque isso também fortalece a democracia. |
| 3) Diálogo, participação e voto direto e livre são as melhores armas que temos para a preservação da democracia. | |

Fonte: Adaptado de Spink (2009)

Ideias:

1. Agradecimento pelo apoio das ruas - manifestações - principalmente, pelo apoio feminino;
2. Governo novo, diferencial, que preza pelo relacionamento entre Poderes para fortalecer a Democracia;
3. Defesa do resultado das urnas como preservação da Democracia;

⁸³ Excepcionalmente nesta categoria não teremos dois trechos do Discurso de Temer por não haver quantidade suficiente de menções à aspectos relacionados à Democracia, ainda assim, julgamos importante a existência desta categoria para a composição de nossa análise visto que este é o sistema político vigente.

Quadro 6 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Democracia

| | Ideia 1 | Ideia 2 | Ideia 3 |
|--|--|--|--|
| a) Identificação do Ideia Chave | Agradecimento pelo apoio público feminino | Governo que preza pelo relacionamento entre Poderes para fortalecer a Democracia | Defesa da eleição enquanto para preservação da Democracia |
| b) Inserção do Ideia Chave | Agradecimento ao apoio das manifestações contra sua deposição e associação do processo à misoginia e ao preconceito, relembrando ataques pessoais que recebeu por ser mulher | Defesa de sua reeleição através do voto, bem como diálogo e participação pública como defesa da democracia | Bom relacionamento entre Poderes Executivo e Legislativo como fator fortalecedor da democracia, crítica implícita ao relacionamento entre o governo deposto e o poder legislativo. |
| c) Ancoragem Final | Apoio das mulheres foi fundamental para manter seu posicionamento | Depô-la seria desrespeitar os resultados das urnas | O governo anterior não presava pelo bom relacionamento entre poderes como este presa |

Fonte: adaptado de Spink (2009)

As representações presentes nas ideias referentes aos trechos destacados do discurso de Dilma (Ideias 1 e 3) objetivam a importância do apoio popular, em especial o apoio feminino visto os ataques sofridos ligados ao seu gênero, bem como a defesa do mandato que conquistou democraticamente através das urnas, enquanto no caso de Temer (ideia 2), a objetivação refere-se ao bom relacionamento entre Poderes como algo prioritário, fazendo uma distinção implícita do governo deposto.

5.2.5 Poder

Esta categoria abrange as abordagens ligadas a temática do “Poder” que estão presentes em ambos os discursos mas são abordadas sob estratégias e condições diferenciadas de um discurso para o outro, de forma a conferir representações sociais distintas ao mesmo tema. Esta categoria refere-se ao poder enquanto força legitimada⁸⁴.

⁸⁴ Bourdieu, 1989.

Dilma:

As ideias principais extraídas dos trechos do discurso de Dilma estão ligadas a ideia de que sua luta e resistência não se referem ao apego pelo poder, diferente daqueles que ela diz terem conspirado contra ela para alcançar o poder a qualquer custo. As frases anterior e posterior aos trechos escolhidos são, respectivamente “Resistir para acordar as consciências ainda adormecidas para que, juntos, finquemos o pé no terreno que está do lado certo da história, mesmo que o chão trema e ameace de novo nos engolir.” anterior ao primeiro trecho, e “Como é próprio das elites conservadoras e autoritárias, não viam na vontade do povo o elemento legitimador de um governo.” anterior ao terceiro trecho da ficha de análise a seguir; e “Luto pela democracia, pela verdade e pela justiça. Luto pelo povo do meu País, pelo seu bem-estar.” posterior ao primeiro trecho e “Só é possível compreender a gravidade da crise que assola o Brasil desde 2015, levando-se em consideração a instabilidade política aguda que, desde a minha reeleição, tem caracterizado o ambiente em que ocorrem o investimento e a produção de bens e serviços.” posterior ao segundo trecho, que servem de complemento às ideias principais.

Em relação à abordagem, observa-se que Dilma utiliza o individual, em ambos os trechos, ao tratar de sua luta contra o processo do *Impeachment*, iniciado, segundo ela, a partir da desestabilização de seu governo.

Temer:

A ideia principal ligada a ambos os trechos destacados⁸⁵ do discurso de Michel Temer, estão ligados a autoafirmação de seu governo, novamente, em que ele frisa que não é um único partido que está no poder e despreza os demais, mas um partido que preza os demais, sendo assim, os trechos destacados são complementares. A frase anterior aos trechos 2 e 4, por serem complementares, é: “Porque nós somos uma coletividade partidária, não é um partido único que está no poder” e, posterior “E por isto quer que todos participem das políticas públicas do nosso País.” Em relação à abordagem, observa-se que Temer opta, majoritariamente, pelo coletivo, enquanto governo, sem abandonar o tom de instrução de líder.

A palavra “Poder” está presente 5 vezes no discurso de Dilma e 3 vezes no discurso de Temer. Os trechos destacados a partir de nossa Ficha de Análise nos ajudam a compreender as principais ideias presentes nos discursos de Dilma e Temer, como destacamos na Ficha de Análise

⁸⁵ Os mesmos trechos são utilizados na Categoria “Partidos”, analisada anteriormente sob outra perspectiva.

e na Ficha de Ideias da categoria, que nos ajudam a observar as diferentes abordagens bem como as representações presentes nas Ideias extraídas.

Figura 8 - Ficha de Análise da categoria “Poder”

| Dilma | Temer |
|---|--|
| 1) Não luto pelo meu mandato por vaidade ou por apego ao poder, como é próprio dos que não tem caráter, princípios ou utopias a conquistar. | 2) Não é um partido que está no poder e que despreza os demais, ao contrário |
| 3) Queriam o poder a qualquer preço. Tudo fizeram para desestabilizar a mim e ao meu governo. | 4) É um partido que está no poder e preza os demais partidos |

Fonte: Adaptado de Spink (2009)

Ideias:

1. Sua luta e resistência não se relacionam ao apego pelo poder;
2. Não é um monopólio partidário, que despreza os demais partidos;
3. Poder a qualquer preço; Desestabilização do governo deposto;
4. Um partido no poder que preza o relacionamento com outros partidos;

Quadro 7 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Poder

| | Ideia 1 | Ideia 2 | Ideia 3 | Ideia 4 |
|---------------------------------------|--|---|---|--|
| a)Identificação do Ideia Chave | Luta e resistência <i>versus</i> apego pelo poder | Não ao monopólio partidário | Poder a qualquer preço | Governo que preza pelo bom relacionamento entre partidos |
| b)Inserção do Ideia Chave | Sua luta e resistência políticas não se relacionam ao apego pelo poder | Não é um monopólio partidário, que despreza os demais partidos. | Poder a qualquer preço ligado a desestabilização do governo deposto | Um partido no poder que preza o relacionamento com outros partidos |
| c)Ancoragem Final | Desapego ao poder, resistência e luta pelo mandato | Diferencial, não político-monopolizado | Desestabilização do governo para alcance do poder | Partido governista com bom relacionamento partidário |

Fonte: adaptado de Spink (2009)

As representações presentes nas ideias referentes aos trechos destacados do discurso de Dilma (Ideias 1 e 3) objetivam a autoafirmação de desapego ao poder e a desestabilização de seu governo como instrumento de alcance do poder, enquanto no caso de Temer (ideias 2 e 4), as objetivações estão ligadas a ideia de bom relacionamento entre partidos como um diferencial, novamente, negando o monopólio partidário, ainda como uma crítica implícita ao relacionamento entre o governo deposto e outros partidos, como sendo algo unilateral e dependente do governo.

5.2.6 Ruptura

Esta categoria abrange as abordagens ligadas à “Ruptura” que estão presentes em ambos os discursos como “ruptura constitucional” e “ruptura democrática” e “ruptura institucional”, mas são abordadas sob estratégias e condições diferenciadas de um discurso para o outro, de forma a conferir representações sociais distintas ao mesmo tema.

Dilma:

As ideias principais extraídas dos trechos do discurso de Dilma estão expostas, semelhantemente as abordagens da categoria “Golpe”, como um alerta acerca da ruptura que sua deposição causaria. As frases anteriores aos trechos escolhidos são, respectivamente “Este é o pano de fundo que marca o julgamento que será realizado pela vontade dos que lançam contra mim pretextos acusatórios infundados” anterior ao primeiro trecho, e “Durante 20 anos, vivemos o silêncio imposto pelo arbítrio e a democracia foi varrida de nosso País. Milhões de brasileiros lutaram e reconquistaram o direito a eleições diretas.” anterior ao terceiro trecho da ficha de análise a seguir; e “Estamos a um passo da concretização de um verdadeiro golpe de Estado” posterior ao primeiro trecho “Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita.” posterior ao segundo trecho, que servem de complemento às ideias principais.

Em relação à abordagem, nestes trechos, Dilma utiliza o coletivo explícito, usando a primeira pessoa do plural “nós” em ambos.

Temer:

A ideia principal ligada a ambos os trechos destacados do discurso de Michel Temer, referem-se a negativa de estarem ligados ao golpe, argumento usado na defesa de Dilma, autoafirmando a descrição sua e de seu coletivo ministerial. A frase anterior aos trechos 2 e 4, que

semelhantemente aos trechos analisados na categoria anterior, são complementares, é: “Golpe é aquele que propõe a ruptura constitucional” e, posterior “Jamais nós retrucamos palavras, imprecações que faziam em relação ao nosso governo, à nossa conduta, então, uma discrição absoluta.”

Em relação à abordagem, observa-se que Temer opta, novamente, pelo coletivo, enquanto governo, como representante de seu grupo ministerial, falando por todos.

A palavra “ruptura” está presente 3 vezes no discurso de Dilma e 3 vezes no discurso de Temer. Os trechos destacados a partir de nossa Ficha de Análise nos ajudam a compreender as principais ideias presentes nos discursos de Dilma e Temer, como destacamos na Ficha de Análise e na Ficha de Ideias da categoria, que nos ajudam a observar as diferentes abordagens bem como as representações presentes nas Ideias extraídas.

Figura 9 - Ficha de Análise da categoria “Ruptura”

| Dilma | Temer |
|---|---|
| 1) Estamos a um passo da consumação de uma grave ruptura institucional. | 2) Nós não estamos propondo a ruptura constitucional. |
| 3) Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. | 4) Aliás, sobre não propor ruptura constitucional, nós somos de uma discrição absoluta, todos nós, a partir de mim, nós tivemos a discrição absoluta. |

Fonte: Adaptado de Spink (2009)

Ideias:

1. Alerta contra ruptura institucional a partir da consumação do *Impeachment*;
2. Denegação de proposta de ruptura constitucional;
3. Associação à conspiração de elites econômicas e políticas em prol da ruptura democrática;
4. Discrição como argumento de denegação;

Quadro 8 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Ruptura

| | Ideia 1 | Ideia 2 | Ideia 3 | Ideia 4 |
|--|--|--|--|---|
| a) Identificação do Ideia Chave | Alerta contra ruptura institucional a partir da consumação do <i>Impeachment</i> | Denegação de apoio a golpe + denegação do <i>Impeachment</i> enquanto ruptura constitucional | Alerta do conflito de interesses das elites política e econômica que geraria ruptura democrática | Discrição como argumento de denegação |
| b) Inserção do Ideia Chave | Associação do <i>Impeachment</i> à uma ruptura institucional | Denegação de proposição de ruptura constitucional; | Associação à conspiração de elites econômicas e políticas em prol da ruptura democrática | Complementando a denegação de golpe-ruptura constitucional com a autoafirmação de discrição |
| c) Ancoragem Final | <i>Impeachment</i> como ruptura institucional | Denegação de Golpe | Insatisfação das elites como fator gerador de ruptura democrática | Discrição como adjetivo coletivo |

Fonte: adaptado de Spink (2009)

As representações presentes nas ideias referentes aos trechos destacados do discurso de Dilma (Ideias 1 e 3) objetivam o processo de *Impeachment* como ruptura institucional e a Insatisfação das elites política e econômica como fator gerador dessa ruptura, enquanto no caso de Temer (ideias 2 e 4), as objetivações estão ligadas a denegação de participação e do golpe utilizando a discrição como adjetivo coletivo de seu governo em relação ao processo.

5.2.7 Presidente

Esta categoria abrange as abordagens relacionadas a “Presidente”, enquanto autoridade maior de um país democrático, presentes em ambos os discursos mas que são abordados sob estratégias e condições diferenciadas de um discurso para o outro, de forma a conferir representações sociais distintas ao mesmo tema.

Dilma:

As ideias extraídas dos trechos do discurso de Dilma que estão ligadas à Presidência referem-se a sua retirada do poder, afirmando que somente o povo tem legitimidade para retirar um presidente do poder pelo “conjunto da obra”, abordando os argumentos de que estava sendo deposta pelo “conjunto da obra” e fazendo um alerta acerca do precedente que se abriria ao qual ficariam à

mercê outros presidentes, governadores e prefeitos. As frases anterior e posterior aos trechos escolhidos são, respectivamente “Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo “conjunto da obra” anterior ao primeiro trecho, e “E nas eleições o programa de governo vencedor não foi este agora ensaiado e desenhado pelo Governo interino e defendido pelos meus acusadores.” posterior ao primeiro trecho e “Lembrem-se que, no regime presidencialista e sob a égide da nossa Constituição, uma condenação política exige obrigatoriamente a ocorrência de um crime de responsabilidade, cometido dolosamente e comprovado de forma cabal.” anterior ao segundo trecho e “Condenar sem provas substantivas.” posterior ao segundo trecho.

A abordagem de Dilma é coletiva, num tom de alerta.

Temer:

Nos trechos extraídos do discurso de Temer, observa-se que a ideia principal diz respeito a afirmação de que ao Presidente, não basta que seja centralizador de decisões, mas que obtenha apoio dos ministros e a autoafirmação enquanto vice-presidente que chega bem recebido como presidente. As frases anterior e posterior aos trechos escolhidos são, respectivamente “Colocar o Brasil nos trilhos significa colocá-lo em todas as áreas.” anterior ao trecho 2 da ficha de análise e “Importa, sim, que os senhores tenham capacidade, como têm, já demonstraram isso, de conduzir as suas pastas com vistas exatamente a esse critério, que daqui a dois anos e quatro meses nós possamos sair daqui com o aplauso do povo brasileiro. ” posterior ao trecho 2; e “Isto tem que ser repercutido, tem que reverberar isso para mostrar que há uma esperança no País.” anterior ao trecho 4 da ficha de análise e “Ao contrário, sendo saudado, sendo enaltecido, sendo ressaltado.” posterior ao trecho 4.

Em relação à abordagem, observa-se a opção pela individual, ao pontuar que é preciso mais que um poder centralizador ao presidente e ao se autoafirmar como presidente bem recebido.

A palavra “Presidente” está presente 14 vezes no discurso de Dilma e apenas 5 vezes no discurso de Temer. Os trechos destacados a partir de nossa Ficha de Análise nos ajudam a compreender as principais ideias presentes nos discursos de Dilma e Temer, como destacamos na Ficha de ideias a seguir.

Figura 10 - Ficha de Análise da categoria “Presidente”

| Dilma | Temer |
|--|--|
| 1) Quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e, só o povo, nas eleições. | 2) Não basta que o presidente da República centralize as decisões e determine qual seja a forma de execução. |
| 3) Lembrem-se do terrível precedente que a decisão pode abrir para outros presidentes, governadores e prefeitos. | 4) Não chegou um vice-presidente que está cumprindo uma missão constitucional sendo repudiado |

Fonte: Adaptado de Spink (2009)

Ideias:

1. Só o povo tem legitimidade para afastar um presidente pelo “conjunto da obra”;
2. Não basta que um presidente seja centralizador;
3. Alerta para o precedente que o *Impeachment* da presidenta abriria;
4. Autoafirmação de boa recepção pública ao novo presidente;

Quadro 9 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Presidente

| | Ideia 1 | Ideia 2 | Ideia 3 | Ideia 4 |
|---------------------------------------|--|--|--|--|
| a)Identificação do Ideia Chave | Legitimidade do povo para depor um presidente | Não basta a um presidente, ser centralizador | Alerta para precedente aberto a partir do <i>Impeachment</i> | Novo presidente bem recebido |
| b)Inserção do Ideia Chave | Só o povo tem legitimidade para afastar um presidente pelo “conjunto da obra”; | Não basta que um presidente seja centralizador, é preciso que sua equipe ministerial tenha autonomia | Outros presidentes, governadores e prefeitos ficariam à mercê se aberto o precedente do <i>Impeachment</i> | Novo presidente se sente “sendo saudado, sendo enaltecido, sendo ressaltado” |
| c)Ancoragem Final | Legitimidade de depor um presidente é apenas do povo através das eleições | É preciso mais para ser um presidente | Precedente é prejudicial para outros governantes por deixá-los à mercê do legislativo | Sentimento de bom recebimento enquanto novo presidente |

Fonte: adaptado de Spink (2009)

As representações presentes nas ideias referentes aos trechos destacados do discurso de Dilma (Ideias 1 e 3) objetivam o poder que democraticamente pertence apenas ao povo através do voto e o precedente de seu *Impeachment* como prejudicial para outros governantes, enquanto no caso de Temer (ideias 2 e 4), as objetivações referem-se a ser necessário mais para ser presidente como um tom crítica ao governo anterior e a seu sentimento de bom recebimento público como novo presidente.

5.2.8 Constituição

Esta categoria abrange as abordagens ligadas à ao tema “Constituição” como o conjunto de leis, normas e regras de um país ou de uma instituição que regula e organiza o funcionamento do Estado, presentes em ambos os discursos com abordagens sob estratégias e condições diferenciadas de um discurso para o outro, de forma a conferir representações sociais distintas ao mesmo tema.

Dilma:

As ideias principais extraídas dos trechos do discurso de Dilma ligadas à esta categoria referem-se à “pretextos constitucionais” que emprestam aparência de legitimidade ao processo contra ela instaurada, relacionadas ao governo de seu ex-vice Michel Temer que, segundo suas palavras, assumiriam sem o amparo das urnas, e chama atenção para o respeito às urnas e à Constituição, em defesa de seu mandato. As frases anteriores aos trechos escolhidos são, respectivamente “Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita.” anterior ao primeiro trecho, e “O que está em jogo no processo de *Impeachment* não é apenas o meu mandato.” anterior ao terceiro trecho da ficha de análise a seguir; e “Invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências encubra hipocritamente o mundo dos fatos” posterior ao primeiro trecho “O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos da população, das pessoas mais pobres e da classe média; a proteção às crianças; os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas; a valorização do salário mínimo; os médicos atendendo a população; a realização do sonho da casa própria.” posterior ao segundo trecho, que servem de complemento às ideias principais.

Em relação à abordagem, nestes trechos, Dilma utiliza o coletivo, ainda em tom de alerta.

Temer:

As ideias principais ligadas aos trechos destacados do discurso de Michel Temer, referem-se a defesa da legitimidade constitucional da deposição da Presidenta, e no trecho posterior, trata do desemprego como ferimento aos princípios constitucionais. As frases anteriores aos trechos 2 e 4 da ficha de análise, são, respectivamente: “Não pode deixar uma palavra, porque senão eles tentarão desvalorizar.” e “Não será fácil, não estou dizendo que seja uma coisa tranquila, porque na verdade nós temos esta margem de desempregados, os 12, quase 12 milhões de desempregados, é uma cifra assustadora.” anterior ao trecho 4, e posteriores “Mas no momento que ia falar assim: “Olha aí, tá vendo? Olha aí, eles se arrependeram, etc.” Não pode tolerar essa espécie de afirmação.” posterior ao trecho 2 da ficha de análise e “Então, quando nós pensamos em gerar emprego, que é o primeiro tema que deve ser levado em conta nas nossas preocupações administrativas e legislativas, é exata e precisamente para cumprir este preceito constitucional.” posterior ao trecho 4.

A abordagem de Temer é coletiva no primeiro trecho, ao tratar do pressuposto constitucional ligado ao *Impeachment* e individual no segundo, ao falar de sua opinião acerca do desemprego.

As palavras “Constituição” e “Constitucional”, em conjunto, estão presente 14 vezes no discurso de Dilma e 11 vezes no discurso de Temer. Os trechos destacados a partir de nossa Ficha de Análise nos ajudam a compreender as principais ideias presentes nos discursos de Dilma e Temer, como destacamos na Ficha de Análise e na Ficha de Ideias da categoria, que nos ajudam a observar as diferentes abordagens bem como as representações presentes nas Ideias extraídas.

Figura 11 - Ficha de Análise da categoria “Constituição”

| Dilma | Temer |
|---|---|
| 1) Agora, a ruptura democrática se dá por meio da violência moral e de pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que assume sem o amparo das urnas. ⁸⁶ | 2) Especialmente agora, sem entrar no mérito, os senadores decidiram que, na verdade, deveria haver o afastamento, mas a maioria... havia a inabilitação prevista literalmente pelo texto constitucional. |

⁸⁶ Este trecho foi analisado, também, na Categoria “Ruptura” sob outra perspectiva.

- | | |
|---|--|
| 3) O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição | 4) E eu, sem ser repetitivo, eu quero dizer que não há coisa mais indigna que o desemprego. Isto fere um dos princípios constitucionais, que é exatamente o princípio da dignidade da pessoa humana. |
|---|--|

Fonte: Adaptado de Spink (2009)

Ideias:

1. Pretextos constitucionais para legitimar o golpe;
2. *Impeachment* previsto pela Constituição;
3. Respeito às urnas e à Constituição;
4. Desemprego fere o pressuposto constitucional da dignidade humana;

Quadro 10 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Constituição

| | Ideia 1 | Ideia 2 | Ideia 3 | Ideia 4 |
|--|--|---|--|--|
| a) Identificação do Ideia Chave | Pretexto Constitucional | Previsão Constitucional | Respeito às urnas e à Constituição | Pressuposto Constitucional da dignidade humana |
| b) Inserção do Ideia Chave | Pretextos constitucionais para legitimar o golpe | <i>Impeachment</i> previsto pela Constituição | <i>Impeachment</i> desrespeita o resultado das urnas e fere a Constituição | Desemprego fere o pressuposto constitucional da dignidade humana |
| c) Ancoragem Final | Utilização da Constituição para fins ilegítimos | <i>Impeachment</i> respaldado pela Constituição | Deve-se respeitar o resultado das eleições como previsto na Constituição | Preocupação pessoal com o desemprego enquanto pressuposto de dignidade |

Fonte: adaptado de Spink (2009)

As representações presentes nas ideias referentes aos trechos destacados do discurso de Dilma (Ideias 1 e 3) objetivam a utilização da Constituição para a implementação de um golpe de Estado e o *Impeachment* como desrespeito às urnas, enquanto no caso de Temer (ideias 2 e 4), as objetivações referem-se ao respaldo constitucional do *Impeachment* e o desemprego que fere o pressuposto constitucional da dignidade humana.

5.2.9 Interinidade

Esta categoria abrange as abordagens relacionadas a “Interinidade”, enquanto estado temporário de liderança, presentes em ambos os discursos mas que são abordados sob estratégias e condições diferenciadas de um discurso para o outro, de forma a conferir representações sociais distintas ao mesmo tema.

Dilma:

As ideias extraídas dos trechos do discurso de Dilma que estão ligadas à Interinidade referem-se ao governo interino de seu ex-vice, Michel Temer, fazendo crítica à ausência de mulheres no comando dos ministerios em seu governo, alegando falta de representatividade, bem como ao programa de governo vencedor das eleições, que foi abandonado pelo interino durante sua suplência. As frases anterior e posterior aos trechos escolhidos são, respectivamente “Um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador.” anterior ao primeiro trecho, e “Um governo que dispensa os negros na sua composição ministerial e já revelou um profundo desprezo pelo programa escolhido pelo povo em 2014.” posterior ao primeiro trecho e “Quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e, só o povo, nas eleições.” anterior ao segundo trecho e “O que pretende o governo interino, se transmutado em efetivo, é um verdadeiro ataque às conquistas dos últimos anos.” posterior ao segundo trecho.

A abordagem de Dilma é coletiva no primeiro trecho e individual no segundo, num tom de alerta e crítica.

Temer:

Nos trechos extraídos do discurso de Temer, observa-se que a ideia principal diz respeito a ação dele e dos integrantes de seu governo que, mesmo enquanto interinos, agiram como efetivos e a preocupação que acompanhava a interinidade em se tratando dos limites de ações. As frases anterior e posterior aos trechos escolhidos são, respectivamente “E dizer em rápidas palavras inaugurais nesse breve encontro, que a partir de hoje, nós estamos ocupando uma outra posição.” anterior ao trecho 2 da ficha de análise e o trecho 4 como posterior e complementar ao trecho 2; e o trecho 2 como anterior e complementar ao trecho 4 da ficha de análise e “O fato é que nós fomos longe, mas fomos longe depois de muita meditação sobre todos os temas que nos chegaram à mesa.” posterior ao trecho 4.

Em relação à abordagem, novamente, observa-se a opção pela coletiva, visto que Temer fala como “porta-voz” da equipe ministerial, como já visto em ampla maioria das abordagens nesta análise de categorias.

As palavras “Interinidade” e “interino”, em conjunto, estão presentes 3 vezes no discurso de Dilma e 2 vezes no discurso de Temer. Os trechos destacados a partir de nossa Ficha de Análise nos ajudam a compreender as principais ideias presentes nos discursos de Dilma e Temer, como destacamos na Ficha de ideias a seguir.

Figura 12 - Ficha de Análise da categoria “Interinidade”

| Dilma | Temer |
|--|---|
| 1) A eleição indireta de um governo que, já na sua interinidade, não tem mulheres comandando seus ministérios, quando o povo, nas urnas, escolheu uma mulher para comandar o país. | 2) Enquanto interinos, eu e todos vocês (ministros), nós todos agimos como se fôssemos titulares efetivos. |
| 3) E nas eleições o programa de governo vencedor não foi este agora ensaiado e desenhado pelo Governo interino e defendido pelos meus acusadores. | 4) A interinidade sempre deixava uma certa preocupação do tipo, até onde podemos ir, até onde não devemos ir. |

Fonte: Adaptado de Spink (2009)

Ideias:

1. Crítica à falta de representatividade feminina na composição ministerial do governo interino;
2. Atitude de efetivos enquanto interinos;
3. Abandono do programa de governo pelo presidente interino;
4. Preocupação inerente às limitações da interinidade;

Quadro 11 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre Interinidade

| | Ideia 1 | Ideia 2 | Ideia 3 | Ideia 4 |
|--|--|-----------------------------------|---|----------------------------|
| a) Identificação do Ideia Chave | Falta de representatividade feminina no governo interino | Interinos com atitude de efetivos | Abandono do programa de governo pelo Interino | Limitações da interinidade |

| | | | | |
|----------------------------------|--|---|--|---|
| b)Inserção do Ideia Chave | Crítica à falta de representatividade feminina na composição ministerial do governo interino | Autoafirmação do governo através da atitude efetiva em meio às possibilidades da interinidade | Abandono do programa de governo que venceu nas urnas e implementação de um novo governo sem consulta pública | Preocupação com as limitações da interinidade |
| c)Ancoragem Final | O governo interino é machista | Atitude proativa do governo em meio à incertezas da interinidade | Abandono do programa de governo vencedor das urnas; traição | Interinidade tem limitações devido à incertezas temporais |

Fonte: adaptado de Spink (2009)

As representações presentes nas ideias referentes aos trechos destacados do discurso de Dilma (Ideias 1 e 3) objetivam o governo interino como machista e nas frases complementares ao trecho, como sem representatividade de minorias e critica o abandono do programa de governo vencedor, enquanto no caso de Temer (ideias 2 e 4), as objetivações referem-se a atitude proatividade de seu grupo ministerial enquanto interinos e às limitações que circundam a interinidade.

5.2.10 *Impeachment*

Esta categoria abrange as abordagens ligadas ao contexto no qual os discursos de Dilma e Temer estão inseridos, que é o *Impeachment*, presentes em ambos os discursos com abordagens sob estratégias e condições diferenciadas de um discurso para o outro, de forma a conferir representações sociais distintas ao mesmo tema.

Dilma:

As ideias principais contidas nos trechos extraídos do discurso de Dilma ligadas à esta categoria referem-se aos atos contra seu governo desde sua reeleição que culminaram ou corroboraram para abertura e prosseguimento do processo de *Impeachment* contra ela e seu pedido final aos senadores, para que votassem contra o *Impeachment*. As frases anteriores aos trechos escolhidos são, respectivamente “Desde a proclamação dos resultados eleitorais, os partidos que apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a minha posse e a

estabilidade do meu governo” anterior ao primeiro trecho, e “Votem sem ressentimento.” anterior ao terceiro trecho da ficha de análise a seguir; e “Como é próprio das elites conservadoras e autoritárias, não viam na vontade do povo o elemento legitimador de um governo.” posterior ao primeiro trecho e “Muito obrigada.” posterior ao segundo trecho, que servem de complemento às ideias principais.

Nestes trechos, a abordagem é individual, visto que Dilma retrata sua situação diante dos fatos ligados ao *Impeachment* e faz um apelo final por sua absolvição.

Temer:

A ideia principal advinda do trecho extraído do discurso de Michel Temer, legitima o processo de *Impeachment* citando o seguimento dos ritos e dos preceitos previstos pela Lei do *Impeachment*, com auxílio de fatores ligados aos ritos como instrumentos de legitimação. As frases anterior e posterior ao trecho 2 da ficha de análise, são, respectivamente: “E vocês sabem que no plano internacional eles tentaram muito - e conseguiram, até com algum sucesso - propor, dizer que aqui no Brasil houve um golpe.” e “Judiciário presidindo”.

A abordagem de Temer é coletiva visto que é impessoal e se refere ao processo.

A palavra “processo” está presente 27 vezes no discurso de Dilma e 1⁸⁷ vez no discurso de Temer. Os trechos destacados a partir de nossa Ficha de Análise nos ajudam a compreender as principais ideias presentes nos discursos de Dilma e Temer, como destacamos na Ficha de Análise e na Ficha de Ideias da categoria, que nos ajudam a observar as diferentes abordagens bem como as representações presentes nas Ideias extraídas.

Figura 13 - Ficha de Análise da categoria “*Impeachment*”

| Dilma | Temer |
|--|---|
| 1) Disseram que as eleições haviam sido fraudadas, pediram auditoria nas urnas, impugnaram minhas contas eleitorais, e após a minha posse, buscaram de forma desmedida quaisquer fatos que pudessem justificar retoricamente um processo de <i>Impeachment</i> | 2) Hoje é o 108º dia de processo do impedimento, com defesa, 40 testemunhas de um lado, 40 testemunhas de outro lado. |

⁸⁷ Esta categoria, semelhantemente à categoria “Democracia”, conta com apenas uma menção presente no discurso de Michel Temer, ainda assim, por representar o contexto no qual os objetos de análise estão inseridos, pensamos ser importante a sua existência.

3) O que cada senador sente por mim e o que nós sentimos uns pelos outros importa menos, neste momento, do que aquilo que todos sentimos pelo país e pelo povo brasileiro. Peço: votem contra o *Impeachment*. Votem pela democracia.

Fonte: Adaptado de Spink (2009)

Ideias:

1. Atos que culminaram ou corroboraram para o *Impeachment*;
2. Legitimação do processo com base no seguimento dos ritos;
3. Apelo final pela absolvição;

Quadro 12 - Quadro de Análise das ideias contidas nos trechos sobre *Impeachment*

| | Ideia 1 | Ideia 2 | Ideia 3 |
|--|---|--|---|
| a) Identificação do Ideia Chave | Intriga da oposição | Ritos constitucionais legitimam <i>Impeachment</i> | Apelo final aos senadores |
| b) Inserção do Ideia Chave | Atos que culminaram ou corroboraram no <i>Impeachment</i> | Legitimação do processo com base no seguimento dos ritos | Apelo para os senadores serem impessoais na votação e levarem em consideração o país e o povo. Contra o <i>Impeachment</i> , a favor da democracia. |
| c) Ancoragem Final | Atos da oposição corroboraram para o <i>Impeachment</i> | <i>Impeachment</i> seguiu as regras, então é válido | Contra o <i>Impeachment</i> , a favor da democracia. |

Fonte: adaptado de Spink (2009)

5.3 Estratégias e condições do discurso de Dilma Rousseff

Analizamos as estratégias e condições discursivas ligadas ao discurso de Dilma com base nos conceitos desenvolvidos por Charaudeau (2006) acerca da retórica política.

Ao analisar o discurso de Dilma, observamos que a imagem política por ela representada associa-se a predominância da estratégia da “palavra de justificação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 258), profundamente relacionada ao contexto do *Impeachment* e o momento exato do

pronunciamento do discurso, sua última defesa, no Senado, contra a perda de seu mandato. Nesta estratégia, lembra-se o motivo para uma determinada ação ter sido tomada, possibilitando a proposição de que novas ações, que, no caso de Dilma, refere-se a justificação dos atos que foram apontados como crime e que ela defende como ações necessárias à manutenção e proteção de programas sociais, sustentados por uma “frágil retórica jurídica”, como podemos destacar nos trechos extraídos de seu discurso, a seguir: “Se aplicássemos o contingenciamento proposto pelos nossos acusadores cortaríamos 96% do total de recursos disponíveis para as despesas da União. Isto representaria um corte radical em todas as dotações orçamentárias dos órgãos federais. Ministérios seriam paralisados, universidades fechariam suas portas, o Mais Médicos seria interrompido, a compra de medicamentos seria prejudicada, as agências reguladoras deixariam de funcionar.” e “Volto a dizer: ao editar estes decretos de crédito suplementar, agi em conformidade plena com a legislação vigente. Em nenhum desses atos, o Congresso Nacional foi desrespeitado. Aliás, este foi o comportamento que adotei em meus dois mandatos. Somente depois que assinei estes decretos é que o Tribunal de Contas da União mudou a posição que sempre teve a respeito da matéria.”, sendo que esta estratégia corresponde às situações em que a autoridade política encontra-se acusada de algum ato ilícito, principalmente, onde o intuito é não perder o poder já legitimado ou a credibilidade e confiança pública na gestão. Essa estratégia, no caso de Dilma, diz respeito à sua defesa final contra a deflagração do *Impeachment*, na qual ela pensa, não somente no seu público parlamentar, mas na população, à qual dirige algumas informações em meio ao discurso.

Posteriormente, analisamos a condição discursiva (CHARAUDEAU, 2006, p. 264) ligada às relações de persuasão presentes no discurso de Dilma, que é, majoritariamente, a de “simplicidade principal” que transforma em princípio causal o que é sua finalidade, engajando obrigatoriamente (obrigação moral) um ato determinado, como podemos observar no trecho destacado na categoria “*Impeachment*”: “Peço: votem contra o *Impeachment*. Votem pela democracia.” no qual a presidenta posiciona a defesa da democracia contra o *Impeachment*. Outra condição observada no discurso de Dilma ligada à “simplicidade” é a de simplicidade de raciocínio “pragmático”, que avança uma premissa e dá a sua consequência ou objetivo visado, que busca convencer que não há outra consequência senão a anunciada e nenhum outro objetivo a perseguir que o que foi anunciado, como exemplo, a afirmação contida no seguinte trecho: “E no caso, jamais haverá justiça na minha condenação.”. Há também a presença da condição de simplicidade através de analogia na qual se compara fatos anteriores aos fatos atuais

visando assimilar seus acontecimentos, como vemos no trecho destacado na categoria “Golpe” desta análise: “Hoje o Brasil, o mundo e a história nos observam e aguardam o desfecho deste processo de *Impeachment*. No passado da América Latina e do Brasil, sempre que interesses de setores da elite econômica e política foram feridos pelas urnas, e não existiam razões jurídicas para uma destituição legítima, conspirações eram tramadas resultando em golpes de estado.”, no qual Dilma compara as conspirações e golpes de estado que aconteceram na América Latina ao processo de *Impeachment* contra o qual se defendia naquele momento. A condição de credibilidade, que leva o sujeito político a construir uma imagem de si (ethos), que deve servir de suporte de identificação para seu público, também está presente no discurso de Dilma, como podemos ver através dos trechos: “Peço que façam justiça a uma presidenta honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu.” e “Exercendo a Presidência da República tenho honrado o compromisso com o meu país, com a Democracia, com o Estado de Direito. Tenho sido intransigente na defesa da honestidade na gestão da coisa pública” que caracterizam a imagem de honestidade e compromisso com a gestão do país. A condição de dramatização também está presente no discurso, quando observamos o trecho “Apesar das diferenças, sofro de novo com o sentimento de injustiça e o receio de que, mais uma vez, a democracia seja condenada junto comigo.” onde Dilma aborda sentimentos individuais e relaciona sua condenação à condenação da democracia, criando o pathos (o apelo) de seu discurso.

É importante frisar que o discurso de Dilma é mais plural, aborda mais temas e se aprofunda em relação a argumentação, por isso, é maior a incidência de mais de uma estratégia e condição discursivas.

5.4 Estratégias e condições do discurso de Michel Temer

A partir dos conceitos acerca das estratégias e condições discursivas ligadas à retórica política propostas por Charaudeau (2006), analisamos o conteúdo total do discurso de Michel Temer.

Em relação a composição da imagem pública ou ethos político (que também conversa com a teorias das representações sociais), observamos a predominância da estratégia da “palavra de decisão”, onde destaca-se um problema comum no país e, posteriormente, mostra-se “soluções” para o mesmo, afirmando que essa solução será aplicada em seu governo, como podemos destacar no trecho analisado na categoria “Política” de nossa análise: “Quando há um certo amargor das

pessoas, e isso nós vimos nas ruas, é exata e precisamente em função do desemprego. Ora bem, no instante em que nós e a nossa política, começar a gerar emprego isso vai tirando o amargor.” esta estratégia é mais recorrente em períodos de eleição, onde busca-se adquirir confiança com foco no poder e sua legitimação. É possível observar, também, a utilização da “palavra de promessa”, mais em segundo plano, em que através da abordagem da realidade, trabalha-se a busca pela credibilidade, pelo convencimento do público para a construção da imagem de confiança, como podemos ver na afirmação do trecho da categoria “Governo”: “Há governos que não gostam que os ministros se manifestem. Eu, ao contrário, eu acho que cada um aqui é um conjunto de pessoas que formam uma grei administrativa. De modo que quando os senhores se manifestam sempre é para prestigiar o governo.”. Essas estratégias estão intrinsecamente ligadas a busca pela credibilidade e legitimação pública, que são objetivos óbvios de novos governos, principalmente na situação de Temer, que chega ao poder pela vice-presidência e o rompimento com o governo com o qual se elegeu pelas urnas. As estratégias, nesse ponto, visam fortalecer a imagem de um governo que assume em meio à acusações de golpe e com forte rejeição pública, diretamente ligadas ao seu contexto político: O *Impeachment* da primeira mulher Presidenta do país.

Em um segundo momento, observamos que a condição majoritária do discurso de Temer, enquanto produção linguageira em relações de persuasão, é a que Charaudeau (2006, p. 264) descreve como de “simplicidade” e mais especificamente, no caso de Temer, “simplicidade de raciocínio pragmático” que visa convencer que não há outra consequência senão a anunciada e nenhum outro objetivo a perseguir que o que foi anunciado, como percebemos, também, através da afirmação do trecho da categoria “Política” citado anteriormente, onde vê-se o desemprego como amargor popular e afirma-se que as políticas propostas surgirão efeito gerando emprego, aliviando este amargor.

A condição de simplicidade também está presente no discurso de Michel Temer, quando percebemos que Temer não se aprofunda em quase nenhum dos temas tratados, associamos esta condição à estratégia do “vago”, que Charaudeau (2006, p. 261) relaciona a tentativa de “não mentir”, onde a ação é anunciada, mas não engajada, ou seja, trata-se dos temas de forma superficial, a fim de não comprometer-se com eles e à estratégia do “silêncio”. Que trata-se da ausência de fala sobre determinada ação ou tópico, que no caso de Temer associa-se ao *Impeachment* e a sua ligação ao governo anterior, tema abordado somente uma vez, ao fim de seu discurso e tema não abordado, respectivamente.

Considerações Finais

Visto que o objetivo principal desta pesquisa é compreender a produção político-discursiva, inserida num contexto de crise política (*Impeachment*), como conteúdo comunicacional dependente de poderes simbólicos e com componentes estratégicos e condicionais que moldam e adaptam o senso comum, este estudo foi desenvolvido em busca de explicitar algumas das diferentes representações utilizadas por presidentes, acerca dos mesmos temas, mas em condições de poder simbólico distintas. O foco é explicitar como o contexto é fator influenciador dos conteúdos gerados e como as relações de poder demandam diferentes estratégias e condições ao discurso.

Após pesquisa exploratória e bibliográfica, desenvolvimento da discussão teórica e confecção das tabelas e ficha de análise, foram extraídas 10 categorias temáticas acerca de assuntos presentes em ambos os discursos a fim de cumprirmos com o objetivo de comparar suas abordagens. Essas categorias estão ligadas intrinsecamente ao contexto do *Impeachment*, sendo elas Golpe, Governo, Política, Democracia, Poder, Ruptura, Presidente, Constituição, Interinidade e *Impeachment*.

Para cumprirmos com os objetivos propostos no início deste trabalho, analisamos o conteúdo de dois discursos presidenciais pronunciados da mesma posição de poder (presidência) mas sob diferentes condições simbólicas (a iminência da perda do mandato através de um processo de *Impeachment*, e a ascensão ao poder em definitivo), ambos inseridos no mesmo contexto (fim do processo de *Impeachment*).

As principais menções presentes nos discursos de Dilma Rousseff e Michel Temer, respectivamente, foram à “Processo” e à “Governo”, que relacionam-se ao seu contexto de pronúncia, que no caso de Dilma, era em sua última defesa contra o processo de *Impeachment* no Senado, dois dias antes da perda de seu mandato, e no de Temer, a primeira reunião ministerial logo após a confirmação do *Impeachment*, oficializando seu governo.

A partir da análise das categorias conjuntamente com a análise geral do conteúdo dos discursos, observamos que os discursos têm diferentes profundidades argumentativas (Dilma fala por mais tempo sobre os temas que aborda, enquanto Temer é mais superficial), bem como diferentes tons (Dilma utiliza um tom mais preocupado, enquanto Temer é mais informal). A diferença de substância entre os conteúdos se dá pelos momentos em que foram pronunciados, enquanto defesa final e primeira reunião ministerial oficialmente como governo. Temer aborda os

temas de maneira mais vaga e despreocupada, visto que, naquele momento, seu cargo como Presidente da República se oficializava, enquanto Dilma é complementar nos temas que aborda, retornando a alguns deles ao longo de seu discurso.

Quando buscamos inferir os poderes simbólicos destes discursos, enquanto capacidade de mobilizar, ser aceito e incorporado, em termos práticos, observamos que ambos falham em seus objetivos de engajamento, visto que Dilma buscava, através de sua defesa, convencer seus julgadores de que era inocente e que a continuidade e concretização do *Impeachment* significava um risco à democracia, enquanto Temer, mesmo dirigindo-se a seus ministros, buscava legitimar e fortalecer seu governo, conquistando, através dos posicionamentos defendidos por ele na reunião, o aceite público a seu governo, o que não aconteceu, visto que sua impopularidade só aumenta e ao longo dos meses posteriores ao *Impeachment*, surgiram vários escândalos envolvendo seus ministros, e até mesmo um pedido de *Impeachment* pelo mesmo crime do qual Dilma foi acusada, de Responsabilidade. O discurso de Dilma, ao mesmo tempo que tem o objetivo óbvio de defesa, visa deixar uma retórica histórica, como um manifesto contra a perda de seu mandato, que naquele momento parecia inevitável. Em comparação ao discurso de Temer, essa preocupação (em marcar a história com um discurso – tal qual Getúlio Vargas – fica evidente.

Ao observamos as abordagens de ambos, Dilma e Temer, destacamos que há uma evidente contraposição de ideias acerca dos mesmos temas, como observamos na análise da categoria “Golpe”, sem deixar de nos ater ao direcionamento de cada discurso, que visavam objetivos distintos, de defesa e de autoafirmação.

No discurso de Dilma observamos a insistência em argumentos acerca de seu posicionamento contra o *Impeachment* e apelos para manter o seu mandato. Os argumentos principais de seu discurso e defesa estão ligados à legitimação que obteve com o apoio das urnas, bem como seu compromisso para com a gestão da coisa pública.

No discurso de Temer, captamos o interesse em autoafirmar seu governo e legitimar sua posição enquanto líder do país, num tom de instrução aos seus ministros, e deslegitimação do argumento de golpe político. Suas abordagens, no entanto, permanecem superficiais e vagas, visto que sua linguagem é mais informal se comparada a do discurso de Dilma, já que se tratava de uma “conversa” em uma reunião ministerial.

As estratégias e condições discursivas mais observáveis no discurso de Dilma são, respectivamente a palavra de justificação, muito provavelmente ligada ao fato de estar se

defendendo das acusações de crime de responsabilidade que embasaram o argumento do *Impeachment*, e a condição de simplicidade ligada a três raciocínios 1) principal, que engaja obrigatoriamente (obrigação moral) um ato determinado, como acontece quando a presidenta posiciona a defesa da democracia contra o *Impeachment*, por exemplo. 2) pragmático, que avança uma premissa e dá a sua consequência ou objetivo visado, que busca convencer que não há outra consequência senão a anunciada e nenhum outro objetivo a perseguir que o que foi anunciado, como exemplo, a afirmação contida no seguinte trecho: “E no caso, jamais haverá justiça na minha condenação.”. 3) analogia, ao comparar fatos anteriores aos fatos atuais visando assimilar seus acontecimentos, como vemos no trecho “Hoje o Brasil, o mundo e a história nos observam e aguardam o desfecho deste processo de *Impeachment*. No passado da América Latina e do Brasil, sempre que interesses de setores da elite econômica e política foram feridos pelas urnas, e não existiam razões jurídicas para uma destituição legítima, conspirações eram tramadas resultando em golpes de estado.”.

Já no caso de Temer, as estratégias e condições principais que inferimos através de seu discurso, foram, respectivamente, a palavra de decisão, utilizada para construir a imagem de credibilidade e “prometendo” soluções para problemas conhecidos, como podemos destacar no trecho “Quando há um certo amargor das pessoas, e isso nós vimos nas ruas, é exata e precisamente em função do desemprego. Ora bem, no instante em que nós e a nossa política, começar a gerar emprego isso vai tirando o amargor.”, esta estratégia é mais recorrente em períodos de eleição, onde busca-se adquirir confiança com foco no poder e sua legitimação, e no caso de Temer é similar quando pensamos em seu poder simbólico e os contextos nos quais ele ascende ao poder, destacando a busca pela legitimação e credibilização de seu governo, transmitindo a ideia de compromisso e eficiência; já a condição majoritária de seu discurso é, também, de simplicidade, com raciocínio pragmático, como percebemos através da afirmação acerca de desemprego, onde aborda-se o desemprego como amargor popular e afirma-se que as políticas propostas surgirão efeito gerando emprego, aliviando este amargor.

As representações sociais presentes nos discursos, então, em sua complexidade, estão sempre atreladas a um “referencial de um pensamento preexistente”, dependentes de sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência, resultando em um trabalho social “no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode sempre ser reincorporado dentro de modelos explicativos e justificativos que são familiares e,

consequentemente, aceitáveis”. Como, por exemplo, assimilar o *Impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, ao *Impeachment* de Collor, em 1992, argumento utilizado pelos opositores de Dilma para legitimar o processo e, comparação entre golpes de estado anteriores ao processo que culminou no *Impeachment*.

Visto que representar significa “a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo”(MOSCOVICI, 2007, p. 216), e, sendo o discurso e os sentidos os meios pelos quais as pessoas são capazes de se orientar e se adaptar as coisas, os fenômenos da representação social possui um status simbólico: “estabelecendo um vínculo, construindo uma imagem, evocando, dizendo e fazendo com que se fale, partilhando um significado através de algumas proposições transmissíveis e, no melhor dos casos, sintetizando em um clichê que se torna um emblema”. Neste aspecto, nota-se que, as relações sociais presentes em discursos analisados são fenômenos que afetam as relações simbólicas que a sociedade cria e mantém visto que são relacionadas ao poder de influência. Poder de influência que polariza as massas e serve de instrumento de manobras políticas questionáveis.

Através da análise deste trabalho, propõe-se o incentivo a reflexão acerca dos discursos políticos enquanto instrumentos de produção e disseminação simbólica, com ideias implícitas que muitas vezes não são percebidas pelo grande público, visto que é preciso analisar aquilo que se diz e também aquilo que não se diz ou se diz implicitamente no discurso político.

Os discursos presidenciais envolvem condições e estratégias de persuasão na construção de identidades políticas (máscaras), dependentes do contexto em que a produção discursiva está inserida, produzindo uma verdade de aparências.

A partir das ideias discutidas até aqui, também é importante considerar a condição da posição de poder ligada a cada um dos personagens detentores dos discursos a partir do contexto do *Impeachment*. As relações de poder e as lutas simbólicas travadas no campo político, neste caso, apesar de partirem da posição de presidentes da república, revelam condições de mais fragilidade política, no caso de Dilma, apesar desta manter seu posicionamento durante todo o processo de *Impeachment* até às 13 horas que manteve-se pronunciando acerca do *Impeachment* e das colocações (muitas vezes repetitivas) dos senadores que a julgavam, 2 dias antes da perda de seu

mandato, e revela uma fragilidade não-assumida, no caso de Temer, quando observamos a insistência em autoafirmar a nova gestão sob sua chefia.

Assim, devemos considerar que ambos os discursos, enquanto bens simbólicos, buscam vender “verdades” aos consumidores que, num plano mais específico, são os senadores, no caso de Dilma, e os ministros, no caso de Temer, no entanto, os consumidores finais e mais importantes destes bens são a população e suas massas.

A partir da ideia acerca dos sistemas de exclusão presentes n’A Ordem do Discurso de Foucault (2008), salientamos que houve diversas situações em que os discursos de ambos, Dilma e Temer, foram colocados em xeque devido a deslegitimação de suas pessoas políticas e de suas falas. Principalmente no caso de Dilma, que foi, não só questionada em relação a sua capacidade de governar, mas à sua capacidade discursiva, tanto pela mídia quanto por outros políticos.

Por fim, achamos importante afirmar que não abordamos todos os aspectos possíveis à esta temática, visto que ela é complexa e subjetiva, possibilitando diversas abordagens e análises deste tipo de conteúdo tão enigmático e recheado de possibilidades representacionais. Apesar disso, acreditamos que este é um tema relevante, o qual temos interesse em continuar pesquisando, de forma a complementar esta pesquisa. Reiteramos o nosso incentivo à reflexão acerca desse tipo de conteúdo comunicacional utilizando as palavras de Charaudeau (2006, p. 8) que diz que “toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e pelo que ela não diz.”

BROSSARD, Paulo. O *Impeachment*. Porto Alegre: Globo, 1965. p. 20-56. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/1472044/mod_resource/content/1/Brossard%20Imp%204%205%206%207.pdf> . Acesso 11-10-16

BROSSARD, Paulo. Presidencialismo e Parlamentarismo na ideologia de Rui Barbosa. Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre, vol.1. 1949. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/64874/37520>. Acesso em 11-10-16

BULLA, Beatriz. Dilma pede ao STF nulidade de ato de Cunha que abriu *Impeachment*. *O Estado de S.Paulo*. 11 dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/RxxTUj>>. Acesso em 11-10-16

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do Discurso: gênero, comunicação e sociedade. **Discurso Político**. UFMG. Belo Horizonte, 2006. & Discurso Político. São Paulo: Contexto. 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político. São Paulo: Contexto, 2006.

DA SILVA, José Otacílio. A produção de discursos políticos na visão de Pierre Bourdieu. São Paulo: Tempo da Ciência, 2005.

DE GÓES, M. S. Impeachment no Direito Brasileiro. Rev. Npi/Fmr, 2010. Disponível em <<http://www.fmr.edu.br/npi/049.pdf>> acesso em 13-10-16.

DJ de 18-10-2011 p. 4. Rel. min. Ricardo Lewandowski. Disponível em: <<https://goo.gl/KgCSiz>> Acesso em 11-10-16.

DUARTE, Jorge. Assessoria de Imprensa no Brasil. Disponível em: <<https://goo.gl/8lxyxR>> Acesso em 19-10-16

Em reunião, Oposição defende legalidade do *Impeachment*. *PSDB*. 15 dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/JEUhe4>>. Acesso em 11-10-16

Fachin, do STF, suspende o processo de *Impeachment*. *Carta Capital*. 9 dez. 2015. disponível em: <<https://goo.gl/hj7Ijn>>. Acesso em 11-10-16

FERNANDES, Cláudio. "Impeachment"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/politica/impeachment.htm>> Acesso em 11-10-16.

FOUCAULT, Michel. Ordem do Discurso. 17ª Edição: junho de 2008. São Paulo: LOYOLA, Brasil.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

HAUBERT, MARIANA. Após anunciar rompimento, Cunha cria CPIS contrárias ao governo. *Folha de S. Paulo*. 17 jul. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/z2YLMW>>. Acesso em 11-10-16

HAUBERT, MARIANA. Eduardo Cunha anuncia que agora é oposição ao governo. *Folha de S. Paulo*. 17 jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/h4yU1Z>> Acesso em: 11-10-16

Infográfico Impeachment de Collor. *Último Segundo*. 18 mai. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/4ykG7N>> Acesso em 11-10-16

JOVTCHELOVITCH, Sandra. Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2007

JOVTCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000

LINDER, Douglas O. The Andrew Johnson Impeachment Trial. Famous American Trials, 1999. Disponível em <<https://goo.gl/4oKmcI>> Acesso em 13-10-16

MAGRO, Maíra. Janot defende anulação de votação secreta por comissão de *Impeachment*. *Valor Econômico*. 11 dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/F5UCQj>>. Acesso em 11-10-16

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MS 21.689, rel. min. Carlos Velloso, j. 16-12-1993, P, DJ de 7-4-1995. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=85587>> Acesso 13-10-16

MS 33.558 AgR, rel. min. Celso de Mello, j. 25-11-2015, P, DJE 21-3-2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%20677>> Acesso em 11-10-16

O primeiro presidente eleito por eleições diretas sofre impeachment. *Câmara Notícias*. 16 jul. 2006. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/337281--O-PRIMEIRO-PRESIDENTE-ELEITO-POR-ELEICOES-DIRETAS-SOFRE-IMPEACHMENT-\(13-23\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/337281--O-PRIMEIRO-PRESIDENTE-ELEITO-POR-ELEICOES-DIRETAS-SOFRE-IMPEACHMENT-(13-23).html)> acesso em 13-10-16.

PASSARINHO, Nathalia; CALGARO, Fernanda. Chapa alternativa da oposição é eleita para comissão do *Impeachment*. *Gl*. 8 dez. 2015. disponível em: <<https://goo.gl/3MIYft>>. Acesso em 12-10-16.

RICCITELLI, Antônio. *Impeachment à Brasileira: instrumento de controle parlamentar?*. Barueri: Manole, 2006. P. 4-88.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Escândalo de Watergate"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/escandalo-watergate.htm>> Acesso em 11-10-16.

SPINK, Mary Jane P. Psicologia Social e Saúde: práticas, saberes e sentidos. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TSE aprova auditoria do PSDB sobre sistemas eleitorais de 2014. *Tribunal Superior Eleitoral*. 4 nov. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/muHJCS>> Acesso em 11-10-16

Veja linha do tempo do impeachment de Collor. *Último Segundo*. 18 mai. 2012. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-05-18/veja-linha-do-tempo-do-impeachment-de-collor.html>> Acesso em 11-10-16.

VIZEU, Rodrigo. Nascido na Inglaterra, impeachment foi usado em épocas e países diversos. *Folha de S. Paulo*. 6 dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/lrZoKW>> Acesso em: 12-10-16